



DEFENSORIA PÚBLICA



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2021





DEFENSORIA PÚBLICA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Relatório de Gestão do exercício de 2021, apresentando em 2022, na forma consolidada, aos órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 111, § 2º, da Constituição do Estado do Amapá, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCE/AP nº 001/2017, da Decisão Normativa nº 001/2018 – TCE/AP, Decisão Normativa nº 018 e 019/2021 – TCE/AP, e 017/2021 – TCE/AP e das orientações dos órgãos de controle.

MACAPÁ
MAIO/2022



DEFENSORIA PÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

DIOGO BRITO GRUNHO

Defensor Público-Geral

RAPHAEL AUGUSTO FARIAS MONTEIRO

Subdefensor Público-Geral

JADE TAVARES AGRA

Corregedora Geral

CONSOLIDADO POR:

Geovana Patrícia Pimentel Cabral – Coordenadoria de Planejamento Setorial - COPLAN

EQUIPE RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES SETORIAIS:

Ana Danyela F. P. Gomes – **Chefe de Gabinete**

Jade Tavares Agra – **Corregedoria -Geral**

Aline Colares Moraes - **Secretaria Geral**

Andreia Cristiane Pereira de Lima - **Assessoria Jurídica**

Carmem Fabíola Pimentel Góes Lemos – **Coordenadoria de Planejamento Setorial**

Francinaldo Santos da Silva – **Coordenadoria de Tecnologia da Informação**

Rafael Duarte F. G. Alencar - **Coord. De Comunicação Jornalismo e Publicidade**

Bianca Almeida - **Coor. De Divisão de Engenharia e Fiscalização**

Fábio dos S. Silva/ Leonardo Bruno B. Ferreira – **Coord. de Projetos e Captação de Recursos**

Edgar Tiassu de S. da Silva/ Monica Priscila Lima Pires - **Comissão Permanente de Licitação**

Sara Maria Ramos Gomes Corrêa – Major PM - **Coordenadora de Segurança Institucional**

Michele Frazão Carneiro – **Departamento Administrativo**

Marcione Amorim Bento Ribeiro – **Departamento de Finanças**

Marco Aurélio Silva Maia – **Departamento de Gestão de Pessoas**

Kédna da Silva Nascimento - **Departamento de Contabilidade**

Nilvania da Conceição P. G. Borralho - **Estágio e Residência Forense**

Ingrid Valéria Teixeira - **Centro de Atendimento Multidisciplinar**

Monica Priscila Lima Pires - **Unidade de Contratos e Convênios/CPL**

Laura Noely - **Unidade de Contratos e Convênios**

Demétrio Brazão Monteiro - **Unidade de Transporte**

Relatórios de atendimento aos usuários – **Núcleos Regionais e Especializados.**



DEFENSORIA PÚBLICA

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CAESA	Companhia de Água e Esgoto de Saneamento do Amapá
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CGE	Controladoria Geral do Estado
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNE	Coordenador de Núcleo Especializado
CNR	Coordenador de Núcleo Regional
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CONDEGE	Colégio Nacional de Defensores Públicos
COPLAN	Coordenadoria de Planejamento Setorial
DA	Departamento Administrativo
DGP	Departamento de Gestão de Pessoas
DPVAT	Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
DPE	Defensoria Pública do Estado
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FAMA	Faculdade de Macapá
FEDPAP	Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá
GEA	Governo do Estado do Amapá
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LOA	Lei Orçamentária Anual
METROAP	Rede Metropolitana de Macapá
ME	Micro Empresa
NAECA	Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente
NUDEFAM	Núcleo Especializado de Família
NUDECIV	Núcleo Especializado Cível
NUDECRIM	Núcleo Especializado Penal e Criminal
NPJ	Núcleo de Prática Jurídica
OB	Ordem Bancária
PD	Programação de Desembolso
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PPA	Plano Plurianual
PRODAP	Processamento de Dados do Amapá
PRODOC	Sistema de Processos e Documentos Digitais
QDD	Quadro de Detalhamento de Despesa
RP	Restos a Pagar
SAMP	Superintendência da Administração do Ministério do Planejamento
SEAD	Secretaria de Estado da Administração
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá
SIAC	Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Administrativa
SIPLAG	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão
SIAFEAP	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TI	Tecnologia da Informação
TJAP	Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
UCC	Unidade de Contratos e Convênios
UJ	Unidade Jurisdicionada



DEFENSORIA PÚBLICA

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Avaliação Financeira Trimestral por Ação/2021. UG: 050101	23
TABELA 2 - Avaliação Financeira Trimestral por Ação/2021. UG: 050301	23
TABELA 3 – Conferência de Metas Físicas e Produtos DPE/AP	24
TABELA 4 - Conferência de Metas Físicas e Produtos - FEDPAP	24
TABELA 5 – Composição dos Gestores da DPE/AP	44
TABELA 6 – Composição do Conselho Gestor da DPE/AP	45
TABELA 7 – Correições, comarcas e membros correicionados	46
TABELA 8 – Quantitativos de Peticionamentos integrados por Núcleo da DPE/AP	47
TABELA 9 – Identificação dos Programas	54
TABELA 10 - Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira por Programa e Ação/2021	54
TABELA 11 - Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira por Programa e Ação/2021 – FUNDO.	56
TABELA 12 - Avaliação dos Resultados dos Indicadores Associados ao Programa	56
TABELA 13 - Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados, por programa	58
TABELA 14 - Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar não Processado por Programa	58
TABELA 15 – Demonstrativo da Inscrição de Restos a pagar não processados por programa	59
TABELA 16 - Ações da LOA no exercício de 2021. Unidade: 050101	60
TABELA 17 - Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar não Processados por Ação.	61
TABELA 18 - Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar não Processados por Ação	62
TABELA 19 – Demonstrativo da Inscrição dos Restos a Pagar não Processados por Ação	62
TABELA 20 - Demonstrativo resumido da programação orçamentária das despesas corrente, de capital e da reserva de contingência/2021. UJ 050101	64
TABELA 21 - Demonstrativo resumido da programação orçamentária das despesas corrente, de capital e da reserva de contingência/2021. UJ 050301	64
TABELA 22 - Movimentações de Crédito Interna e Externa/2021 DPE/AP	64
TABELA 23 - Movimentações de Crédito Interna e Externa/2021 FEDPAP	65
TABELA 24 – Saldo de restos a pagar de exercícios anteriores em 31/12/2021	67
TABELA 25 – Despesas de Exercícios Anteriores	67
TABELA 26 – Classificação quanto a origem e destinação dos recursos	68
TABELA 27 – Recursos Recebidos e início da Execução em 2021	68
TABELA 28 – Evolução da Despesa de Pessoal nos últimos 3 anos	70
TABELA 29 – Consumo de Diesel/2021	75
TABELA 30 – Consumo Gasolina/2021	75
TABELA 31 – Relação dos Prédios Alugados	76
TABELA 32 – Evolução do Consumo de energia – DPE/AP	83
TABELA 33 - Evolução do Consumo de água – DPE/AP	83
TABELA 34 – Medições de obras por municípios	87
TABELA 35 – Serviços realizados por município	87
Tabela 36: Quantitativo de Atendimento Jurídico	122
Tabela 37 : Relação de Restos a Pagar (Item 4.2,f)	123



DEFENSORIA PÚBLICA

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Organograma Institucional	13
FIGURA 2 - Mapa Cadeia de Valor Integrada da PDE/AP	15
FIGURA 3 - Mapa do Planejamento Estratégico da DPE/AP	16
FIGURA 4 - Enquadramento de ME e EPP em instrumento Convocatório.	89
FIGURA 5 - Comprovação de valor da contratação destinados exclusivamente à participação de ME/EPP.	90
FIGURA 6 - Comprovação de valor da contratação destinados exclusivamente à participação de ME/EPP.	91
FIGURA 7 - Comprovação de contratação destinados a participação de ME/EPP.	91
FIGURA 8 – Gráfico de atendimento presencial	97
FIGURA 9 – Releases de textos institucionais	101
FIGURA 10 – Posts de matérias institucionais	101
FIGURA 11 - Posts de matérias institucionais	102
FIGURA 12 – Modelo de certificado	105
FIGURAS 13 e 14 – Coleta /ação externa	105
FIGURA 15– Folder de comunicação dos serviços e atendimentos especializados	106
FIGURA 16 – Comunicação das ações da Defensoria	107
FIGURA 17 – Comunicação das ações da Defensoria	107
FIGURA 18 – Comunicação das ações da Defensoria	108
FIGURA 19 – Comunicação interna	108
FIGURAS 20 A 23 - Gráficos de feedbacks dos participantes do curso	110 e 111

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	9
QUADRO 2: Programas, Objetivos e Ações	16
QUADRO 3: Perspectivas e objetivos estratégicos da DPE/AP	18
QUADRO 4: Quantitativos de petições meses/ano	47
QUADRO 5: Núcleo Especializado Cível	48
QUADRO 6: Núcleo Especializado da Família	48
QUADRO 7: Núcleo Especializado Criminal	49
QUADRO 8: Núcleo Especializado Penal	50
QUADRO 9: Núcleo Especializado de Atendimento a Criança e ao Adolescente	50
QUADRO 10: Núcleo Regional de Santana	50
QUADRO 11: Núcleo Regionais do interior/Municípios.	51
QUADRO 12:Núcleo Especializado de Defesa e Promoção dos Direitos das Mulheres	53
QUADRO 13: Associação dos Defensores	53
QUADRO 14: Função, subfunção e programas de vinculação das ações	59
QUADRO 15: Identificação dos códigos da unidades	63
QUADRO 16:Estrutura de Pessoal	70
QUADRO 17: Vacância e Afastamento/2021	70
QUADRO 18: Relação dos veículos oficiais	73
QUADRO 19: Relação dos veículos alocados	74
QUADRO 20: Sistemas Desenvolvidos	79
QUADRO 21: Gestão de Bens e Serviços	80
QUADRO 22: Descritivo e quantitativo dos atendimentos realizados	96
QUADRO 23: Visitas técnicas e serviços realizados	97
QUADRO 24: Participações em reuniões	98
QUADRO 25:Estudos realizados	98
QUADRO 26: Indicadores de Desempenho – ESUDPE/AP	120



DEFENSORIA PÚBLICA

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES QUE COMPÕEM O RELATÓRIO	9
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.	9
1.1.2 Introdução.	10
1.2 Finalidades e Competências Institucionais.	11
1.3 Apresentação do Organograma funcional.	13
1.3.1 Descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas, departamentos, unidades, etc.	13
1.4 Macroprocessos finalísticos da unidade jurisdicionada.	14
1.5 Principais Macroprocessos da unidade jurisdicionada.	14
1.6 Parceiros da Unidade.	15
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES	15
2.1 Planejamento Estratégico da Unidade	15
2.2 Estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos	19
2.3 Execução do plano de metas ou de ações para o exercício.	22
2.4 Indicadores utilizados para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, correções e de mudanças de rumo.	40
2.5 Indicação de sítio eletrônico em que estejam disponibilizadas as peças orçamentárias (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA	40
2.6 Execução do plano de metas ou de ações em cumprimento ao PPA 2020-2023, fazendo um balanço de todos os anos de vigência do Plano.	40
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	41
3.1 Estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada.	41
3.2 Funcionamento do sistema de controle interno da UJ.	43
3.3 Remuneração/subsídio dos administradores.	43
3.4 Estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade.	44
3.5 Cumprimento da ordem cronológica de pagamentos.	51
3.6 Publicação em sítio eletrônico oficial da ordem cronológica de pagamentos.	51
3.7 Indicadores de transparência.	51
3.8 Implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA.	52
4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	52
4.1 Programas do Plano Plurianual que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade.	52
4.2 Ações da Lei Orçamentária Anual do Exercício que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão	57
4.3 Análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira.	61
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	63
5.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	63
5.2 Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e Despesas de Exercícios Anteriores.	64
5.3 Transferências mediante convênios, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.	65
5.4 utilização de contas bancárias e a concessão de suprimento de fundos.	66
5.5 Relação de contratos de operações de crédito realizadas no período, com suas respectivas leis autorizativas.	66
5.6 Informações sobre a gestão de precatórios.	66
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	67
6.1 Estrutura de pessoal da unidade.	67
6.2 Contratos administrativos, terceirização de mão de obra, quadro de estagiários, evolução do quantitativo nos últimos 3 anos, fundamentação legal/normativa que discipline o vínculo e discriminação da despesa, classificada de acordo com o vínculo jurídico, bem como o cumprimento dos requisitos constitucionais para preenchimento das funções de confiança e cargos em comissão (art. 37, V, da Constituição Federal de 1988)	69
6.3 Necessidade de realização de concurso público nos diversos níveis de trabalho da administração.	71
7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	71
7.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.	71
7.2 Gestão do patrimônio imobiliário que esteja sob a responsabilidade da unidade e dos imóveis locados de terceiros.	73
7.3 Relação de prédios alugados para uso da UJ, identificando a finalidade da locação, valor mensal e anual, índice de reajuste, vigência do contrato, locador.	73
7.4 Relação de controle de aquisição dos bens patrimoniais.	73
7.5 Relação de bens de natureza permanente, identificando os móveis, imóveis, industriais e semoventes, incorporados e baixados do patrimônio.	74
8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	74
8.1 Gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando nos seguintes aspectos	74
9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	78
9.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras	79
9.2 Medidas adotadas pelas unidades para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.	79
9.3 Estabelecimento e ao cumprimento de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).	81



DEFENSORIA PÚBLICA

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	81
10.1 Providências adotadas para atender às deliberações de auditoria do órgão de controle interno ou as justificativas para o não cumprimento.	82
10.2 Tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.	82
10.3 Obrigações estabelecidas na Lei Complementar 010/1995 (art. 97), relacionados à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	82
10.4 Relação referente a licitações, dispensas e inexigibilidade, bem como declaração da área responsável atestando que as informações estão atualizadas	82
10.5 Duas relações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres, divididas da seguinte forma	83
10.6 Relação de obras e serviços de engenharia.	83
10.7 Sítio eletrônico oficial em que estejam as relações de licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos, convênios e outros referido nos itens 10.4 e 10.5, em obediência à Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011.	85
10.8 Link em sítio eletrônico oficial no qual estejam os deveres impostos pelo art. 8º, § 1º e incisos da Lei nº 12.527/2011, incluindo a demonstração do organograma da entidade e as pessoas responsáveis por cada estrutura.	85
10.9 Constituição das comissões permanentes e especiais de licitação e suas alterações ao longo do exercício.	85
10.10 Cumprimento do tratamento às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nas contratações públicas, dispostos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (art. 44 e seguintes).	86
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	89
11.1 Critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio.	89
11.2 Declaração do contador responsável que tenha executado no Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado – SIAFE, Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, 12 e 13 (DOU 31/10/18), conforme alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL (DOU 4/10/16).	90
11.3 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, 12 e 13 (DOU 31/10/18), incluindo as notas explicativas, e a qualificação do contador responsável pelas Demonstrações Contábeis, com pelo menos: nome completo, CPF, RG, e-mail, endereço profissional e CRC, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado – SIAFE.	91
12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	91
12.1 Impactos decorrentes da pandemia causada pelo novo Coronavírus, previstos ou planejados para o exercício de 2020, e as medidas adotadas para a mitigação destes impactos.	91
12.2 Informações relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	92
13 DADOS RELATIVOS A GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ – DPE/AP.	118
14 BIBLIOGRAFIAS UTILIZADAS	119
14 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
15 ANEXOS	121



DEFENSORIA PÚBLICA

I. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES QUE COMPOEM O RELATÓRIO.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.

Quadro 1: Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação	
Outros Poderes	
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa: Defensoria Pública do Estado do Amapá	
Denominação Abreviada: DPE/AP	
Código no SiafeAP: 050101	Código LOA: 05101
Denominação Completa: Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá	
Denominação Abreviada: FEDPAP	
Código no SiafeAP: 050301	Código LOA: 05301
Situação Operacional: Ativa	
Natureza Jurídica: 102-3 – Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou Distrito Federal	
Natureza Jurídica/FEDPAP: 102 – Órgão Público do Poder executivo Estadual ou do Distrito Federal	
CNPJ/DPE/AP: 11.762.144/0001-00	
CNPJ/FEDPAP: 33.598.075/0001-75	
Principal Atividade: 84.11-6-00 – Administração Pública em Geral	
Endereço (provisório) Postal: Av. Raimundo Álvares da Costa, nº 676, Central, Macapá – AP, CEP: 68.900-083	
e-mail: gabinete@defensoria.ap.def.br	
Página na Internet: www.defensoria.ap.def.br	
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada: Decreto Governamental nº 0167 de 01/10/1991, organizada pela Lei Complementar nº 008 de 20/12/1994, Decreto de Regulamentação nº 5971 de 28/12/1994, Lei Complementar nº 0012 de 28/06/1996, Constituição do Estado do Amapá com texto atualizado até a Emenda nº 31 de 07/05/2003, Lei Complementar nº 041 de 18/07/2007, Lei nº 1288 de 02/01/2009, Lei nº 1356 de 14/07/2009, Lei Complementar nº 0086 de 25/06/2014; Lei Complementar nº 107 de 29/12/2017 e Lei Complementar nº 0117 de 01/07/2019, Lei Complementar nº 121 de 31/12/2019.	
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
As informações relativas às Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada podem ser acessadas em https://defensoria.ap.def.br/transparencia/atos_normativos	



DEFENSORIA PÚBLICA

1.1.2. INTRODUÇÃO

A Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP é uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado, sendo um instrumento democrático, proporcionando orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e a defesa em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos hipossuficientes e vulneráveis, assim considerados na forma da lei.

O presente Relatório de Gestão é um documento que tem por finalidade apresentar à sociedade e aos órgãos de controle, informações que possibilitem visão sistêmica do desempenhada Defensoria Pública do Estado do Amapá, no exercício de 2021, estruturado de acordo com a Resolução Normativa 176/2018, Instrução Normativa nº 001/2017, Decisão Normativa nº 018/2021-TCE/AP e 019/2021-TCE/AP, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação do Relatório.

As informações aqui apresentadas demonstram o desempenho das Unidades Jurisdicionadas, por meio das principais ações estabelecidas e executadas no ano de 2021. A estrutura de apresentação do relatório segue as diretrizes da Decisão Normativa nº 018/2021-TCE/AP, em relação a abrangência e apresentação do conteúdo, incluindo os quadros e anexos.

No exercício de 2021, a Defensoria Pública estabeleceu mudanças operacionais e gerenciais, procurando responder aos desafios setoriais existentes, quanto a modernização e desempenho institucional e ao cumprimento da sua função finalística, em observância ao disposto no art. 7º, da Lei Complementar nº 121 de, 31 de Dezembro de 2019, por meio de prioridades e diretrizes estratégicas relacionadas às áreas de atuação, que envolvem os Núcleos Especializados de Família, Cível, Criminal, Execução Penal, Criança e Adolescentes, Expansão, Mulher, Direitos Humanos e Difusos, Civil de Santana, Criminal e NAECA Santana, Centro de Atendimento Multidisciplinar e os Núcleos Regionais dos Municípios de Amapá Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jarí, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Tartarugalzinho e Vitória do Jarí.

Neste sentido, o referido relatório apresentará o desempenho da gestão e da instituição a partir dos resultados alcançados pelas áreas de atuação, considerando, o Plano Plurianual – PPA 2020 - 2023, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, os programas, as ações, a execução orçamentária, financeira e contábil, os resultados e metas alcançadas, no exercício de referência deste relatório, assim como os relevantes serviços jurídicos prestados a sociedade amapaense no período compreendido em 01.01.2021 a 31.12.2021.



DEFENSORIA PÚBLICA

1.2 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS:

A Defensoria Pública do Estado do Amapá foi criada pelo Decreto Governamental nº 0167 de 01/10/1991, e posteriores regulamentações, tendo sede principal na cidade de Macapá, estende seus serviços aos Municípios do Estado do Amapá e localidades. De acordo com a Lei Complementar nº 121 de 31/12/2019.

Os princípios institucionais da Defensoria Pública estão estabelecidos no artigo 3º, tais como: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. E, de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 121/2019, tem por objetivo a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais; a afirmação do Estado Democrático de Direito; a prevalência e efetividade dos direitos humanos; e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Em 2021, as funções Institucionais da DPE/AP, estiveram amparadas no artigo 5º, da Lei Complementar nº 121/2019, conforme abaixo:

- I - prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados em todos os graus;
- II - promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- III - promover a difusão e conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- IV - prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;
- V - exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;
- VI - representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;
- VII - promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes e hipervulneráveis;
- VIII - exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal;
- IX - impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;
- X - promover a mais ampla defesa dos direitos humanos e fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;
- XI - exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, da mulher vítima de violência doméstica e familiar, dos grupos submetidos a tratamento discriminatório e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;
- XII - acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não



DEFENSORIA PÚBLICA

constituir advogado;+

- XIII - patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;
- XIV - exercer a curadoria especial, no âmbito processual, nos casos previstos em lei;
- XV - atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;
- XVI - atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;
- XVII - atuar nos Juizados Especiais;
- XVIII - participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitada as atribuições de seus ramos;
- XIX - executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores;
- XX - convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais;
- XXI - requisitar de qualquer autoridade pública e privada, e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à atuação da Defensoria Pública;
- XXII - formular e acompanhar propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa de matérias relativas às suas funções institucionais;
- XXIII - prestar assistência jurídica integral às associações e entidades civis sem fins lucrativos que demonstrarem sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.

§ 1º As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercidas inclusive contra as pessoas jurídicas de direito público.

§ 2º O instrumento de transação, mediação, conciliação ou qualquer outra forma de solução de conflitos, referendado pelo Defensor Público, valerá como título executivo extrajudicial, inclusive quando celebrado com pessoa jurídica de direito público.

§ 3º A assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.

§ 4º A capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público.

§ 5º Aos membros da Defensoria Pública é garantido sentar-se no mesmo plano do Ministério Público.

§ 6º Se o Defensor Público entender inexistir hipótese de atuação institucional, dará imediata ciência ao Defensor Público-Geral, que decidirá a controvérsia, designando, se for o caso, outro Defensor Público para atuar.

§ 7º O exercício do cargo de Defensor Público, indelegável e privativo de membro da carreira, é comprovado mediante apresentação da carteira funcional expedida pela Defensoria Pública, conforme modelo previsto na Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, a qual valerá como documento de identidade e terá fé pública em todo o território nacional.

§ 8º Os estabelecimentos a que se refere o inciso XV do caput reservarão instalações adequadas ao atendimento jurídico dos presos e internos por parte

dos Defensores Públicos, bem como a esses fornecerão apoio administrativo, prestarão as informações solicitadas e assegurarão acesso à documentação dos presos e internos, aos quais é assegurado o direito de entrevista reservada com os Defensores Públicos.

(Lei Complementar nº 121 de 31/12/2019, disponível no portal da transparência da DPE/AP, <http://defensoria.ap.def.br/transparencias/12>).



DEFENSORIA PÚBLICA

Os nomes dos titulares das áreas estratégicas e os respectivos cargos que ocupam na estrutura organizacional da DPE/AP, pode ser acessada no link abaixo.

https://ap.def.br/storage/transparencias//rh/est_org/relacao_de_responsavel_pelos_cargos_organizacional_2021_retificada.pdf

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE:

Os **macroprocessos finalísticos** foram desenvolvidos em consonância com as diretrizes do PPA, da LDO e da LOA do ano de referência deste relatório, sendo:

- 1) Interação com a sociedade e o Estado na defesa dos direitos dos necessitados;
- 2) Gestão da defesa pública dos direitos dos necessitados

1.5 PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DA UNIDADE:

Abaixo, os principais macroprocessos de apoio ao exercício das finalidades institucionais.

1.5.1 Macroprocessos Gerenciais:

- i. Gestão do desenvolvimento e da inovação
- ii. Gestão da estratégia organizacional
- iii. Gestão da informação corporativa
- iv. Gestão da comunicação institucional
- v. Gestão de controles institucionais

1.5.2 Macroprocessos de Suporte:

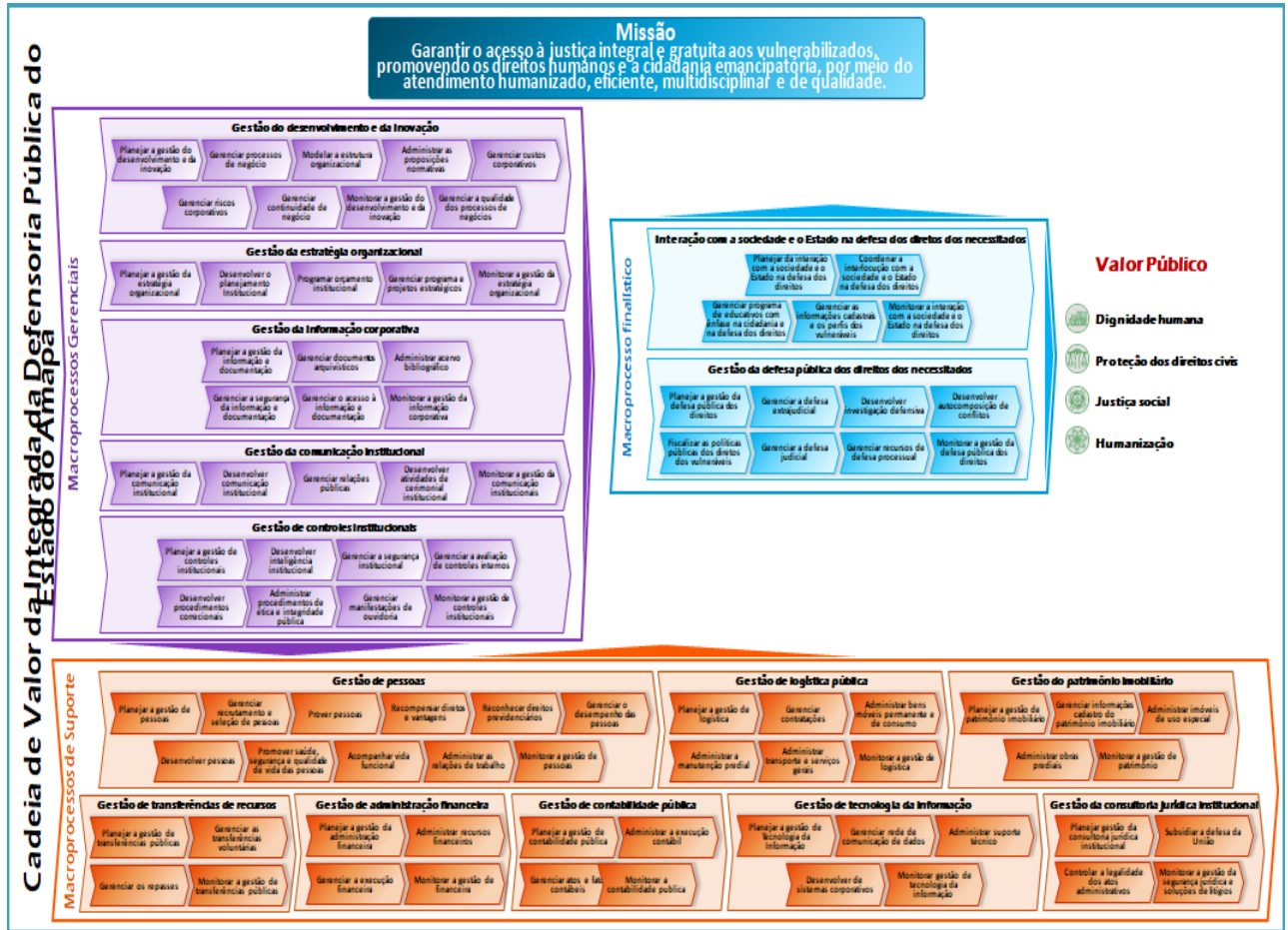
- i. Gestão de Pessoas
- ii. Gestão de Logística Pública
- iii. Gestão do Patrimônio imobiliário
- iv. Gestão de Transferência de Recursos
- v. Gestão de Administração Financeira
- vi. Gestão de Contabilidade Pública
- vii. Gestão de Tecnologia da Informação
- viii. Gestão da Consultoria Jurídica Institucional

Abaixo, segue a Cadeia de valor integrada contendo o alinhamento entre os processos de trabalho.



DEFENSORIA PÚBLICA

Figura 2: Cadeia de Valor Integrada da DPE/AP.



Fonte: COPLAN 2021.

1.6 PARCEIROS DA UNIDADE.

Em 2021, a Defensoria Pública não formalizou parcerias, no sentido de fortalecer as ações institucionais, porém participou de ações conjuntas com Poder Judiciário, através do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, e com o Ministério Público do Estado do Amapá, dentre outros órgãos e entidades ligados as áreas de atuação judicial e extrajudicial, sendo: cível, família, criminal, penal, direitos da mulher, criança e adolescente.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.

2.1 Planejamento estratégico da unidade:

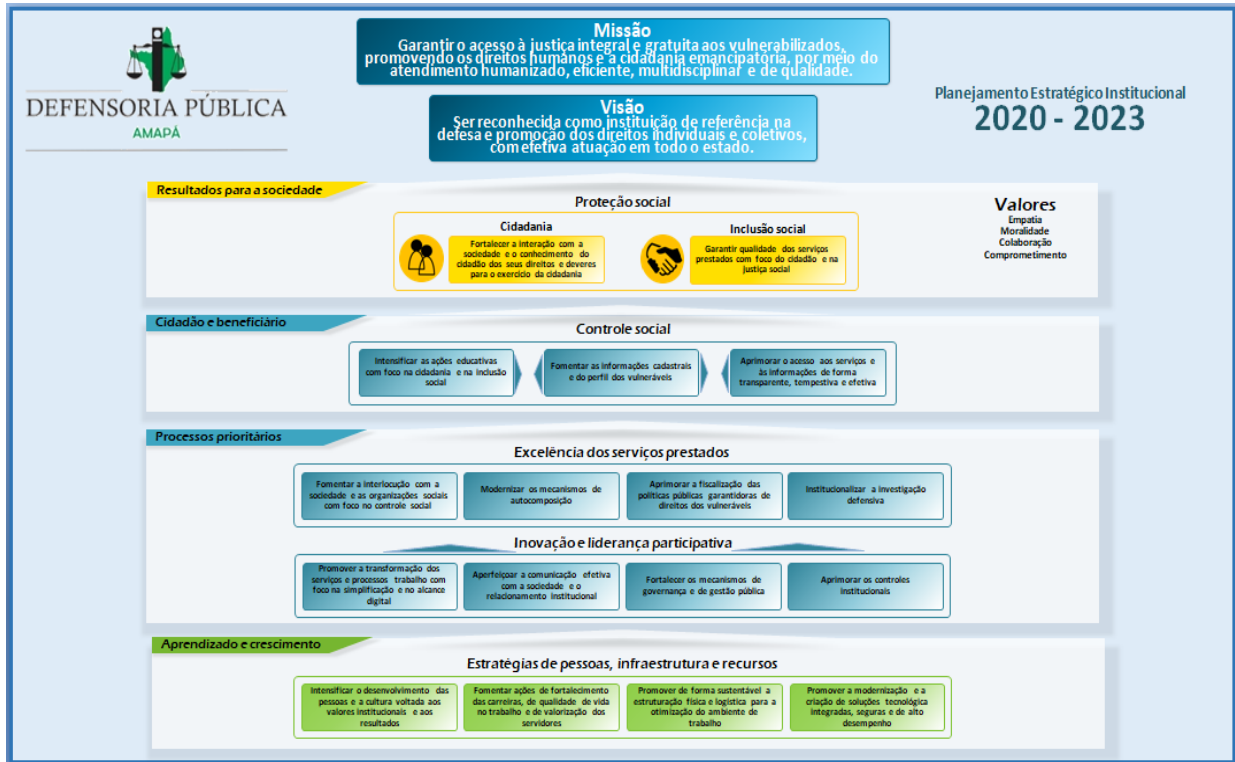
a. Período de abrangência do plano estratégico:

Inicialmente o Planejamento Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Amapá foi alinhado ao período de vigência do PPA 2020-2023, após esse quadriênio, será revisado e programado para longo prazo, em consonância com os macroprocessos de atuação institucional.



DEFENSORIA PÚBLICA

Figura 3: Mapa do Planejamento Estratégico Institucional da DPE/AP.



Fonte: COPLAN, 2021

b. Vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas;

A Competência Constitucional está inserida no Art. 134 e na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

No âmbito da Constituição Estadual, as competências estão inseridas nos artigos 12,29,94,104,154,155,156,157, texto promulgado em 20 de dezembro de 1991, atualizado até a Emenda Constitucional nº 0062, de 30.04.2020, disponível em <http://www.al.ap.gov.br/>

c. Vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA), identificando os Programas, os Objetivos, as Iniciativas e as Ações em relação ao Plano Plurianual vigente em que estejam inseridas ações de responsabilidade da unidade;

Abaixo, a demonstração da vinculação do planejamento estratégico da unidade com o Plano Plurianual – PPA.

Quadro 2: Programas, Objetivos e Ações

UNIDADE :	050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE
EIXO ESTRATÉGICO PPA 2020 - 2023:	Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE
PROGRAMA 1:	0074 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA



DEFENSORIA PÚBLICA

OBJETIVO:	Adquirir softwares para logística de transporte e abastecimento para otimizar gastos; Estruturar o sistema de tecnologia da informação com equipamentos modernos; Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos; Reestruturar a organização administrativa da Defensoria Pública; Captar Recursos.
Ação 2020 - Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP	
Ação 2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública	
Ação 2022 - Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para Bacharéis	
Ação 1010 - Implantar Sistemas de Informação e Gestão	
Ação 2019 - Equipar as Unidades da Defensoria Pública do Estado	
PROGRAMA 2:	0075 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS
OBJETIVO:	Promover a cidadania emancipatória, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da prestação de orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.
Ação 1011 - Implantar Núcleos de Atendimentos	
Ação 2023 - Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis	
UNIDADE:	050301 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - FEDPAP
PROGRAMA 3:	0076 - GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ – FUNDEPAP
OBJETIVO:	O FUNDEPAP tem como objetivo a qualificação profissional de membros e servidores da DPE-AP, com políticas públicas, através de investimento ao capital humano, com participações em eventos, seminários e programas de formação continuada, garantido qualidade aos serviços públicos.
Ação - 2024 - Gestão e Reaparelhamento da DPE-AP - FUNDEPAP	

Fonte: QDD, 2021.

d. Se a unidade jurisdicionada estiver inserida no contexto de planejamento estratégico maior (de um Órgão ou Secretaria, por exemplo) demonstração dos objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico aos quais se vincula.

A Unidade não está inserida no contexto de planejamento estratégico maior (de um Órgão ou Secretaria, por exemplo), mas está inserida no âmbito Estadual, relacionada ao PPA.

e. Principais objetivos estratégicos traçados para a unidade para o exercício de referência do relatório de gestão, no quadro abaixo:

Quadro 3: Perspectivas e Objetivos Estratégicos da DPE/AP.

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo
-------------	----------------------	-----------------------



DEFENSORIA PÚBLICA

Resultados para a sociedade	Fortalecer a interação com a sociedade e o conhecimento do cidadão dos seus direitos e deveres para o exercício da cidadania.	Promover ações/programas de difusão e conscientização dos direitos humanos e da cidadania, estabelecendo cooperações técnicas com diversos segmentos, entre eles, instituições de ensino, órgãos públicos, tribunais; realização de mutirões e itinerantes e outros meios de informações necessários para o exercício da cidadania.
	Garantir qualidade nos serviços prestados com foco no cidadão e na justiça social.	Fomentar ações que visem o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos por meio da atuação judicial e extrajudicial, de modo a assegurar a guarda, a justiça e a cidadania. Fortalecer o controle social com a participação de entidades representativas da sociedade civil com membros das organizações sociais.
Cidadão e beneficiário	Intensificar as ações educativas com foco na cidadania e na inclusão social.	Aprimorar ações educativas em diferentes segmentos da sociedade, com o fim de formar, conscientizar e assegurar seus direitos como cidadão, contribuindo com sua formação e inclusão social.
	Fomentar as informações cadastrais e do perfil dos vulneráveis.	Aprimorar e assegurar, nos vários segmentos da sociedade, as informações cadastrais dos perfis dos vulneráveis, observando os aspectos econômico, social e demográfico, de forma a identificar esse público-alvo que ainda não esteja amparado, mantendo um controle contínuo de atualização das informações cadastrais.
	Aprimorar o acesso aos serviços e às informações de forma transparente, tempestiva e efetiva.	Construir mecanismos de acesso aos dados, ampliando o acesso aos serviços junto à sociedade através de canais remotos de relacionamento, fomentando e intensificando a prestação de serviços, bem como na divulgação de dados e informações. Estabelecer a política e diretrizes de gestão da informação e documentação, que propicie e agilize o acesso à informação por diversos meios, com vista a implementação de processo digital e políticas de segurança da informação e comunicações.
Processos prioritários	Fomentar a interlocução com a sociedade e as organizações sociais com foco no controle social	Participar em eventos com foco nos objetivos e pertinências institucionais, assegurando as políticas que atendam as necessidades prioritárias da população vulnerável.
	Modernizar os mecanismos de autocomposição	Incentivar o aperfeiçoamento dos mecanismos de autocomposição, como forma de tratamento adequado dos conflitos, controvérsias e problemas.
	Aprimorar a fiscalização das políticas públicas garantidoras de direitos dos vulneráveis	Aperfeiçoar às ações de Políticas Públicas no intuito de reduzir as diferenças sociais e garantir o acesso à cidadania e aos direitos fundamentais de forma integral e igualitária.
	Institucionalizar a investigação defensiva	Promover procedimentos que visem a modernização dos meios de investigação, com o objetivo de acautelar o direito e interesses do envolvidos
Inovação e Liderança	Promover a transformação dos serviços e processos de trabalho com foco na simplificação e no alcance digital.	Efetivar a gestão insitucional com foco na transformação da organização, e visão de futuro para aprimorar as experiências dos servidores e assistidos na busca de uma transformação digital bem-sucedida.
	Aperfeiçoar a comunicação efetiva com a sociedade e o relacionamento institucional	Garantir comunicação clara, objetiva, tempestiva, ágil, assertiva, consistente e acessível ao público externo e interno, por meio dos canais de comunicação disponíveis.
	Fortalecer os mecanismos de governança e de gestão pública	Aprimorar o conjunto de mecanismos de liderança, estratégica e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
	Aprimorar os controles	Implantar Sistemas de controle interno administrativo, com



DEFENSORIA PÚBLICA

	institucionais	vistas a orientar os gestores no controle da legalidade de ações com foco nos resultados e na efetivação do princípio da competência na Administração Pública. Tais aprimoramentos servirão como forma de prevenir e corrigir eventuais falhas por meio de aperfeiçoamento constante de gerenciamento de risco, de modo a resguardar as boas práticas do serviço público, para servidores e cidadãos.
Aprendizado e crescimento	Intensificar o desenvolvimento das pessoas e a cultura voltada aos valores institucionais e aos resultados	Sistematizar a capacitação continuada, gerencial e profissional, com base no conhecimento técnico, proatividade e comprometimento com os objetivos institucionais de todos os membros, servidores e estagiários envolvidos no processo. Disseminar e internalizar os valores institucionais, com foco nos resultados advindos do compartilhamento de boas condutas e práticas.
	Fomentar ações de fortalecimento das carreiras, de qualidade de vida no trabalho e de valorização dos servidores	Incentivar a capacitação de membros, servidores e estagiários em eventos de aperfeiçoamento profissional, com o fim do reconhecimento e valorização, promovendo ações com foco ao bem estar de todos os envolvidos.
	Promover de forma sustentável a estruturação física e logística para a otimização do ambiente de trabalho	Adotar medidas sustentáveis para o melhoramento da estruturação física e logística, assegurando a otimização dos recursos renováveis.
	Promover a modernização e a criação de soluções tecnológicas integradas, seguras e de alto desempenho	Implantar processos de tecnologia da informação com vistas nas soluções tecnológicas inovadoras, integradas, seguras, consistentes, confiáveis, eficientes e aderentes, que racionalizem procedimentos e sejam instrumentos ágeis de apoio à tomada de decisões, bem como ampliar o uso de tecnologia da informação nas atividades finalísticas e meio.

Fonte: COPLAN, 2021.

O Planejamento Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Amapá foi elaborado com base na metodologia do Balanced Scorecard – BSC, sendo assim, compoem-se das perspectivas: Resultados para a sociedade, Cidadão e beneficiário, Processos prioritários, Inovação e Liderança, Aprendizado e crescimento.

f) Principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos.

Em 2021 cada coordenador das áreas estratégicas esteve responsável em executar os programas e ações, pontuando trimestralmente os resultados alcançados. As ações planejadas foram apresentadas no subitem 2.1, c; e no subitem 2.3, a., componentes do planejamento estratégico, plano de metas e de ações institucionais.

2.2 Estratégias adotadas pela Unidade para atingir os objetivos:

a. Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas;

Em 2021 a DPE/AP não possuía avaliação dos riscos formalmente implantada, os procedimentos estavam em fase de elaboração. Projeta-se que em 2022, sejam implantadas ações voltadas a este fim. Entretanto, cabe destacar a existência do Conselho Superior que, dentre outras atribuições associadas a alta gestão, atuou no sentido de:

l - exercer as atividades consultivas, normativas e decisórias, previstas nesta Lei Complementar;



DEFENSORIA PÚBLICA

- II - opinar, por solicitação do Defensor Público-Geral, sobre matéria pertinente à autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública;
- III - suscitar ao Defensor Público-Geral sobre assuntos de interesse da instituição, especialmente a criação de cargos, supressão ou alteração de Núcleos, alteração da estrutura orgânica e da proposta orçamentária;
- IV - elaborar lista tríplice destinada à promoção por merecimento, uma para cada vaga, e encaminhá-la ao Defensor Público-Geral;
- V - aprovar a lista de antiguidade dos membros e decidir sobre as reclamações e recursos a ela concernentes;
- VI - recomendar ao Defensor Público-Geral, de ofício ou mediante proposição do Corregedor-Geral, após aprovação por maioria simples dos seus membros, a instauração de processo disciplinar contra servidores;
- VII - recomendar ao Defensor Público-Geral, mediante proposição do Corregedor-Geral, após aprovação pelo voto de 2/3 (dois terços) dos seus membros, a instauração de processo disciplinar contra membros;
- VIII - conhecer e julgar, em grau de recurso, os processos administrativos disciplinares contra membros ou servidores, já decididos em primeira instância pelo Defensor Público-Geral;
- IX - decidir sobre o pedido de revisão de processo administrativo disciplinar;
- X - decidir sobre a avaliação do estágio probatório dos membros, submetendo sua decisão à homologação do Defensor Público-Geral;
- XI - deliberar sobre a organização do concurso para ingresso na carreira de membro e de servidor, e designar os representantes da instituição que integrarão a Comissão do Concurso;
- XII - organizar e supervisionar os concursos para provimento dos cargos da carreira de membro e de servidor e os seus respectivos regulamentos;
- XIII - autorizar, em grau de recurso, o afastamento dos membros;
- XIV - recomendar correições extraordinárias;
- XV - propor inspeção de saúde nos casos de aposentadoria por invalidez de membro;
- XVI - elaborar seu regimento interno e o da Defensoria Pública;
- XVII - elaborar enunciados de súmulas;
- XVIII - decidir sobre a fixação ou alteração de atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública, bem como, em grau de recurso, sobre conflito de atribuição entre órgãos de atuação e de execução;
- XIX - aprovar o plano de atuação da Defensoria Pública, após ampla divulgação;
- XX - exercer outras atribuições que forem conferidas por lei.

Parágrafo único. As decisões do Conselho Superior serão motivadas e publicadas, e suas sessões serão públicas, salvo nas hipóteses legais de sigilo, e realizadas, no mínimo, mensalmente, podendo ser convocadas, por qualquer conselheiro, caso não realizada dentro desse prazo.

As resoluções e demais atos do Conselho, referentes ao exercício de 2021, podem ser acessadas em <https://defensoria.ap.def.br/conselhosuperior>.

Destaca-se também a Corregedoria-Geral que atuou no sentido de:

- I - realizar correições e inserções funcionais;
- II - sugerir ao Defensor Público-Geral o afastamento de membro que esteja sendo submetido à correição, sindicância ou processo administrativo disciplinar, quando cabíveis;
- III - propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membro;
- IV - apresentar ao Defensor Público-Geral, até o final de março de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior;
- V - receber e processar as representações contra membros, encaminhando-as,



DEFENSORIA PÚBLICA

com parecer, ao Conselho Superior;

VI- propor a instauração de processo disciplinar contra membros e servidores;

VII - acompanhar o estágio probatório dos membros;

VIII - propor a exoneração de membros que não cumprirem as condições do estágio probatório;

IX- supervisionar, em caráter permanente, as atividades dos membros, coibindo erros, abusos, omissões e distorções verificadas, bem como sugerir medidas preventivas e ações de aperfeiçoamento e reciclagem;

X - manter atualizados registros estatísticos da produção funcional e científica dos membros, inclusive para apuração de merecimento, com vista à progressão funcional;

XI- desempenhar outras atribuições previstas em lei ou no regulamento interno da Defensoria Pública;

XII - solicitar ao Defensor Público-Geral a designação de membros para auxiliar no exercício de suas funções;

XIII - baixar normas, no limite de suas atribuições, visando à regularidade e ao aperfeiçoamento das atividades da instituição, observada a independência funcional de seus membros;

XIV - expedir recomendações aos membros sobre matéria afeta à competência da Corregedoria-Geral;

XV - sugerir ao Conselho Superior, em forma de representação, a conveniência da remoção compulsória de Defensor Público (LC Nº 121, de 31 de Dezembro de 2019).

Os atos relativos a atuação da corregedoria podem ser observados em <https://defensoria.ap.def.br/corregedoria>.

Além disso, a Coordenadoria de Planejamento forneceu dados e informações importantes para o acompanhamento da execução dos projetos, programas e ações para subsidiar as tomadas de decisões da gestão, e nessa linha, houve a atuação da Coordenadoria de Auditoria e controle interno, focou seu plano anual de trabalho no sentido de exercer fiscalização e auditoria orçamentária, financeira, contábil, de pessoal, patrimonial e operacional, no que se refere à legalidade, legitimidade e economicidade, propondo, quando aplicável, orientações de melhorias e sugestões de normatização.

b. Revisão de macroprocessos internos da unidade, caso tenha sido necessária;

Apesar das alterações no formato do trabalho, em decorrência das questões sanitárias, por conta da pandemia do coronavírus, não houveram alterações nos macroprocessos internos e sim adequação das atividades para a modalidade homeoffice, com retorno gradativo das atividades presenciais.

c. Adequações nas estruturas de pessoal , tecnológica. Imobiliária, etc., caso tenham sido necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos;

Ocorreram adequações na estrutura tecnológica e imobiliária com a aquisição de novos materiais permanentes; melhorias no plano arquitetônico e infraestrutura com o início da manutenção predial da sede da DPE/AP em Macapá e nos municípios. Quanto aos aspectos legais, iniciou-se estudo para revisão/alteração de pontos da Lei Complementar nº 121 de 31/12/2019 com o objetivo de ajustar a estrutura organizacional.



DEFENSORIA PÚBLICA

d. Estratégias de Divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados.

As informações relativas aos objetivos traçados e resultados alcançados foram postados no site da DPE/AP, portal da transparência, consolidadas por meio de relatórios trimestrais de monitoramento pelos quais os responsáveis das áreas realizaram análises da execução dos programas e ações, considerando o desempenho físico, orçamentário e financeiro, e também por meio de salas de reunião, capacitações internas e diálogos setoriais.

Abaixo seguem os links de acesso aos relatórios trimestrais.

http://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/coplan/rm_2021/errata_do_relatorio_1_trimestre_2021.pdf

http://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/coplan/rm_2021/relatorio_monitoramento_2_trimestre_2021_dpe_fundo.pdf

http://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/coplan/rm_2021/TERCEIRO_TRIMESTRE_ANO_2021.pdf

http://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/coplan/rm_2021/QUARTO_TRIMESTRE_ANO_2021.pdf

e. Outras estratégias consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos.

Neste subitem, destacaram-se:

- A realização de reuniões de alinhamentos entre setores e gestão da DPE/AP;
- Continuidade do processo de modernização institucional;
- Contratação de empresa de consultoria especializada em cursos In company com participação dos servidores em cursos de capacitação e qualificação e foco na melhoria dos processos internos.
- Captação de recursos através de Emendas parlamentares. Os convênios foram assinados em 2020 e começaram a ser executados em 2021, com aquisições de equipamentos e materiais permanentes.
- Contratação de empresa especializada no fornecimento de curso na modalidade Educação a Distância – EAD, denominado ALURA para atender a equipe da Coordenadoria de Tecnologia da Informação.
- Ocorreram ações itinerantes e mutirões de atendimento ao cidadão, nos municípios de Itaubal do Píririm, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, Amapá, Jornada Itinerante fluvial do TJAP até o Distrito do Bailique; III TCE na Comunidade, ocorrido no Município de Laranjal do Jari.

2.3 Execução do plano de metas ou de ações para o exercício:

a. Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas.

As ações estiveram contempladas no PPA/LDO e LOA e no plano orçamentário da DPE/AP do exercício em questão. Os principais resultados do desempenho financeiro e orçamentário podem ser observados nas tabelas abaixo:



DEFENSORIA PÚBLICA

Tabela 1: Avaliação Financeira Trimestral por Ação –DPE/AP.

Unidade Gestora / Programa / Ação	Até o Mês 12		Executado (Despesas Liquidadas)				Total do Ano
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	1o Trimestre	2o Trimestre	3o Trimestre	4o Trimestre	
050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE	41508250	42943250	5024443,25	6673648,57	6326619,76	8011067,69	26035779,27
0074 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	39775080	36443341	5024375,47	6671348,57	6315070,81	7959773,28	25970568,13
1010 - IMPLANTAR SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO	1642980	150000	0	9875	0	3825	13700
2019 - EQUIPAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	2513000	2935361	0	0	2600	2150	4750
2020 - REMUNERAÇÃO, PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DOS SERVIDORES DA DPE-AP	28770000	24558700	4959132,25	6145687,44	5897222,81	7063214,63	24065257,13
2021 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA	6249100	8624980	65243,22	515786,13	415248	890583,65	1886861
2022 - OPORTUNIZAR ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES E RESIDÊNCIA PARA BACHARÉIS	600000	174300	0	0	0	0	0
0075 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	1733170	6499909	67,78	2300	11548,95	51294,41	65211,14
1011 - IMPLANTAR NÚCLEOS DE ATENDIMENTOS	998000	4532900	0	0	0	0	0
2023 - DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	735170	1967009	67,78	2300	11548,95	51294,41	65211,14

SIAFE AP - Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Amapá, 2021.

Tabela 2: Avaliação Financeira Trimestral por Ação - FEDPAP

Unidade Gestora / Programa / Ação	Até o Mês 12		Executado (Despesas Liquidadas)				Total do Ano
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	1o Trimestre	2o Trimestre	3o Trimestre	4o Trimestre	
050301 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - FEDPAP	482.500,00	1.098.486,00	0	0	0	0	0
0076 - GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - FUNDEPAP	482.500,00	1.098.486,00	0	0	0	0	0
2024 - GESTÃO E REAPARELHAMENTO DA DPE-AP - FUNDEPAP	482.500,00	1.098.486,00	0	0	0	0	0

SIAFE AP - Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Amapá, 2021.

Neste subitem cabe destaque aos resultados relativos a meta física e ao produto contratado.

Tabela 3: Conferência de metas físicas e produtos DPE/AP

Unidade Orçamentária / Programa / Ação / Produto	Município	Meta Física	Valor
05101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ		207.446	R\$ 41.508.250,00
0074 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA		403	R\$ 39.775.080,00
1010 - IMPLANTAR SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO UNIDADE IMPLANTADA		21	R\$ 1.642.980,00
2019 - EQUIPAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO -		21	R\$ 2.513.000,00



DEFENSORIA PÚBLICA

UNIDADE EQUIPADA	21	
2020 - REMUNERAÇÃO, PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DOS SERVIDORES DA DPE-AP	240	R\$ 28.770.000,00
SERVIDOR REMUNERADO	240	
2021 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA -	21	R\$ 6.249.100,00
UNIDADE MANTIDA	21	
2022 - OPORTUNIZAR ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES E RESIDÊNCIA PARA BACHARÉIS -	100	R\$ 600.000,00
ESTAGIÁRIO CONTRATADO	100	
0075 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS -	207.043	R\$ 1.733.170,00
1011 - IMPLANTAR NÚCLEOS DE ATENDIMENTOS -	3	R\$ 998.000,00
NÚCLEO IMPLANTADO	3	
2023 - DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	207.040	R\$ 735.170,00
CIDADÃO ATENDIDO	207.040	

SIAFE AP - Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Amapá, 2021

Tabela 4: Conferência de metas físicas e produtos - FEDPAP

Unidade Orçamentária / Programa / Ação / Produto	Município	Meta Física	Valor
05301 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA		21	R\$ 482.500,00
0076 - GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - FUNDEPAP		21	R\$ 482.500,00
2024 - GESTÃO E REAPARELHAMENTO DA DPE-AP - FUNDEPAP - MODERNIZAR OS PROCESSOS DE GESTÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA		21	R\$ 482.500,00
UNIDADE EQUIPADA		21	0

SIAFE AP - Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Amapá, 2021

b. Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas, se for o caso.

O não atingimento de algumas metas esteve atrelado a não execução de ações nas questões físicas e financeiras, por motivos diversos, que estão especificados nas análises trimestrais, realizadas pelos coordenadores e chefes das áreas estratégicas, táticas e operacionais, contidos nos quadros abaixo:

Programa: 0074 - Gestão e Manutenção da Defensoria Pública.

Ação 1010 : Implantar Sistemas de Informação e Gestão.

1º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado(R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
1010 - Implantar Sistemas de Informação e Gestão	1.642.980,00	1.642.980,00	-	-	Unidades Implantadas	21	9	42,86



DEFENSORIA PÚBLICA

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo adquirir os processos de gestão da Defensoria Pública, com implementação de recursos de tecnologia e comunicação que possibilitem a adoção de procedimentos informatizados e integrados para dar apoio a gestão e facilitar o acesso à informação, de forma rápida e confiável, aos membros e servidores, proporcionando um melhor atendimento à população hipossuficiente e vulnerável do Estado do Amapá.

No primeiro trimestre foi realizado um estudo interno pela Coordenadoria de Tecnologia e Informação com intuito de apurar as necessidades de implantar sistemas de informação e gestão nas dependências da Defensoria Pública do Estado. Foram realizadas diversas reuniões com o Conselho Superior para alinhar os objetivos e metas a ser alcançada, nesse primeiro momento a execução financeira foram 0,0%.

Em relação à meta física programada, foram implantados diversos software produzidos pela Coordenadoria de Tecnologia e Informação os quais podemos citar:- Sistema de Chamados; Sistema de Protocolo Interno e Externo; Sistema de Plantão; Sistema de Eleição; Sistema de Contratos e Convênios; Portal do Servidor; Portal da Transparência; Diário Eletrônico e Remodelagem do Web site, atingindo o percentual de 42,86% da meta física programada, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados).

2º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
1010 - Implantar Sistemas de Informação e Gestão	1.642.980,00	1.642.980,00	9.875,00	0,60	Unidades Implantadas	21	8	38,10

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo propiciar os processos de gestão da Defensoria Pública, com implementação de recursos de tecnologia e comunicação que possibilitem a adoção de procedimentos informatizados e integrados para dar apoio a gestão e facilitar o acesso à informação, de forma rápida e confiável, aos membros e servidores, proporcionando um melhor atendimento à população hipossuficiente e vulnerável do Estado do Amapá.

O primeiro trimestre foi realizado um estudo interno pela Coordenadoria de Tecnologia e Informação com intuito de apurar as necessidades de implantar sistemas de informação e gestão nas dependências da Defensoria Pública do Estado, durante o segundo trimestre, foram realizadas a elaboração de diversos Termos de Referências, como a aquisição de Software de Atendimento ao público, aquisição de certificação digital, fornecimento de link de internet, fornecimento de hospedagem de site e e-mails compartilhada, aquisição de software de treinamento e aperfeiçoamento da equipe de desenvolvimento interno e aquisição de empresa especializada em manutenção de notebooks, aquisição de software de videoconferência e aquisição de software de banco de registro de preço pelo setor de Licitação, nesse primeiro momento a execução financeira foi 0,60%. Em relação a meta física programada, foram iniciado os processos de licitações dos seguintes itens Curso de Aperfeiçoamento dos programadores; Hospedagem de web site e e-mails corporativos; Fornecimento de link de internet; Aquisição de certificados digitais; Software de videoconferência; Empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de notebooks, Software de atendimento ao público, atingindo o percentual de 38,10% da meta física programada, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados).

3º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
1010 - Implantar Sistemas de Informação e Gestão	1.642.980,00	1.642.980,00	-	-	Unidades Implantadas	21	14	38,10

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo propiciar os processos de gestão da Defensoria Pública, com implementação de recursos de tecnologia e comunicação que possibilitem a adoção de procedimentos informatizados e integrados para dar apoio a gestão e facilitar o acesso à informação, de forma rápida e confiável, aos membros e servidores, proporcionando um melhor atendimento à população hipossuficiente e vulnerável do Estado do Amapá.

No terceiro trimestre, com a implantação do sistema de protocolo e a aquisição do certificado digital, o tempo de realização de algumas atividades da rotina administrativa foi otimizado.

Em relação à meta física programada, quanto à implantação de Sistemas de Informação e Gestão, destaca-se que não foram realizados processos de compra, contudo, diversos softwares foram desenvolvidos e implantados pela Coordenadoria de Tecnologia e Informação, os quais podemos citar: Sistema de Chamados; Sistema de Protocolo Interno e Externo; Sistema de Plantão; Sistema de Eleição; Sistema de Contratos e Convênios; Sistema de Controle de Contratos e Atas; Sistema de RH; Sistema da Corregedoria Geral; Portal do Servidor; Integração do Solar com o Tucujuris e SEEU via MNI; Adição do Módulo de Guichê no sistema Solar; Portal da Transparência; Diário Eletrônico e Remodelagem do Web site; mudança e estruturação da infraestrutura de redes para o novo prédio da DPE.

4º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
1010 - Implantar Sistemas de Informação e Gestão	1.642.980,00	150.000,00	3.825,00	2,55	Unidades Implantadas	21	21	100,00

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo propiciar os processos de gestão da Defensoria Pública, com implementação de recursos de tecnologia e comunicação que possibilitem a adoção de procedimentos informatizados e integrados para dar apoio a gestão e facilitar o acesso à informação, de forma rápida e confiável, aos membros e servidores, proporcionando um melhor atendimento à população hipossuficiente e vulnerável do Estado do Amapá. A dotação atualizada na referida ação é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo executado neste último trimestre



DEFENSORIA PÚBLICA

o total de R\$ 3.825,00 (três mil oitocentos e vinte e cinco reais), representado 2,55% da execução financeira.

Em relação a meta física programada, foram implantados sistema de protocolo, aquisição do certificado digital, além de diversos software produzidos pela Coordenadoria de Tecnologia e Informação os quais podemos citar : Sistema de RH; Portal do Servidor; Integração do Solar com o Tucujuris e SEEU via MNI; Adição do Módulo de Guichê no sistema Solar; Remodelagem da Área do Servidor do Web site, Manutenção nas Máquinas Virtuais da DPEAP, configuração Física e Lógica do Servidor de Redes, Mudanças no módulo do Sistema de Protocolos e Sistemas Administrativos, Assinatura Múltipla, manutenção da função de downloads, desenvolvendo da área administrativa, implantação LDAP para manipular as solicitações de login e senha a ser utilizado login único, consolidação da rotina de backups para armazenamento constante de arquivo, desta forma, garantindo a continuidade dos serviços em situações críticas como ataques ransomwares, DdoS, gerenciamento do(e) STORAGE (repositório onde são centralizados os dados) dos sistemas administrativos e protocolos, que consiste no processo de atribuir capacidade de armazenamento dos nossos servidores, para liberar espaço na unidade, fechar lacunas de memória, reduzir tempos de recuperação e maximizar sua capacidade de armazenamento, Aquisição de modem para ações nos interiores com problemas de internet. Desta feita, atendendo o objetivo proposto pela ação no exercício de 2021.

Ação 2019: Equipar as Unidades da Defensoria Pública do Estado

1º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2019 - Equipar as Unidades da Defensoria Pública do Estado	2.513.000,00	2.935.361,00	-	-	Unidades Equipadas	21	-	-

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo equipar a Defensoria Pública (Sede e Núcleos Regionais) com a aquisição de veículos, móveis, equipamentos e instalações modernas, padronizadas e acessíveis, propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão hipossuficiente e vulnerável, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador aos membros e servidores da Defensoria Pública, reforçando a sua finalidade pública. No primeiro trimestre a execução financeira e a Meta Física foram de 0,00%, em decorrência da não aquisição de equipamentos e material permanente.

No dia 15/01/2021 foi realizado o processo referente às aquisições de material permanente através das Emendas Federais, onde alguns itens foram desertos em razão dos valores de mercado subirem de preço, assim foi solicitado ajuste do Plano de Trabalho, o qual está aguardando autorização pelo Ministério da Justiça.

2º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2019 - Equipar as Unidades da Defensoria Pública do Estado	2.513.000,00	2.935.361,00	-	-	Unidades Equipadas	21	-	-

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo equipar a Defensoria Pública (Sede e Núcleos Regionais) com a aquisição de veículos, móveis, equipamentos e instalações modernas, padronizadas e acessíveis, propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão hipossuficiente e vulnerável, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador aos membros e servidores da Defensoria, reforçando a sua finalidade pública.

No segundo trimestre não houve execução financeira e de meta física. O processo referente as aquisições de material permanente, através das Emendas Federais, teve autorização do ajuste do Plano de Trabalho pelo Ministério da Justiça, e a licitação ocorreu no dia 29.06.2021, tendo sido concluída em quase sua totalidade, apenas 5 (cinco) itens foram fracassados (púlpito, estabilizador, longarina c/ braço, monitor secundário e servidor) e será feita a republicação desses itens após a formalização dos itens homologados e adjudicados. Publicações no Diário Oficial do Estado de nº 7440; 7450; 7455.

3º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2019 - Equipar as Unidades da Defensoria Pública do Estado	2.513.000,00	2.935.361,00	2.600,00	0,09	Unidades Equipadas	21	1	4,76

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo equipar a Defensoria Pública (Sede e Núcleos Regionais) com a aquisição de veículos, móveis, equipamentos e instalações modernas, padronizadas e acessíveis, propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão hipossuficiente e vulnerável, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador aos membros e servidores da Defensoria, reforçando a sua finalidade pública.

No terceiro trimestre houve execução financeira no valor de R\$ 2.600,00 (Dois mil e seiscentos reais) correspondente a 0,09% da dotação inicial. Este valor é referente a aquisição de um GPS para atender as necessidades específicas do trabalho técnico realizado pela Coordenação de Engenharia e Arquitetura. O processo referente as aquisições de material permanente foi garantido pelas Emendas Federais do ajuste do Plano de Trabalho pelo Ministério da Justiça, que teve republicação dos itens anteriormente fracassados para o dia 21.10.2021



DEFENSORIA PÚBLICA

e certame irá ocorrer no dia 28.10.2021.

Quanto à meta física, obteve-se execução de 4,76% do programada com a aquisição do equipamento GPS, que atende todos os Núcleos Regionais e Especializados da Defensoria Pública do Estado do Amapá.

4º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2019 - Equipar as Unidades da Defensoria Pública do Estado	2.513.000,00	2.935.361,00	2.150,00	0,07	Unidades Equipadas	21	1	4,76

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo equipar a Defensoria Pública (Sede e Núcleos Regionais) com a aquisição de veículos, móveis, equipamentos e instalações modernas, padronizadas e acessíveis, propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão hipossuficiente e vulnerável, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador aos membros e servidores da Defensoria, reforçando a sua finalidade pública.

No quarto trimestre a dotação atualizada foi de R\$ 2.935.361,00 (dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e um real), houve execução financeira no valor de R\$ 2.150,00 (Dois mil cento e cinquenta

reais) correspondente a 0,07% da dotação inicial. O processo referente as aquisições de material permanente através das Emendas Federais do ajuste do Plano de Trabalho pelo Ministério da Justiça no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) referente ao Convênio nº 903849/2020 está em execução na fase de recebimentos dos itens listados: Switch, Cadeira tipo diretor, Centrais de Ar, Televisores, Notebooks, Microcomputadores, Impressoras, Scanner de Mesa, Patch Panel, Bebedouro de Coluna, Microfones, Tela Retrátil, Estação de Trabalho, Sofá, Roteadores, Caixa de Som, Projeto Ful HD, entre outros. Quanto a meta física programada a execução de 4,76% em decorrência do material adquirido (medidor de distância a laser) ser específico para o setor de Engenharia e Arquitetura.

Ação 2020: Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP.

1º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2020 - Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP.	28.770.000,00	28.770.000,00	4.959.132,25	17,24	Servidor Remunerado	240	184	76,67

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo garantir o pagamento da remuneração mensal dos defensores públicos de carreira, comissionados e demais servidores ativos, incluindo-se os respectivos encargos sociais, auxílios e outros benefícios de caráter indenizatório.

O valor atualizado desta ação é de R\$ 28.770.000,00 (vinte e oito milhões setecentos e setenta mil reais). Neste trimestre foi executado o valor de R\$ 4.959.132,25 (Quatro milhões, novecentos e cinquenta e nove mil e centos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos), equivalente ao percentual de 17,24% do atualizado.

No que tange a meta física programada, foram pagos nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março, respectivamente 180, 185 e 189, representando uma média no trimestre de 184 servidores e membros remunerados da instituição, portanto, 76,67% de execução.

2º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2020 - Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP.	28.770.000,00	28.770.000,00	6.145.687,44	21,36	Servidor Remunerado	240	197	82,08



DEFENSORIA PÚBLICA

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo garantir o pagamento da remuneração mensal dos defensores públicos de carreira, comissionados e demais servidores ativos, incluindo-se os respectivos encargos sociais, auxílios e outros benefícios de caráter indenizatório.

O valor atualizado desta ação é de R\$ 28.770.000,00 (vinte e oito milhões setecentos e setenta mil reais).

Neste trimestre foi executado o valor de R\$ 6.145.687,44 (Seis milhões, cento e quarenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), equivalente ao percentual de 21,36% do atualizado. No que tange a meta física programada, foram pagos nos meses de Abril, Maio e Junho, respectivamente 193, 199 e 199, representando uma média no trimestre de 197 servidores e membros remunerados da instituição, portanto, 82,08% de execução.

3º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2020 - Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP.	28.770.000,00	28.770.000,00	5.897.222,81	20,50	Servidor Remunerado	240	205	85,42

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo garantir o pagamento da remuneração mensal dos defensores públicos de carreira, comissionados e demais servidores ativos, incluindo-se os respectivos encargos sociais, auxílios e outros benefícios de caráter indenizatório.

O valor atualizado desta ação é de R\$ 28.770.000,00 (vinte e oito milhões, setecentos e setenta mil reais).

Neste trimestre foi executado o valor de R\$ 5.897.222,81 (Cinco milhões, oitocentos e noventa e sete mil e duzentos e vinte e dois reais e oitenta e um centavos), equivalente ao percentual de 20,50% do atualizado. No que tange a meta física programada, foram pagos nos meses de Julho, Agosto e Setembro, respectivamente 202, 209 e 203, representando uma média no trimestre de 205 servidores e membros remunerados da instituição, portanto, 85,42% de execução.

4º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2020 - Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP	28.770.000,00	24.558.700,00	7.063.214,63	28,76	Servidor Remunerado	240	206	85,83

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo garantir o pagamento da remuneração mensal dos defensores públicos de carreira, comissionados e demais servidores ativos, incluindo-se os respectivos encargos sociais, auxílios e outros benefícios de caráter indenizatório.

O valor atualizado desta ação é de R\$ 24.558.700,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil e setecentos reais). A execução neste último trimestre foi de R\$ 7.063.214,53 (sete milhões, sessenta e três mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e três centavos), equivalente ao percentual de 28,76% do atualizado, com um aumento de 8,26% em relação ao terceiro trimestre.

No que tange a meta física programada, foram pagos nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, respectivamente 203, 207 e 208, representando uma média no trimestre de 206 servidores e membros remunerados da instituição, portanto, 85,83% de execução.

Ação 2021: Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública.

1º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública	6.249.100,00	6.029.900,00	65.243,22	1,08	Unidade Mantida	21	21	100,00

Análise da Ação: Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo assegurar a manutenção da gestão administrativa da Defensoria Pública do Estado do Amapá, por meio da manutenção dos contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, concessão de suprimento de fundos, e ampliação e reforma das unidades físicas. Com Dotação



DEFENSORIA PÚBLICA

Orçamentária inicial, no valor de R\$ 6.249.100,00 (seis milhões duzentos e quarenta e nove reais e cem). Destaca-se que no primeiro trimestre houve execução de R\$ 65.243,22 (sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos), representando um percentual de execução de 1,08%

O valor executado segue assim distribuído: 0,10% em despesas com Diárias Civil; 0,63% com Locação de Mão de Obra e 0,35% em Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica (Serviços Bancários, Energia Elétrica, Sistemas e Aluguel de Veículos). Em relação à meta física programada, a execução foi de 100% do previsto, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados).

Neste período foram estartados processos de contratação tais como: gás, dedetização, carimbos, manutenção de notebooks, canais on-line, telefonia. Em virtude dessa formalização, estima-se que os processos sejam concluídos pela CPL/DPE no segundo trimestre deste exercício. Houve visita técnica e fiscalização da manutenção predial dos municípios de Amapá, Calçoene e Oiapoque.

Nota Explicativa: Devido a Pandemia da COVID-19 o atendimento presencial da Defensoria foi suspenso, sendo exclusivamente por meio eletrônico, ficando em regime de trabalho remoto os membros, servidores e colaboradores dos Núcleos Especializados e Regionais da DPE/AP. Permanecendo em regime de trabalho presencial os servidores dos órgãos da administração superior, dos órgãos auxiliares e apoio técnico administrativo para garantir o funcionamento e manutenção dos serviços da DPE/AP.

2º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública	6.249.100,00	6.029.900,00	515.796,13	8,55	Unidade Mantida	21	21	100,00

Análise da Ação: Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo assegurar a manutenção da gestão administrativa da Defensoria Pública do Estado do Amapá, por meio da manutenção dos contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, concessão de suprimento de fundos, e ampliação e reforma das unidades físicas. Com Dotação Orçamentária atualizada, no valor de R\$ 6.029.900,00 (seis milhões vinte e nove mil e novecentos reais). Destaca-se que no segundo trimestre houve execução de R\$ 515.786,13 (quinhentos e quinze mil, setecentos e oitenta e seis reais e treze centavos), representando um percentual de execução de 8,55%. O valor executado, segue assim distribuídos: 0,13% em despesas com Diárias Civil; 0,09% com Material de Consumo; 0,03% com Passagens e Despesas com Locomoção; 2,50% com Locação de Mão de Obra e 5,80% em Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica (Serviços Bancários, Energia Elétrica, Sistemas, Aluguel de Veículos, Água e Esgoto, Manutenção Predial e de Centrais de Ar). Em relação à meta física programada, a execução foi de 100% do previsto, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados). Neste período foram estartados processos de contratação tais como: combustível, Mchat, site e e-mail, certificado digital, carteira funcional, dentre outros. Em virtude da formalização, estima-se que os processos sejam concluídos pela CPL/DPE no terceiro trimestre deste exercício. Foi realizado estudo interno pela Coordenadoria de Tecnologia e Informação com intuito de apurar as necessidades de renovar a utilização do sistema de atendimento ao público utilizando a ferramenta do Whassaap, foi realizado a requisição para Coordenadoria que realizou o estudo e elaboração do Termo de referência que resultou na contratação da empresa MSB Tecnologia, vencedora do certame, que começou a realizar a prestação do serviço em junho de 2021. Houve visita técnica, fiscalização e medição da manutenção predial dos municípios de Amapá, Calçoene e Oiapoque, houve também viagens aos municípios de Porto Grande, Pedra Branca, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí, para pesquisa de imóveis aptos para locação com o intuito de sediar as defensorias regionais nos referidos municípios.

Nota Explicativa: Devido a Pandemia da COVID-19 o atendimento presencial da Defensoria foi suspenso, sendo exclusivamente por meio eletrônico, ficando em regime de trabalho remoto os membros, servidores e colaboradores dos Núcleos Especializados e Regionais da DPE/AP. Permanecendo em regime de trabalho presencial os servidores dos órgãos da administração superior, dos órgãos auxiliares e apoio técnico administrativo para garantir o funcionamento e manutenção dos serviços da DPE/AP.

3º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública	6.249.100,00	6.029.900,00	415.248,00	6,89	Unidade Mantida	21	21	100,00

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo assegurar a manutenção da gestão administrativa da Defensoria Pública do Estado do Amapá, por meio da manutenção dos contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, concessão de suprimento de fundos, e ampliação e reforma das unidades físicas, com Dotação orçamentária atualizada no valor de R\$ 6.029.900,00 (seis milhões vinte e nove mil e novecentos reais).

destaca-se que no terceiro trimestre houve execução de R\$ 415.248,00 (quatrocentos e quinze mil, duzentos e quarenta e oito reais), **representando** um percentual de execução de 6,89%. o valor

executado, segue assim distribuídos: 0,28% em despesas com Diárias Civil; 0,13% com Material de Consumo; 0,19% com Passagens e Despesas com Locomoção; 1,99% com Locação de Mão de Obra e 4,29% em Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica (Serviços Bancários, Energia Elétrica, Sistemas, Aluguel de Veículos, Água e Esgoto, Curso Alura, Manutenção Predial e de Centrais de Ar).

Em relação à meta física programada, a execução foi de 100% do previsto, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados). Neste período foram estartados processos de contratação tais como:



DEFENSORIA PÚBLICA

treinamento de TI, café, açúcar, copo descartável, dentre outros. Em virtude da formalização, estima-se que os processos sejam concluídos pela CPL/DPE até o quarto trimestre deste exercício. Foi adquirido e-mail institucional próprio e hospedagem de site e celulares para uso funcional na instituição. Ocorreram medições dos serviços no mês de Agosto, para a empresa de Manutenção dos Interiores e visitas de fiscalização nos 3 meses aos municípios de Amapá, Calçoene e Oiapoque. Foi realizada a 1ª ordem de serviço na Manutenção do Prédio Sede da Defensoria em Macapá, realizada também a primeira medição.

Ressaltamos a publicação do Ato Administrativo nº 35, de 07 de julho de 2021 que estabelece a retomada gradual das atividades presenciais da Defensoria Pública do Estado do Amapá e dá outras providências.

4º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade e de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2021 - Manutenção da Gestão Administrativa Defensoria Pública	6.249.100,00	8.624.980,00	890.583,65	10,33	Unidade Mantida	21	21	100,00

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo assegurar a manutenção da gestão administrativa da Defensoria Pública do Estado do Amapá, por meio da manutenção dos contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, concessão de suprimento de fundos, e ampliação e

reforma das unidades físicas. Com Dotação Orçamentária atualizada, no valor de R\$ 8.624.980,00 (oito milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, novecentos e oitenta reais). Destaca-se que no quarto trimestre houve execução de R\$ 890.583,65 (oitocentos e noventa mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), representando um percentual de execução de 10,33%.

O valor executado segue assim distribuídos: 0,15% em despesas com Diárias Civil; 0,44% com Material de Consumo; 0,30% com Passagens e Despesas com Locomoção; 1,43% com Locação de Mão de Obra; 7,98% em Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica (Serviços Bancários, Energia Elétrica, Sistemas, Aluguel de Veículos, Água e Esgoto, Cursos, Manutenção Predial e de Centrais de Ar, Aluguel Predial e Certificação Digital); 0,01% em Obrigações Tributárias e Contributivas e 0,01% com Despesas de Exercícios Anteriores. Em relação à meta física programada, a execução foi de 100% do previsto, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados). Foi adquirido rede lógica para atender toda a Defensoria Pública do Estado do Amapá. Foram realizadas neste trimestre medições dos serviços referente a empresa de Manutenção dos Interiores e visitas de fiscalização em dois meses aos municípios de Amapá, Calçoene e Oiapoque, sendo concluída a manutenção no município de Amapá. Ocorreu também a segunda ordem de serviço de Manutenção do prédio que está alugado para esta Defensoria Pública em Macapá, pedido de rede lógica, fachada, pintura e outros.

Ressaltamos a publicação do Ato Administrativo nº 36, de 01 de dezembro de 2021 que estabelece a segunda etapa da retomada gradual das atividades presenciais da Defensoria Pública do Estado do Amapá e dá outras providências. Ressaltamos a publicação do Ato Administrativo nº 35, de 07 de julho de 2021 que estabelece a retomada gradual das atividades presenciais da Defensoria Pública do Estado do Amapá e dá outras providências.

Ação 2022: Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para Bacharéis.

1º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2022 - Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para Bacharéis	600.000,00	600.000,00	-	0,00	Estagiário Contratado	100	0,00	0,00

Análise da Ação: A referida ação tem como objetivo oferecer o desenvolvimento de estágio supervisionado no ambiente de trabalho da Defensoria Pública a educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, visando à preparação para o trabalho produtivo, por meio da prática em atividades específicas, compatíveis com a sua formação e experiência. A composição orçamentária inicial da Ação 2022 é de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais). E a meta física prevista, conforme previsto no PPA 2020-2023, é de 100 (cem) estagiários. No entanto, em razão da pandemia da Covid-19 (desde março/2020) e aos inúmeros decretos estaduais e municipais de proteção, que afetaram a plena realização de atividades essenciais, tanto a composição orçamentária, quanto a meta física, não foi efetivada. Mesmo diante da situação, a DPE continua realizando suas atividades, e um processo para futura contratação de empresa especializada na prestação do serviço, que está na fase de finalização. Assim, pelo motivo exposto, no primeiro trimestre de 2021 não houve a contratação de estagiários para prestarem serviços na Defensoria Pública do Estado.

2º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %



DEFENSORIA PÚBLICA

2022 - Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para Bacharéis	600.000,00	600.000,00	-	0,00	Estagiário Contratado	100	0,00	0,00
---	------------	------------	---	------	-----------------------	-----	------	------

Análise da Ação: A referida ação tem como objetivo oferecer o desenvolvimento de estágio supervisionado no ambiente de trabalho da Defensoria Pública a educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, visando à preparação para o trabalho produtivo, por meio da prática em atividades específicas, compatíveis com a sua formação e experiência. A composição orçamentária da Ação 2022 é de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais). E a meta física prevista, conforme o PPA 2020-2023, é de 100 (cem) estagiários. No entanto, em razão da pandemia da Covid-19 (desde março/2020) e aos inúmeros decretos estaduais e municipais de proteção, que afetaram a plena realização de atividades essenciais, tanto a composição orçamentária, quanto a meta física, não foram efetivadas. Mesmo diante da situação, a DPE continua realizando suas atividades, e um processo para futura contratação de empresa especializada na prestação do serviço, conforme informado no relatório anterior, está na fase de finalização. Assim, pelo motivo exposto, no segundo trimestre de 2021 não houve a contratação de estagiários para prestarem serviços na Defensoria Pública do Estado.

3º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2022 - Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para Bacharéis	600.000,00	600.000,00	-	0,00	Estagiário Contratado	100	0,00	0,00

Análise da Ação: A referida ação tem como objetivo oferecer o desenvolvimento de estágio supervisionado no ambiente de trabalho da Defensoria Pública a educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, visando à preparação para o trabalho produtivo, por meio da prática em atividades específicas, compatíveis com a sua formação e experiência.

A composição orçamentária da Ação 2022 é de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais). E a meta física prevista, conforme o PPA 2020-2023, é de 100 (cem) estagiários. No entanto, em razão da pandemia da Covid-19 (desde março/2020) e aos inúmeros decretos estaduais e municipais de proteção, que afetaram a plena realização de atividades essenciais, tanto a composição orçamentária, quanto a meta física, não foram efetivadas.

Mesmo diante da situação, a DPE continua realizando suas atividades, e um processo para futura contratação de empresa especializada na prestação do serviço, conforme informado no relatório anterior, está na fase de finalização. Assim, pelo motivo exposto, no terceiro trimestre de 2021 não houve a contratação de estagiários para prestarem serviços na Defensoria Pública do Estado.

4º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2022 - Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para Bacharéis	600.000,00	174.300,00	-	0,00	Estagiário Contratado	100	0,00	0,00

Análise da Ação: A referida ação tem como objetivo oferecer o desenvolvimento de estágio supervisionado no ambiente de trabalho da Defensoria Pública a educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, visando à preparação para o trabalho produtivo, por meio da prática em atividades específicas, compatíveis com a sua formação e experiência.

A composição orçamentária da Ação 2022 é de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), sendo realizada alteração orçamentária, ficando com R\$ 174.300,00 (cento e setenta e quatro mil e trezentos reais) de dotação atualizada.

E a meta física prevista, conforme o PPA 2020-2023, é de 100 (cem) estagiários. No entanto, em razão da pandemia da Covid-19 (desde março/2020) e aos inúmeros decretos estaduais e municipais de proteção, que afetaram a plena realização de atividades essenciais, tanto a composição orçamentária, quanto a meta física, não foram efetivadas. Mesmo diante da situação, a DPE continua realizando suas atividades, e em 22 de outubro de 2021 assinou o Contrato nº 023/2021 de prestação de serviços com a empresa Centro de Integração Empresa-Escola- CIEE, tendo como objeto de contratação a operacionalização, o gerenciamento e a administração do Programa de Estágio da Defensoria Pública do Estado do Amapá. No mês de dezembro de 2021 foram publicados os Editais nºs. 01/2021 e 02/2021 de seleção pública de estagiários, processo que se encontra em andamento. Assim, pelo motivo exposto, no quarto trimestre de 2021, houve a contratação da empresa e publicação de editais, para selecionar os estagiários

que prestarão serviços na Defensoria Pública do Estado no decorrer do ano de 2022



DEFENSORIA PÚBLICA

Programa: 0075 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos Hipossuficientes e vulneráveis.

Ação 1011: Implantar Núcleos de Atendimentos

1º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
1011 - Implantar Núcleos de Atendimentos	998.000,00	998.000,00	-	0,00	Núcleo Implantado	3	0,00	0,00
Análise da Ação: Esta ação tem como finalidade ampliar e descentralizar o atendimento prestado pela Defensoria Pública, por meio da construção de novas sedes de núcleos de comarcas e/ou instalação de núcleos especializados de atendimento. A composição orçamentária inicial desta ação é de R\$ 998.000,00 (novecentos e noventa e oito reais). Em razão das tratativas para as aquisições dos terrenos, que estão sendo realizadas nas prefeituras municipais e secretarias, não houve a execução financeira e meta física alcançada no primeiro trimestre.								

2º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
1011 - Implantar Núcleos de Atendimentos	998.000,00	998.000,00	-	0,00	Núcleo Implantado	3	0,00	0,00
Análise da Ação: Esta ação tem como finalidade ampliar e descentralizar o atendimento prestado pela Defensoria Pública, por meio da construção de novas sedes de núcleos de comarcas e/ou instalação de núcleos especializados de atendimento. A composição orçamentária inicial desta ação é de R\$ 998.000,00 (novecentos e noventa e oito reais). Em razão das tratativas para as aquisições dos terrenos, que estão sendo realizadas nas prefeituras municipais e secretarias, não houve a execução financeira e meta física alcançada no segundo trimestre.								

3º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
1011 - Implantar Núcleos de Atendimentos	998.000,00	998.000,00	-	0,00	Núcleo Implantado	3	0,00	0,00
Análise da Ação: Esta ação tem como finalidade ampliar e descentralizar o atendimento prestado pela Defensoria Pública, por meio da construção de novas sedes de núcleos de comarcas e/ou instalação de núcleos especializados de atendimento. A composição orçamentária inicial desta ação é de R\$ 998.000,00 (novecentos e noventa e oito reais). Em razão das tratativas para as aquisições dos terrenos, que estão sendo realizadas nas prefeituras municipais e secretarias, não houve a execução financeira e meta física alcançada no terceiro trimestre, porém, ocorreu estudos e planejamento para a construção de sedes da DPE/AP nos municípios de Vitória do Jarí, Tartarugalzinho, Porto Grande, Pedra Branca e Ferreira Gomes.								

4º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
1011 - Implantar Núcleos de Atendimentos	998.000,00	4.532.900,00	-	0,00	Núcleo Implantado	3	0,00	0,00
Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo ampliar e descentralizar o atendimento prestado pela Defensoria Pública, por meio de construções e aluguéis de novas sedes de núcleos de comarcas e/ou instalação de núcleos especializados de atendimento.								



DEFENSORIA PÚBLICA

Ocorreram estudos e planejamento para a construção de sedes da DPE/AP nos municípios de Vitória do Jarí, Tartarugalzinho, Porto Grande, Pedra Branca e Ferreira Gomes. Foi realizada a licitação para a construção das sedes acima supracitadas, empresa contratada e realizando estudos para aterramento dos terrenos.

Ação 2023: Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis. 1º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2023 - Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis	735.170,00	532.009,00	67,78	0,01	Cidadão Atendido	51.750	39.917	77,13

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo promover a cidadania emancipatória, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da prestação de orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do Art. 5º da Constituição Federal.

Quanto à questão orçamentária, o valor liquidado no primeiro trimestre do corrente exercício foi de R\$ 67,78 (sessenta e sete reais e setenta e oito centavos) representando 0,01%. O número de cidadãos atendidos, com base nos relatórios de atendimentos encaminhados mensalmente pelos Defensores Públicos, foi de 39.917 e a meta física representou um percentual de 77,13%, não atingindo a execução prevista para o trimestre, meta física não tendo sido atingida em decorrência do cenário de pandemia, ainda que os atendimentos venham acontecendo de forma remota.

A partir das informações contidas nos relatórios de atendimentos mensais, segue a análise da ação 2023 referente às atividades realizadas no primeiro trimestre (Janeiro a Março).

NUDECIV: Através dos seus membros, teve participação em eventos com pertinência temática institucional, por meio de entrevista CVV/SP e reunião de Plano de Vacinação.

NUDEFAM: realizou reunião do núcleo no dia 18.02.2021.

NUDECIV: Através dos seus membros, teve participação em eventos com pertinência temática institucional na Reunião do GT de Direitos Humanos com a Corregedoria de Polícia Civil em 25/01/2021, Reunião do Conselho Superior - 25/01/2021, Reunião do Conselho Superior - 25/01/2021, sessão de remoção em 29/01/2021, Reunião do Conselho Superior - 22/02/2021.

NAECA: Através dos seus membros, teve participação em eventos com pertinência temática institucional no Grupo de Trabalho Extraordinário de Direitos Humanos com a Corregedoria da Polícia Civil - dia 29.01.2021, Visita ao CESEIN e CIP - 15.01, Reunião extraordinária do comitê de enfrentamento à COVID-19 - TJAP - 22/03/2012. Além disso, participou de reuniões com a comunidade/grupos sociais para articulação positiva em prol da maior eficácia do serviço por meio da reunião com CAPS e Movimento da Luta Antimanicomial em prol dos adolescentes - 02/03/2021.

NUDECIV SANTANA: Através dos seus membros, participou de Reuniões com a comunidade/grupos sociais para articulação positiva em prol da maior eficácia do serviço, sendo Reunião de apresentação da ADEPAP — Dra. Giovanna Burgos, Reunião de Explanção do Tucujuris com o Defensor Jefferson Teodósio e alinhamento sobre o Núcleo com a equipe de assessores.

NÚCLEO REGIONAL LARANJAL DO JARI: Através dos seus membros, realizou visita Institucional no dia 17/01/2020 na Casa Acolhimento de Crianças e Adolescentes de Laranjal do Jarí/AP; Visita Institucional no dia 30/01/2020 - CREAS de Vitória do Jarí/AP; Visita Institucional no dia 30/01/2020 - Conselho Tutelar de Vitória do Jarí/AP, e Reunião com o Secretário Municipal de Saúde - Tratar das medidas relativas à pandemia por COVID-19.

NÚCLEO REGIONAL DE OIAPOQUE: Através dos seus membros, participou de eventos com a temática pertinência institucional, com destaque para a reunião organizada pela Escola Superior do TJAP, em razão do apagão ocorrido em novembro de 2020, reunião com os advogados da LMTE para tratar das indenizações coletivas referentes aos danos decorrentes do apagão, reunião no Ministério Público Federal para tratar das questões do Apagão no Amapá; reunião com os advogados da LMTE para das indenizações coletivas referentes aos danos decorrentes do apagão, reunião com o Coordenador do Núcleo acerca da apresentação da situação, divisão do trabalho da comarca, reunião com as assessoras sobre questões internas relativas à divisão do trabalho, em reunião com o Coordenador do Núcleo e Servidores da FUNAI para tratar de questões indígenas.

NÚCLEO REGIONAL DE TARTARUGALZINHO: Através dos seus membros, participou de reuniões com a comunidade/grupos sociais para articulação positiva em prol da maior eficácia do serviço, juntamente com o Conselho Tutelar do Município.

2º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2023 - Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis	735.170,00	532.009,00	2.300,00	0,43	Cidadão Atendido	51.750	55250	106,76

Análise da Ação: Análise da Ação: Esta ação tem como objetivos criar condições para promover a cidadania emancipatória do assistido, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do Art. 5º da Constituição Federal. Quanto à questão orçamentária, o valor liquidado no segundo



DEFENSORIA PÚBLICA

trimestre do corrente exercício foi de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) representando 0,43 % do valor programado. O número de cidadãos atendidos, com base nos relatórios encaminhados mensalmente pelos Defensores Públicos, foi de 55.250, representando um percentual de 106,76 %, atingindo a meta prevista para o trimestre.

A partir das informações contidas nos relatórios de atendimentos mensais, segue a análise da ação 2023 referente às atividades realizadas no segundo trimestre (Abril a Junho).

NUDECIV — Através dos defensores, participou em eventos com pertinência institucional, com destaque para: reunião online com o Diretor do Centro POP; reunião do comitê de saúde, com o grupo da COVID, e na CEA com a assistida SUZANE VILHENA. Além das reuniões, também esteve presente em eventos com a Comunidade/grupos sociais para articulação positiva em prol da maior eficácia do serviço, com destaque para a reunião com o Judiciário e com o Ministério Público para discutir sobre a construção de um curso de Justiça Restaurativa.

E por fim, participação da Cerimônia Virtual de encerramento da primeira etapa em Justiça restaurativa.

NUDEFAM - Os Defensores lotados no Núcleo da Família participaram da reunião com o Grupo do COVID-19, de reunião do Núcleo Cível, reunião com a Pastoral da Terra, reunião com a Psicóloga do CAPS para recebimento de demanda, reunião com o Dr. Laércio -MP para tratar de processo em comum, reunião com o MPF para tratar do assunto alusivo às possessórias. Além disso, houve encaminhamento de material para a comunicação referente à elaboração de Card da saúde, para o Instagram da Defensoria.

NUDEFAM – Através de membro, participou de entrevista para uma das etapas do prêmio INNOVARE, participação no evento "acorda, mano" e apresentação do MCHAT para a Defensoria Pública do Estado de Roraima.

NUDECIM — Membros de Núcleo participaram do Encontro de Sensibilização sobre práticas restaurativas, da Palestra administrada pelo Defensor Público Evenin do Distrito Federal sobre " A Arte de Defensorar" , como Palestrante no Curso de Formação de Defensores Públicos com aula sobre Juizado Especial Criminal, como ouvinte de Aula no Curso de Formação de Defensores sobre a História do Amapá , de reunião com o DPG sobre os sistemas de atendimento da DPE/AP e as estratégias de marketing para o prêmio Innovare, de reunião com os Coordenadores do Núcleo Criminal e da Execução Penal sobre Mutirão de presos no IAPEN e da reunião do GT de Direitos Humanos - 20/05/2021.

Teve, ainda, participação, como mediadora, na palestra "Defensoria Pública como Instrumento da proteção integral as crianças e aos adolescentes promovida pela ESUDPE, no Projeto Defensoria + perto de você, participação em reunião com a comissão do MCHAT para discutir as novas funcionalidades, de entrevista com consultores do prêmio INNOVARE sobre a prática: Sistema unificado de atendimento remoto da DPE, e participação no Curso sobre sistema SEEU promovido pelo TJAP, participação do Sorteio dos Jurados para a pauta do mês de Agosto da Vara do Júri de Macapá, reunião com O DPG e Defensores Públicos do interior no dia 26/07 sobre o retorno dos jüris, e entrevista com a Dra Corregedora Geral no dia 29/07, em complementação a correição ordinária anual

NUPEN – Através de seus membros teve participação em eventos com pertinência institucional, com destaque para reunião presencial com o Coordenador de tratamento penal do IAPEN, reunião com o Vitor Hugo, do IAPEN, às 15 horas, a respeito da ausência de juntada nos autos processuais das atas de estudo dos internos durante todo o ano de 2020, reunião com o Coordenador Pedro, do anexo do IAPEN, a respeito da situação carcerária do regime semiaberto e reunião com a psicóloga CAPS - Gentileza, Adriele, para tratar sobre a saúde mental dos internados submetidos a medidas de segurança no Estado.

NAECA – Por meio de seus membros, participou de reuniões com a comunidade para articulação positiva em prol da maior eficácia do serviço, de reunião com a Gerência do CIP, reunião com o TJAP, PMAP, FCRIA sobre a situação da segurança do CESEIN, reunião com o Presidente do Colégio Nacional de Ouvidorias, representando a ESUDPEAP, palestra Maio Laranja - Evento da Assembleia Legislativa, Organização do Evento Defensoria + Perto, Entrevista na Rádio Assembleia, Organização e Presença no Evento Defensoria + Perto, de Visita Técnica ao CAPSI, Visita Técnica aos CREAS Zona Norte e CREAS Zona

Sul, Acompanhamento de Inspeção Judicial aos CREAS de Macapá e Visita ao CRAS Igualdade e Abrigo Marluza Araújo.

3º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2023 - Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis	735.170,00	532.009,00	11.548,95	2,17	Cidadão Atendido	51.750	58450	112,95

Análise da Ação: Análise da Ação: Esta ação tem como objetivos criar condições para promover a cidadania emancipatória do assistido, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do Art. 5º da Constituição Federal.

Quanto a questão orçamentária, o valor liquidado no terceiro trimestre foi de R\$ 11548,95 (Onze mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos) representando 2,17 % do valor programado. O número de cidadãos atendidos, com base nos relatórios encaminhados nos meses de Julho, Agosto e Setembro pelos Defensores Públicos, foi de 55.939, representando um percentual de 108,09%, atingindo a meta prevista para o trimestre.

Houve participação da DPE na Jornada Itinerante Terrestre do Programa Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Amapá, na Comunidade de Tracajatuba I e II, no dia 24/09/2021.

A partir das informações contidas nos relatórios de atendimentos mensais, segue a análise da ação 2023 referente às atividades realizadas no terceiro trimestre (Julho a Setembro).

NUDECIV: O Núcleo Especializado Cível, através de seus Defensores, participou da Palestra/Curso de Formação novos Defensores, realizada no dia 20/08/2021 e em Visita as comunidades quilombolas, ocorrida no dia 28/08/2021.

NUDEFAM: O Núcleo Especializado da Família, através de seus Defensores, teve participação no sorteio dos Jurados para a pauta do mês de Agosto da Vara do Júri de Macapá; e em Reunião com O DPG e Defensores Públicos do interior no dia 26/07, sobre o retorno dos jüris. Também participou de entrevista com a Dra Corregedora Geral no dia 29/07, em complementação a correição ordinária anual; de reunião na Comissão de Alteração da LC 121/2019 - 24/08, de reunião na Comissão de Alteração da LC 121/20219 - 31/08; de apresentação presencial do Sistema de Atendimento Remoto da DPE-AP pelo WhatsApp à Defensoria Pública do Estado do Ceará em 25/08/2021, disponível em https://www.instagram.com/p/CTAlm5kL2g/?utm_medium=copy_link.

Além disso, teve participação em programas de rádio/televisão com pertinência temática institucional em entrevista para o G1 sobre caso de Revisão Criminal em 19/08/2021 - "Homem condenado no lugar do irmão é inocentado 5 anos após julgamento: Justiça foi feita", disponível



DEFENSORIA PÚBLICA

em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/08/19/homem-condenado-no-lugar-do-irmao-e-inocentado-5-anos-apos-julgamento-justica-foi-feita.ghtml>; Entrevista para a UOL sobre caso de Revisão Criminal em 20/08/2021 - “Homem 'entregue' por irmão e preso injustamente é inocentado após 5 anos”, disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/08/20/apos-6-anos-justica-doap-desfaz-erro-que-condenou-irmao-em-vez-de-acusado.htm>; Entrevista para a TV Amapá sobre caso de Revisão Criminal em 20/08/2021 - “Homem condenado no lugar do irmão é inocentado após 6 anos de luta no Amapá”, disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9787733/>; 05 - Reunião com o Juiz Auxiliar da Presidência Sobre o Retorno das Audiências de Custódia no dia 24/09; Reunião do GT do Retorno das atividades presenciais no dia 22/09; Reunião da Comissão de Alteração da Lei Complementar 121/2019 nos dias 14, 21, 28 de Setembro.

NUPEN: O Núcleo Especializado Penal, através de seus Defensores, participou de reuniões com pertinência temática institucional na reunião virtual no dia 17/08/2021 para esclarecer os procedimentos acerca do reinício das atividades de cooperação efetuadas por 04 (quatro) prestadores de serviço à comunidade que recebem tarefas da DPE/AP, núcleo de execução penal, para cumprimento da sua pena, após encaminhamento da VEP.

Realizou visita no IAPEN no dia 18/08/2021 em cumprimento de convocação da Escola Superior da Defensoria Pública para curso de formação de novos defensores. Na oportunidade realizou-se inspeção nas unidades prisionais do regime fechado masculino e da penitenciária feminina; Atendimento virtual no dia 28/08/2021 no prédio ANEXO do IAPEN, relacionado aos presos do regime semiaberto; Atendimento realizado no sábado para abranger os internos que exercem trabalho externo e não estão no IAPEN durante a semana e, realização de atendimento às internas do presídio feminino no dia 30/08/2021 para entrega dos resultados do mutirão de análise processual, seguido de visita às instalações da unidade.

Reunião presencial no dia 14/09/2021 com a assessora jurídica do Escritório Social, para tratar da modificação de horário para cumprimento de pena por apenados que autorizados a estudar no horário da noite; Reunião interinstitucional no dia 20/09/2021 com o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, presente também o Diretor do IAPEN e representantes de outros órgãos, para tratar de problemas administrativos relacionados às intimações e citações realizadas no IAPEN; Reunião no dia 27/09/2021 com o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, pelo Comitê de Monitoramento da COVID-19; Reunião no dia 30/09/2021 com os coordenadores dos Núcleos da capital, para tratar da distribuição das salas na nova sede da DPE/AP; Reunião no dia 30/09/2021, à tarde, com o Coordenador da UNIFITE-IAPEN e com a Coordenadoria de Execução Penal- IAPEN para tratar das apresentações voluntárias e encaminhamento ao semiaberto harmonizado.

NAECA: O Núcleo Especializado da Criança e do Adolescente - Macapá, através de seus Defensores, participou de reunião com o Presidente do Colégio Nacional de Ouvidorias + Movimentos Sociais e de reunião com o CIEE sobre estágio - 13/08/2021, bem como:

- Apresentação do Mchat para DPE/RN 13/08/2021
- Apresentação do Mchat para DPE/MA 26/08/2021
- Inspeção no CIP e CIFEM 24/08/2021
- Workshop Tribunal do Júri - organização e apresentação - dia 1: 24/08/2021
- Workshop Tribunal do Júri - organização e apresentação - dia 2: 25/08/2021
- Workshop Tribunal do Júri - organização e apresentação - dia 3 – 26/08/2021

N R L DO JARI: Os membros do Núcleo Regional do Laranjal do Jarí, participaram de reunião com o Conselho Tutelar de Laranjal do Jarí.

N R DE MAZAGÃO: O Núcleo Regional de Mazagão, através de seus membros, participou de reunião com o DPG e Defensores Públicos do interior no dia 26/07 sobre o retorno do Júris; Participou de Entrevista com a Dra. Corregedora Geral no dia 29/07, em complemento a correição ordinária anual.

N R DE PORTO GRANDE: O Núcleo Regional de Porto Grande, através de seus membros, participou de Reunião junto à Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Grande; Reunião junto à Secretaria Municipal de Educação de Porto Grande; Reunião junto ao CREAS de Porto Grande; Participação da reunião do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Participação em Eventos com pertinência Temática Institucional; Reunião junto à Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Grande; Reunião junto à Secretaria Municipal de Educação de Porto Grande; Reunião junto ao CREAS de Porto Grande; Participação da reunião do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

N R VITÓRIA DO JARÍ: O Núcleo Regional de Porto Grande, através de seus membros, participou Curso de Capacitação para utilização do sistema eletrônico de Execução Unificado - SEEU, na modalidade on line realizado pela Escola Judicial do Estado do Amapá pelos professores João Teixeira de Matos Júnior e Raimundo Augusto Brito Pinheiro, no período de 28/06/2021 a 02/07/2021, com carga horária de 20h/a; Participação em programas de rádio/televisão com pertinência temática institucional.

4º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programa do	Executado	Execução %
2023 - Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis	735.170,00	1.967.009,00	51.249,41	2,61	Cidadão Atendido	51.750	53629	103,63

Análise da Ação: Análise da Ação: Esta ação tem como objetivos criar condições para promover a cidadania emancipatória do assistido, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do Art. 5º da Constituição Federal.

Quanto a questão orçamentária, o valor liquidado no quarto trimestre foi de R\$ 1.967.009,00 (Hum milhão, novecentos e sessenta e sete reais e nove centavos) representando 2,61 % do valor programado. O número de cidadãos atendidos, com base nos relatórios encaminhados nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro pelos Defensores Públicos, foi de 53.629, representando um percentual de 103,63%, atingindo a meta prevista para o trimestre.



DEFENSORIA PÚBLICA

A partir das informações contidas nos relatórios de atendimentos mensais, segue a análise da ação 2023 referente às atividades realizadas no terceiro trimestre (Outubro a Dezembro).

NUDECIV

O Núcleo Cível, através de seus Defensores Públicos, participou de eventos com pertinência temática institucional, com destaque para:

- Roda de Conversa sobre soluções para melhorar o tratamento do câncer de mama no Amapá – TJAP - 27/10/2021,
- Palestrante no Workshop: o papel coletivo da Defensoria Pública na atuação na garantia de direitos sociais e controle de políticas públicas - FAMAP (A PEDIDO DA ESCOLA SUPERIOR),
- Campanha LGBTQI+ TJ/AP - 25 de Novembro;
- E, ainda, teve participação em programas de rádio/televisão com pertinência temática institucional, a saber:
- TV RECORD em 22 de NOVENBRO
- RÁDIO 98 em 19 de NOVENBRO

NUDEFAM

O Núcleo da Família, através de seus Defensores Públicos, participou de eventos com pertinência temática institucional, com destaque para:

- Palestra - UNIFAP - Tema: Dosimetria da Pena.
- 140º JORNADA ITINERANTE AO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE NO PERÍODO ENTRE OS DIAS 17 A 23 DE OUTUBRO.
- 21ª Edição da Parada do Orgulho LGBTQIA+ do Amapá, no dia 28 de Novembro de 2021.
- de 3 a 12 de novembro houve participação do defensor no curso de Justiça Restaurativa realizado em parceria com o Ministério Público do Estado do Amapá e o Tribunal de Justiça do Amapá, realizando círculo de conversa sobre o tema " Histórico e Conceito, princípios e valores da Justiça restaurativa", no dia 08/11 e da abertura representando a Defensoria Pública do Estado do Amapá, no dia 03/11.
- Participação no evento de lançamento da Pedra Fundamental da Casa da Mulher Brasileira - 02 de Dezembro de 2021.

NUDECRIM

O Núcleo Criminal, através de seus Defensores Públicos, participou de eventos com pertinência temática institucional, com destaque para:

- Participação como Palestrante no Workshop: Atuação criminal da Defensoria Pública na prática, Desmistificando o papel da defesa, realizado pela ESUDPE em parceria com a Estácio em 13/10/20
- Participação em eventos com pertinência temática institucional:
- Participação no Natal Solidário, ocorrido no Beírol no dia 11/12;
- Mutirão de atendimentos no KM 10, ocorrido no dia 4/12;
- Comparecimento na ALAP para protocolo do PLC a LC121/2021, juntamente com o DPG e demais Defensores públicos.
- Realização de mutirão de acordos de não persecução penal, realizado na sede do Ministério Público do Estado do Amapá, entre 22 a 26 de Novembro;
- Mutirão de atendimentos no Conjunto Macapaba, ocorrido no dia 06 de Novembro de 2021;
- Reunião na Comissão de prevenção e repressão ao assédio moral e sexual do TJAP, ocorrido no dia 26/11.
- Reuniões com a comunidade/grupos sociais para articulação positiva em prol da maior Eficácia do serviço:

NUPEN

O Núcleo Penal, através de seus Defensores Públicos, participou de eventos com pertinência temática institucional, com destaque para:

- Preceptoria do Defensor Público Guilherme Amaral, no período de 03 a 05/11
- Participação de Coffe Break com a Rede de Parceiros, a convite do Escritório Social - TJAP, no dia 19/11/2021.

NAECA

O Núcleo da Criança e do Adolescente, através de seus Defensores Públicos, participou de eventos com pertinência temática institucional, com destaque para:

- Reunião com o Prefeito de Macapá sobre CREAS e sistema socioeducativo-28/09/2021
- Reunião com IBDFAM-AP para apresentação do instituto – 28/09/2021
- Reunião com coordenador da FAMAP para tratar de evento sobre DPE-AP na instituição – 17/09/2021
- Reunião com comissão de escolas superiores do CONDEGE 17/09/2021
- Participação em evento de dia das crianças no abrigo lar ciã katuácativo - 12/10/2021
- Organização e apresentação de roda de conversa sobre atuação da DPE/AP no interior – 07/10/2021;
- Palestra de abertura - semana da defensoria pública na FAMAP– 11/10/2021
- Reunião com FCRIA e casa de semiliberdade – 01/10/2021
- Reunião com a secretária de assistência social do município de Macapá sobre a situação dos CREAS – 08/10/2021
- Reunião com o TJAP, MP, PMAP, prefeitura de Macapá e GEA sobre a implantação do NAI – 04/10/2021;
- Reunião com conselho tutelar da zona oeste – 19/10/2021;
- Participação no mutirão do conselho tutelar da zona oeste realizando
- Orientação Jurídica – 27/10/2021

NÚCLEO DE EXPANSÃO

O Núcleo da Expansão, através de seus Defensores Públicos, participou de eventos com pertinência temática institucional, com destaque para:

- Reunião com representante da secretaria das mulheres, para discutir como disseminar melhor a existência do núcleo da mulher entre as lideranças comunitárias.
- 12/11 - Reunião com o Governador do Amapá sobre projeto para instalação do presídio privado.
- 22/11 - 16 dias de ativismo: O Amapá pelo fim da Violência contra Mulheres e Meninas.
- 23/11 - Reunião com NUBIA, psicóloga da Secretaria da Mulher.

NÚCLEO DA MULHER

O Núcleo da Mulher, através de seus Defensores Públicos, participou de eventos com pertinência temática institucional, com destaque para:

- 06/11 - Participação no mutirão do Macapaba;
- 22/11 - 16 dias de ativismo: O Amapá pelo fim da Violência contra Mulheres e Meninas;



DEFENSORIA PÚBLICA

- 23/11 - Reunião com NUBIA, psicóloga da Secretaria da Mulher;

NUDECIV SANTANA

O Núcleo Cível de Santana, através de seus Defensores Públicos, participou de eventos com pertinência temática institucional, com destaque para:

- DIA 27 de Novembro - Mutirão de atendimento no Município de Itauba do Pírim
- Mutirão do Macapaba (06 de Novembro);
- Mutirão realizado nas cidades de Pedra Branca e Serra do Navio (entre os dias 12 e 13 de Novembro);
- Participação na 56ª reunião ordinária do CONDEGE;
- Mutirão no Km 10- 04/12/2021;
- Natal da Solidariedade - 11/12/2021;

N R OIAPOQUE

O Núcleo Regional de Oiapoque, através de seus Defensores Públicos, participou de eventos com pertinência temática institucional, com destaque para:

- Mutirão de atendimento no conjunto Macapaba/AP
- N R VITÓRIA D JARI
- O Núcleo Regional de Vitória do Jari, através de seus Defensores Públicos, participou de eventos com pertinência temática institucional, com destaque para:
- III - TCE na Comunidade: Orientação, Controle Social e Transparência - Portaria 1057/2021.

Programa: 0076 - Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá – FUNDEPAP.

Ação 2024: Gestão e Reparelhamento da DPE-AP – FUNDEPAP.

1º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2024 - Gestão e Reparelhamento da DPE-AP - FUNDEPAP	482.500,00	482.500,00	-	0,00	Unidade Equipada	21	0,00	0,00

Análise da Ação: Esta ação tem com fim o reapearelhamento da Sede e Núcleos Regionais da Defensoria Pública propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador para os membros e servidores da Defensoria Pública. Oferecimento de cursos de pós-graduação (especialização, MBA e mestrado), cursos de informática, cursos da área jurídica e treinamentos em geral aos membros e servidores da Defensoria Pública; realização de palestras; participação em encontros, seminários, simpósios, fóruns e outros eventos de interesse da Instituição; realização de visitas técnicas a outras instituições; aquisição de acervo bibliográfico e livros didáticos. Realizar o pagamento de despesas referentes à manutenção e ampliação de contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, passagens aéreas, concessão de suprimentos de fundos, ampliação e reforma das unidades físicas. A execução do fundo especial está em fase de regulamentação no Conselho Superior da Defensoria Pública.

2º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2024 - Gestão e Reparelhamento da DPE-AP - FUNDEPAP	482.500,00	482.500,00	-	0,00	Unidade Equipada	21	0,00	0,00

Análise da Ação: Esta ação tem com fim o reapearelhamento da Sede e Núcleos Regionais da Defensoria Pública propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador para os membros e servidores da Defensoria Pública. Oferecimento de cursos de pós-graduação (especialização, MBA e mestrado), cursos de informática, cursos da área jurídica e treinamentos em geral aos membros e servidores da Defensoria Pública; realização de palestras; participação em encontros, seminários, simpósios, fóruns e outros eventos de interesse da Instituição; realização de visitas técnicas a outras instituições; aquisição de acervo bibliográfico e livros didáticos. Realizar o pagamento de despesas referentes à manutenção e ampliação de contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, passagens aéreas, concessão de suprimentos de fundos,



DEFENSORIA PÚBLICA

ampliação e reforma das unidades físicas. Não houve execução da ação no segundo trimestre.

3º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2024 - Gestão e Reaparelhamento da DPE-AP - FUNDEP AP	482.500,00	482.500,00	-	0,00	Unidade Equipada	21	0,00	0,00

Análise da Ação: Esta ação tem com fim o reaparelhamento da Sede e Núcleos Regionais da Defensoria Pública propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador para os membros e servidores da Defensoria Pública. Oferecimento de cursos de pós-graduação (especialização, MBA e mestrado), cursos de informática, cursos da área jurídica e treinamentos em geral aos membros e servidores da Defensoria Pública; realização de palestras; participação em encontros, seminários, simpósios, fóruns e outros eventos de interesse da Instituição; realização de visitas técnicas à outras instituições; aquisição de acervo bibliográfico e livros didáticos.

Realizar o pagamento de despesas referentes à manutenção e ampliação de contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, passagens aéreas, concessão de suprimentos de fundos, ampliação e reforma das unidades físicas.

Não houve execução da ação no terceiro trimestre.

4º Trimestre

Ação	Financeiro				Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2024 - Gestão e Reaparelhamento da DPE-AP - FUNDEPAP	482.500,00	1.098.486,00	-	0,00	Unidade Equipada	21	0,00	0,00

Análise da Ação: Esta ação tem com fim o reaparelhamento da Sede e Núcleos Regionais da Defensoria Pública propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador para os membros e servidores da Defensoria Pública. Oferecimento de cursos de pós-graduação (especialização, MBA e mestrado), cursos de informática, cursos da área jurídica e treinamentos em geral aos membros e servidores da Defensoria Pública; realização de palestras; participação em encontros, seminários, simpósios, fóruns e outros eventos de interesse da Instituição; realização de visitas técnicas à outras instituições; aquisição de acervo bibliográfico e livros didáticos. Realizar o pagamento de despesas referentes à manutenção e ampliação de contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, passagens aéreas, concessão de suprimentos de fundos, ampliação e reforma das unidades físicas. Não houve execução da ação no quarto trimestre.

Outro fator importante esteve atrelado ao cenário de pandemia que desacelerou ou inviabilizou o desempenho parcial da instituição, ressaltando o retorno gradativo ao trabalho presencial na DPE/AP, conforme estabelecido nos atos abaixo relacionadas:

ATO NORMATIVO Nº19, DE 27 DE JANEIRO DE 2021 - Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 08 de fevereiro de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº20, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021 - Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 19 de fevereiro de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº21, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 01 de março de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº22, DE 01 DE MARÇO DE 2021- Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 08 de março de 2021 e dá outras providências.



DEFENSORIA PÚBLICA

ATO NORMATIVO Nº23, DE 09 DE MARÇO DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 15 de março de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº24, DE 17 DE MARÇO DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 24 de março de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº25, DE 25 DE MARÇO DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 31 de março de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº26, DE 30 DE MARÇO DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 07 de abril de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº27, DE 08 DE ABRIL DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 11 de abril de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº28, DE 12 DE ABRIL DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 19 de abril de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº29, DE 19 DE ABRIL DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 26 de abril de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº30, DE 26 DE ABRIL DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 10 de maio de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº31, DE 11 DE MAIO DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 24 de maio de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº32, DE 25 DE MAIO DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 07 de junho de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº33, DE 07 DE JUNHO DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 21 de junho de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº34, DE 22 DE JUNHO DE 2021. Suspende, temporariamente, o atendimento presencial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá até o dia 06 de julho de 2021 e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº35, DE 07 DE JULHO DE 2021. Estabelece a retomada gradual das atividades presenciais da Defensoria Pública do Estado do Amapá e dá outras providências.

ATO NORMATIVO Nº36, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021. Estabelece a segunda etapa da retomada gradual das atividades presenciais da Defensoria Pública do Estado do Amapá e dá outras providências.

c. Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade.

Os impactos dos resultados das ações nos objetivos da unidade, contidos nos quadros de



DEFENSORIA PÚBLICA

análise trimestral acima descritos, reforçam a importância da cadeia de valor e do planejamento estratégico institucional, no sentido de avaliar trimestralmente e anualmente, ou sempre que necessário, em que medida os resultados foram alcançados ou os motivos que levaram ao atingimento parcial ou o não atingimento dos resultados. Os produtos e as unidades de medidas constantes nos quadros de avaliação, oriundos do PPA, irão subsidiar a construção dos indicadores de desempenho que serão mensurados pelas áreas afins, a partir do exercício de 2022.

2.4 Indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumo, etc.

Em 2021, alguns indicadores de desempenho institucional estavam em fase de elaboração, desta feita, os utilizados para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumo, foram os constantes no PPA, relativos aos produto e unidades de medida, disponíveis no SIAFE, contidos nos quadros do subitem 2.3.

2.5 Sítio eletrônico em que estejam disponibilizadas as peças orçamentárias (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA).

As informações constam nos sítios abaixo:

<https://seplan.portal.ap.gov.br/conteudo/planejamento/ppa>

<https://seplan.portal.ap.gov.br/conteudo/orcamentos>

<http://www.transparencia.ap.gov.br/>

Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Amapá-
SiafeAP.

As informações constam nos sítios abaixo:

<https://seplan.portal.ap.gov.br/conteudo/planejamento/ppa>

<https://seplan.portal.ap.gov.br/conteudo/orcamentos>

<http://www.transparencia.ap.gov.br/>

Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Amapá-
SiafeAP.

Em relação a execução das metas e ações em cumprimento as leis orçamentárias vigentes, explicitando em que medida as ações foram executadas, as análises constam nos quadros de análises das ações, contidos no subitem 2.3, alínea “b”.

2.6 Execução do plano de metas ou de ações em cumprimento ao PPA 2020-2023, fazendo um balanço de todos os anos de vigência do plano e informando:

a. Resultados das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas;

Os resultados das ações referentes aos exercícios anteriores podem ser acompanhados no portal da transparência da DPE/AP, por meio dos links abaixo:

- **Relatórios Anuais: 2017, 2018, e 2019.**

https://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/coplan/relatorio_gestao/rg_2017_defe



DEFENSORIA PÚBLICA

nap.pdf

https://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/coplan/relatorio_gestao/rg_2018_defe

nap.pdf

https://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/coplan/relatorio_gestao/rg_2019_dpe

pdf

- **Relatórios Trimestrais 2020:**

https://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/coplan/rm_2020/rm_1_2020.pdf

https://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/coplan/rm_2020/rm_2_2020.pdf

https://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/coplan/rm_2020/rm_3_2020.pdf

https://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/coplan/rm_2020/rm_4_2020.pdf

b. Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas se, for o caso;

As justificativas estão contidas no texto das análises das ações, dos relatórios referentes aos exercícios anteriores, cujos links foram informados no subitem anterior.

c. Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade.

Os resultados das ações consideraram o cenário de pandemia, assim como os fatores internos relativos ao trabalho home office e semi presencial, cujos impactos dos objetivos encontram-se nos quadros das análises trimestrais disponíveis na alínea “a” do item 2,.6, alínea ‘c’ do subitem 2.3, assim como os atos normativos que foram elencados ao final do subitem 2.3, alínea “b”.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.

3.1 Estrutura orgânica de controle no âmbito da unidadejurisdicionada.

A estrutura orgânica de controle da unidade reflete os aspectos legais da legislação da unidade, disponível em

http://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/lei/Lei_Complementar_n_121_de_31_de_dezembro_2019.pdf , cujo organograma está disponível no item 1.3 deste relatório.

Além das questões legais, elencam-se os fluxos e procedimentos operacionais internos que compõem o ambiente de controle. Incluem-se, neste rol, as normativas e os pareceres emitidos nos autos processuais, pela Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno, quando das necessidades de ajustes e/ou correções pertinentes, assim como as diretrizes estabelecidas pela alta gestão, juntamente com o Conselho Superior.

Nesta linha, a organização da Defensoria Pública do Estado do Amapá, Art.10 da LC 121/2019, compreendeu os seguintes órgãos:

I - órgãos de administração superior:

- a) a Defensoria Pública-Geral;
- b) a Subdefensoria Pública-Geral;
- c) o Conselho Superior;
- d) a Corregedoria-Geral.

II - órgãos de atuação:

- a) as Defensorias Públicas;



DEFENSORIA PÚBLICA

- b) os Núcleos Especializados;
- c) os Núcleos Regionais.

III - órgãos de execução:

- a) os Defensores Públicos.

IV - órgãos auxiliares e serviços de apoio técnico e administrativo:

- a) a Coordenadoria Geral de Administração;
- b) a Coordenadoria de Planejamento Setorial;
- c) a Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar;
- d) a Coordenadoria de Tecnologia da Informação;
- e) a Coordenadoria Auditoria e Controle Interno;
- f) a Coordenadoria de Cerimonial e Eventos;
- g) a Coordenadoria de Comunicação;
- h) a Coordenadoria de Segurança Institucional;
- i) a Comissão Permanente de Licitação;
- j) a Escola Superior;
- k) a Ouvidoria-Geral.

Além da estrutura orgânica, as ações relativas ao autocontrole da gestão contemplaram:

- Lei Complementar nº 121, de 31/12/2019;
- Realização de curso in company com foco na capacitação de pessoas, assim como, para a definição das etapas administrativas necessárias para a execução das despesas públicas, desde a sua criação, através da licitação, até a sua extinção, atravessando as etapas discriminadas na Lei nº 4.320/64.

- O Conselheiro Superior da DPE/AP, com previsão legal no Art.15, sendo o Conselho Superior órgão da administração superior, com funções normativas, consultivas e decisórias, incumbindo-lhe zelar pela observância dos princípios e funções institucionais;

- A Corregedoria-Geral, com previsão legal no Art. 20, sendo - órgão encarregado da orientação e da fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e servidores da instituição, bem como da regularidade do serviço.

- A Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno, prevista no Art. 39, sendo o órgão auxiliar vinculado diretamente ao Defensor Público Geral, com as seguintes competências:

I - avaliar o cumprimento do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como a execução do orçamento;

II - exercer fiscalização e auditoria orçamentária, financeira, contábil, de pessoal, patrimonial e operacional, no que se refere à legalidade, legitimidade e economicidade, propondo, quando aplicável, orientações de melhorias e sugestões de normatização;

III - verificar a conformidade e a legalidade dos processos de aquisição, contratação e pagamento realizados pela Instituição;

IV - administrar em conjunto com a Coordenadoria de Comunicação o funcionamento do Portal da Transparência, a partir das informações disponibilizadas pelas unidades administrativas;

V - manifestar-se nas prestações de contas no tocante à utilização dos recursos financeiros e materiais;

VI - apoiar os órgãos de controle externo no exercício de sua missão institucional;

VII - exercer outras competências definidas em lei específica.



DEFENSORIA PÚBLICA

3.2 Funcionamento do sistema de controle interno da unidade:

a. **Ambiente de controle:** associado aos limites e responsabilidades das pessoas que compoem o órgão, diretamente ligados ao: conhecimento de suas responsabilidades, plano de trabalho/ação/tarefas e conduta ética no ambiente de trabalho.

b. **Avaliação de risco:** os riscos estiveram atrelados as ações/tarefas realizadas por cada setor/responsável, contempleando os cuidados, a gestão da informação, observância dos aspectos legais relativos aos atos administrativos internos assim como os procedimentos de contratação.

c. **Atividades de controle:** em 2021, as atividades foram encaminhadas no sentido de reduzir os riscos, realizando-se os ajustes e correções pertinentes para o funcionamento da defensoria. Grande parte das atividades de acompanhamento da gestão foram realizadas pelo controle interno com desdobramentos das práticas nas atividades setoriais.

d. **Informação e Comunicação:** grande parte dos aspectos relacionados a comunicação esteve diretamente ligado ao fluxo das informações nas linhas horizontal e vertical, tanto para o cumprimento das metas estabelecidas quanto para os procedimentos de organização e gestão.

e. **Monitoramento:** o monitoramento foi realizado tanto pelo controle interno, quanto pelos setores envolvidos num determinado fluxo de trabalho, ressaltando os aspectos da melhoria contínua, a exemplo do fluxo das contratações, cujos tramites envolveram vários setores.

3.3 Remuneração/subsídio dos administradores.

As remuneração/subsídio dos administradores, gestores, conselheiros do conselho superior servidores e membros foram realizadas com base na Lei Complementar nº 121 de 31 de Dezembro de 2019, ano de referência deste relatório.

A estrutura organizacional relacionada à direção superior compreendeu: Defensor Público-Geral, Subdefensor Público Geral, Conselho Superior e Corregedoria Geral, os quais são remunerados, conforme abaixo.

Tabela 5: Composição dos Gestores da DPE/AP.

Nome	Função	Subsídio/verba indenizatória
Diogo Brito Grunho	Defensor Público-Geral	R\$ 28.217,95
Raphael Augusto Farias Monteiro	Subdefensor Público-Geral	R\$ 27.713,75
Jade Tavares Agra	Corregedor-Geral	R\$ 26.711,66

Fonte: CGP/DPE-AP

Tabela 6 : Composição do Conselho Superior da DPE/AP.

Nome	Função	Subsídio/Verba indenizatória
Diogo Brito Grunho	Conselheiro Presidente	-
Raphael Augusto Farias Monteiro	Conselheiro Nato	-
Jade Tavares Agra	Conselheiro Nato	-
Adegmar Pereira Loiola	Conselheiro Eleito	R\$ 502,09*
Gleyseny Rodrigues de Oliveira	Conselheiro Eleito	R\$ 502,09*
Igor Valente Giusti	Conselheiro Eleito	R\$ 502,09*



DEFENSORIA PÚBLICA

Pedro Pedigoni Gonçalves	Conselheiro Eleito	R\$ 502,09*
Roberto Coutinho Filho	Conselheiro Eleito	R\$ 502,09*
Ezequias de Almeida Campos	Secretario do Conselho	R\$ 251,04*

Fonte: CGP/DPE-AP

*Valor Mensal recebido pelo conselheiro eleito e secretario do conselho durante o mandato, é o que ainda se encontra vigente de acordo com o (Biênio 2019 – 2021).

3.4 Estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade.

A Corregedoria- Geral atuou nas atividades judiciais e extrajudiciais, com um atendimento que visa a prevenção de irregularidades bem como apuração de eventual infração disciplinar, com o objetivo de melhorar o desempenho de suas atividades quanto a defesa e garantir o direito a cidadania.

Os servidores estiveram à disposição dos assistidos a fim de dinamizar os serviços prestados nas Comarcas do interior do Estado, na Defensoria Pública de Macapá atendendo nos Núcleos de Família, Criminal, Cível, Execução Penal e Criança e Adolescente.

A Corregedoria-Geral teve com função típica, nos termos do art. 20 da Lei Complementar Estadual nº 121/2019, exercer o controle e fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da instituição, realizando anualmente, e presencialmente, a correição, objetivando verificar a qualidade, eficiência e alcance das atividades e serviços prestados pela instituição, bem como o efetivo atendimento das demandas que lhe são apresentadas.

a) Correição: Por meio da correição, é possível identificar eventuais falhas na atuação da Defensoria Pública, e, em sendo constatadas, buscar a solução para que todos os serviços sejam prestados a contento aos assistidos, oferecida e exercida por meio dos Defensores Públicos em atuação no Estado. Pode ocorrer de duas formas: Ordinária e Extraordinária.

A correição ordinária, é o procedimento de verificação ampla que ocorre anualmente. Já a correição extraordinária ocorre eventualmente, por determinação do Defensor Público Geral – DPG ou de ofício do Corregedor-Geral, após conhecimento de eventual irregularidade. A Correição ocorreu em conformidade com o Edital de Correição Ordinária Nº 001/2021.

Em decorrência do trabalho remoto, por conta da pandemia, a tecnologia tem sido forte aliada no que diz respeito a possibilidade da continuação da prestação dos serviços jurídicos pela Defensoria Pública, para que a sociedade atendida continue exercendo o direito de acesso à justiça, expresso no art. 5º, XXXV da Constituição Federal, efetivamente garantido.

Neste sentido, o controle interno das atividades da DPE/AP também foram adequados, em estrita observância ao distanciamento social, principalmente no que diz respeito ao cumprimento das atribuições desta Corregedoria, no sentido da realização da correição no ano de 2021.

Objetivando o cumprimento de sua atribuição constante do art. 22, I da Lei Complementar Estadual nº 121/2019, e em estrita observância às orientações das autoridades de saúde quanto à necessidade do distanciamento social, esta Corregedoria- Geral adotou a forma online para a realização da correição. Para complementar a correição, a Corregedora-Geral realizou entrevistas presenciais com os membros correicionados.

Em relação a correição realizada em 2021, seguem as comarcas com o quantitativo de membros correicionados.



DEFENSORIA PÚBLICA

Tabela 7: Correições, comarcas e membros correicionados.

Nº	NÚCLEO DPE/AP	QUANTIDADE
01	AMAPÁ	01
02	CALÇOENE	01
03	FERREIRA GOMES	01
04	LARANJAL DO JARI	03
05	MACAPÁ- CIVEL	04
06	MACAPÁ-CRIMINAL	09
07	MACAPÁ- EXECUÇÃO PENAL	03
08	MACAPÁ FAMILIA	07
09	MACAPÁ NAECA	04
10	MAZAGÃO	02
11	OIAPOQUE	02
12	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	01
13	PORTO GRANDE	01
14	SANTANA	06
15	TARTARUGALZINHO	01
16	VITÓRIA DO JARI	01
17	NÚCLEO DE APOIO	00

Obs: Núcleo que não teve membro correicionado é porque não tinham membros lotados a época.

b) Procedimento de averiguação prévia: Nos termos do Regulamento interno da Corregedoria- Geral da DPE/AP, o procedimento de averiguação prévia, de caráter meramente informativo, será deflagrado antes de sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar - PAD com o objetivo de oportunizar ao membro ou servidor de se manifestar acerca de irregularidade que lhe tenha sido atribuída

c) Sindicância: A sindicância é processo investigativo, preparatório, destinado a apurar fatos que podem caracterizar infração disciplinar atribuída a membro ou servidor da defensoria pública, podendo ou não resultar em abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

d) Processo Administrativo Disciplinar – PAD: O PAD é procedimento de natureza sancionatória, destinado a apurar a responsabilidade de membro ou servidor da DPE, por infração disciplinar, em que é assegurado o contraditório e a ampla defesa.

e) Peticionamento Integrado: Em continuidade as ações da Corregedoria, segue o quantitativo de peticionamentos que foram realizados através do peticionamento integrado entre a DPE/AP e as Defensorias de outros Estados.

Tabela 8: Quantitativos de peticionamentos integrados por defensoria.

N	ESTADO	QUANTIDADE
01	Defensoria Amazonas	06
02	Defensoria Ceará	02
03	Defensoria Distrito Federal	06
04	Defensoria Espírito Santo	01
05	Defensoria Goiás	02
06	Defensoria Maranhão	21
07	Defensoria Minas Gerais	06
08	Defensoria Mato Grosso	05



DEFENSORIA PÚBLICA

09	Defensoria Mato Grosso do Sul	01
10	Defensoria Piauí	06
11	Defensoria Paraná	09
12	Defensoria Paraíba	04
13	Defensoria Pará	64
14	Defensoria Rio Grande do Norte	01
15	Defensoria Rio Grande do Sul	07
16	Defensoria Rio Janeiro	03
17	Defensoria Roraima	02
18	Defensoria São Paulo	12
19	Defensoria Santa Catarina	06
20	Defensoria Tocantins	02
TOTAL		166

No quadro abaixo, constam os quantitativos mensais de peticionamentos ocorridos em 2021.

Quadro 4: Quantitativos de peticionamentos mês/ano

Mês	Quantidade
Janeiro	04
Fevereiro	12
Março	14
Abril	12
Maio	11
Junho	19
Julho	19
Agosto	17
Setembro	17
Outubro	15
Novembro	10
Dzembro	15
Total	165

No link abaixo é possível discorrer sobre o Regulamento Interno da Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Amapá.

https://defensoria.ap.def.br/storage/corregedoria/Regulamento_interno_da_Corregedoria_Defensoria_Amapa.pdf

Nos quadros abaixo, seguem os dados referentes a lotação dos defensores públicos, por núcleo, vara e órgão de atuação.

Quadro 5: Núcleo Especializado Cível

Nº	NOME	VARA DE ATUAÇÃO	ÓRGÃO DE ATUAÇÃO
1	JULIA LORDELO DOS REIS TRAVESSA	1ª e 5ª Vara Cível e 6ª Juizado Especial Cível SUL	1ª Defensoria Pública Especializada Cível de Macapá
2	LUMA PACHECO CUNHA DO NASCIMENTO NEVES	2ª e 3ª vara cível e 7ª Juizado Especial Cível /UNIFAP	3ª D.P Especializada Cível de Macapá



DEFENSORIA PÚBLICA

3	MARCELA RAMOS FARDIM	4ª vara cível / 1º e 2º Juizados de Fazenda Pública/ 1º e 2º Juizado Especial Central-JEC e EXTENSÃO FAMA	2ª D.P Especializada Cível de Macapá
4	MÁRCIO FONSECA COSTA PEIXOTO	COORDENADOR DO NÚCLEO ESPECIALIZADO CÍVEL 6ª Vara Cível; 3º Juizado Especial Central-JEC, 4º Juizado Especial Microempresa ME e 5º Juizado Especial NORTE	4ª D. P. Especializada Cível de Macapá

Quadro 6: Núcleo Especializado de Família

Nº	NOME	VARA DE ATUAÇÃO	ÓRGÃO DE ATUAÇÃO
1	ZÉLIA MORAES DA SILVA	1ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões	1ª Defensoria Pública Especializada de Família Macapá
2	NICOLE VASCONCELOS LIMA	2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões	2ª D.P Especializada de Família Macapá
3	PEDRO PEDIGONI GONÇALVES	3ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões	3ª D.P Especializada de Família Macapá
4	MARIANA FERNANDES CARDOSO	4ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões	4ª D.P Especializada de Família Macapá
5	ELENA DE ALMEIDA ROCHA	COORDENADORA DO NÚCLEO ESPECIALIZADO FAMILIA ATENDIMENTO INICIAL	5ª D.P Especializada de Família Macapá
6	GLEYSNEY RODRIGUES DE OLIVEIRA	Incidentais/Andamento Processuais	6ª D.P Especializada de Família Macapá
7	ROBERTO COUTINHO FILHO	Parte Ré/ Curadoria	7ª D.P Especializada de Família Macapá

Quadro 7: Núcleo Especializado Criminal

Nº	NOME	VARA DE ATUAÇÃO	ÓRGÃO DE ATUAÇÃO
1	MARILIA PEREZ DE LIMA COSTA	1ª Vara Criminal da Comarca de Macapá	1ª Defensoria Pública Criminal de Macapá
2	JULIA LAFAYETTE PEREIRA	2ª Vara Criminal da Comarca de Macapá	9ª D.P Criminal de Macapá
3	RAPHAELLA CAMARGO DA CUNHA GOMES	2ª Vara Criminal da Comarca de Macapá	2ª D. P Criminal de Macapá
4	LAURO MIYASATO JÚNIOR	3ª Vara Criminal e de Auditoria Militar COORDENADOR DO	3ª D. P Criminal de Macapá



DEFENSORIA PÚBLICA

		NÚCLEO ESPECIALIZADO CRIMINAL	
5	JEFFERSON ALVES TEODOSIO	4ª Vara Criminal da Comarca de Macapá	4ª D.P Criminal de Macapá
6	LARISSA JOBIM JORDÃO	5ª Vara Criminal da Comarca de Macapá	5ª D.P Criminal de Macapá
7	ALEXANDRE OLIVEIRA KOCH	Audiência de Custódia/ Tribunal do Júri	6ª D.P Criminal de Macapá-Núcleo de Garantias
8	JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS NETO	Juizado de Violência Doméstica	8ª D.P Criminal de Macapá-Juizado de Violência Doméstica
9	RONALD DA LUZ BARRADAS JUNIOR	Vara do Tribunal Júri	1ª D. P. do Tribunal do Júri de Macapá
10	ISABELLE MESQUITA DE ARAÚJO	Juizado Especial Criminal	7ª D.P Criminal de Macapá-Juizado Especial

Quadro 8: Núcleo Especializado Execução Penal

Nº	NOME	VARA DE ATUAÇÃO	ÓRGÃO DE ATUAÇÃO
1	ELANE FERREIRA DANTAS - Acumulando	Vara de execuções de penas e medidas alternativas	1ª Defensoria Pública de Execução Penal de Macapá
2	MARIANA SANTOS LEAL DE ALBUQUERQUE	COORDENADORA DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO PENAL Vara de Execuções Penais de Macapá	2ª D.P de Execução Penal de Macapá
3	ELANE FERREIRA DANTAS	Vara de Execução Penal de Macapá	3ª D.P de Execução Penal de Macapá

Quadro 9: Núcleo Especializado de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

Nº	NOME	VARA DE ATUAÇÃO	ÓRGÃO DE ATUAÇÃO
1	REBECA ROCHA RAMOS	Vara da Infância e Juventude – Área Cível e Administrativa	1ª Defensoria Pública Especializada de Atendimento a Criança e Adolescente de Macapá
2	CAMILA BATISTA GONÇALVES	COORDENADORA DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE Vara da Infância e Juventude – Área de execução de medidas socioeducativas (Internação e	2ª D. P. Especializada de Atendimento a Criança e Adolescentede Macapá



DEFENSORIA PÚBLICA

		Semiliberdade)	
3	IGOR SILVÉRIO FREIRE	Vara da Infância e Juventude – Área de Execução de medidas socioeducativas, semiliberdade, liberdade assistida e PSC. Diretor da Escola Superior	3ª Defensoria Pública Especializada de Atendimento a Criança e Adolescente de Macapá
4	ANA CANDIDA OLIVEIRA FROTA	Vara da Infância e Juventude – Área de Atos Infracionais	4ª D. P. Especializada de Atendimento a Criança e Adolescente de Macapá

Quadro 10: Núcleo Regional de Santana

Nº	NOME	VARA DE ATUAÇÃO	ÓRGÃO DE ATUAÇÃO
1	SIDNEY JOÃO SILVA GAVAZZA	COORDENADOR DO NÚCLEO CÍVEL 1ª e 3ª Vara Cível e de Fazenda Pública	1ª Defensoria Pública Cível de Santana
2	IGOR VALENTE GIUSTI	2ª Vara Cível e de Fazenda Pública	2ª D.P Cível de Santana
3	RÔMULO QUEIROZ DE CARVALHO	Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Juizado Especial Cível e Criminal	1ª D.P de Juizados Especiais e de Violência Doméstica de Santana
4	GABRIEL CORREIA DE FARIAS	1ª Vara Criminal e Tribunal do Júri	1ª D.P Criminal de Santana
5	EDUARDO LORENA GOMES VAZ	2ª Vara Criminal e Tribunal do Júri	2ª D. P. Criminal de Santana
6	EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS	COORDENADOR DO NÚCLEO CRIMINAL e Vara da Infância e da Juventude	1ª D. P Especializada de Juizado da Criança e Adolescente de Santana

Quadro 11: Núcleos Regionais

NÚCLEOS REGIONAIS	NOME	ÓRGÃO DE ATUAÇÃO	VARA DE ATUAÇÃO
OIAPOQUE	HELENA LUCIA ROMERO DOS SANTOS PEDRO VINICIUS FERREIRA PINTO	COORDENADORA do Núcleo Regional de Oiapoque- 2ª Defensoria Pública de Oiapoque 1ª Defensoria Pública de Oiapoque	2ª Vara 1ª Vara



DEFENSORIA PÚBLICA

CALÇOENE	ADEGMAR PEREIRA LOIOLA Acumulação Portaria nº 925/2021	COORDENADOR do Núcleo Regional de Calçoene Defensoria Pública Calçoene	Vara Única
AMAPÁ	ADEGMAR PEREIRA LOIOLA	COORDENADORA do Núcleo Regional de Amapá Defensoria Pública Amapá	Vara Única
TARTARUGALZINHO	EZEQUIAS DE ALMEIDA CAMPOS	COORDENADOR do Núcleo Regional de Tartarugalzinho Defensoria Pública Tartarugalzinho	Vara Única
FERREIRA GOMES	PRISCILA AGNES MAFFIA LOPES	COORDENADORA do Núcleo Regional de Ferreira Gomes Defensoria Pública Ferreira Gomes	Vara Única
PEDRA BRANCA	LEONARDO GUERINO	COORDENADOR do Núcleo Regional de Pedra Branca Defensoria Pública Pedra Branca	Vara Única
PORTO GRANDE	RICARDO CARVALHO DE OLIVEIRA	COORDENADOR do Núcleo Regional de Porto Grande Defensoria Pública Porto Grande	Vara Única
VITÓRIA DO JARI	FABIANA ANESIA CUNHA DE PAULA	COORDENADORA do Núcleo Regional de Vitória do Jari Defensoria Pública Vitória do Jari	Vara Única
LARANJAL DO JARI	JANE CRISTINA VIEIRA NONATO	COORDENADORA do Núcleo Regional de LARANJAL DOJARI -3ª Defensoria Pública de Laranjal do Jari	3ª vara
	JULIANA MENDEZ MONTEIRO	1ª Defensoria Pública de Laranjal do Jari	1ª Vara
	RAPHAEL DE ALMEIDA LOBO Acumulando	2ª Defensoria Pública de Laranjal do Jari- ACUMULANDO4ª	2ª Vara
	EDISNEI CARDOSO CARNEIRO	Defensoria Pública de Laranjal do Jari	4ª Varai



DEFENSORIA PÚBLICA

MAZAGÃO	RENATA GUERRA PERNAMBUCO ANA LUIZA SARQUES BOTREL	COORDENADORA do Núcleo Regional de Mazagão 1ª Defensoria de Mazagão 2ª Defensoria de Mazagão	Vara Única
APOIO AOS MUNICÍPIOS	LUCIANA MONTENEGRO MATOS	COORDENADORA da 1ª Defensoria Pública do Núcleo Especializado de Expansão do Atendimento Jurídico-Macapá da Defensoria Pública do Amapá.	Apoio aos Municípios

Quadro 12: Núcleo Especializado de Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher.

Nº	NOME	VARA DE ATUAÇÃO	ÓRGÃO DE ATUAÇÃO
1	LUCIANA MONTENEGRO MATOS Portaria nº 03/12 a 01/01/2022	Atendimento, Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher	2ª Defensoria Pública Especializada de Atendimento, Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher
2	VAGO	Atendimento, Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher	1ª D.P Especializada de Atendimento, Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher

Quadro 13: Associação dos Defensores (ADEPAP)

Nº	NOME	ATUAÇÃO
1	RICARDO CARVALHO DE OLIVEIRA	Presidente da Associação dos Defensores Públicos Portaria nº 1000 de 17/11/2021- Licença Associativa do Defensor no Período de 22 de novembro/2021 a 12 de abril de 2023.

3.5 Cumprimento da ordem cronológica de pagamentos:

A Defensoria Pública cumpriu a Ordem Cronológica dos pagamentos, com base no Art. 5º, da Lei nº 8.666/93 e o Art. 6º, da Instrução Normativa nº 001/16 da Controladoria Geral do Estado – CGE, que se encontra disponível no portal da instituição para consulta através por <https://editor.amapa.gov.br/editor/Arquivos/Texto/Gestor7d0121147b11269c350e7de0e1f4bc85.pdf>

3.6 Publicação em sítio eletrônico oficial da ordem cronológica de pagamentos.

Os pagamentos da Defensoria Pública do Estado foram inseridos no sistema SiafeAP, e a publicação referente ao exercício de 2021 consta no Portal da Transparência da DPE-AP, sito: https://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/contabilidade/dpe/ordem_cronologia_2021.pdf

3.7 Indicadores de transparência

Os indicadores de transparência utilizados para monitoramento e avaliação dos programas e ações foram aqueles listados no SiafeAP, obedecendo as diretrizes do PPA, e que já



DEFENSORIA PÚBLICA

foram citados no subitem 2.3 deste relatório, quando da apresentação das análises trimestrais das ações.

Há de se frisar, que a elaboração dos indicadores de transparência, entre outros indicadores de gestão, foram iniciadas, quando da estruturação do Mapa do Planejamento Estratégico Institucional em 2020, com finalização em 2021 e projeção de validação e institucionalização para 2022.

3.8 Implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA:

Em 2021, o Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, estava implantado e foi executado através da Unidade de Material e Patrimônio, com a finalidade de conciliar eletronicamente processos de gestão administrativa do Estado, centralizando informações, dando subsídios aos gestores para a tomada de decisões e o conhecimento necessário para o aprimoramento contínuo da Gestão Patrimonial. Todas as informações, como, entrada, saída, movimentações, baixas e são atualizadas automaticamente.

O DECRETO Nº 3778 DE 18 DE OUTUBRO DE 2021 - Institui no âmbito do Poder Executivo do Estado do Amapá, o Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, e dá outras providências, cujo conteúdo pode ser consultado em

<https://editor.amapa.gov.br/editor/Arquivos/Texto/Gestorc7d6580ec1ca79250c2cc64923f6de8d.pdf>.

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

4.1 Programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade :

a) Identificação do Programa:

Nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO nº 2.514, de 03 de novembro de 2020, publicada no DOE nº 7.305, de 02 de dezembro de 2020 e Lei Orçamentária Anual – LOA nº 2.536, de 08 de janeiro de 2021, publicada no DOE nº 7.329 de 08 de janeiro de 2021.

Tabela 9: Identificação dos Programas

Unidade Gestora / Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE	41.508.250,00	42.943.250,00
0074 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	39.775.080,00	36.443.341,00
0075 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	1.733.170,00	6.499.909,00
050301 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - FEDPAP	482.500,00	1.098.486,00
0076 - GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - FUNDEPAP	482.500,00	1.098.486,00

Fonte: CGOF/DPE.

b) Informações sobre a programação e a execução orçamentária e financeira relativa ao programa.

Lei Orçamentária Anual – LOA nº 2.536, de 08 de janeiro de 2021, publicada no DOE nº 7.329 de 08 de janeiro de 2021 e o 1º Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD 2021



DEFENSORIA PÚBLICA

publicada no D.O.E. Nº 7.331, de 12 de janeiro de 2021, disponibilizado para a Defensoria Pública do Estado o valor da dotação inicial orçamentária de R\$ 41.508.250,00 (quarenta e um milhões quinhentos e oito mil e duzentos e cinquenta reais) e a dotação atualizada foi de R\$ 42.943.250,00 (quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e três mil e duzentos e cinquenta reais) na unidade Orçamentária 050101 e na Unidade Orçamentária 050301 a dotação inicial foi de R\$ 482.500,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais) e sua dotação atualizada fez um montante de R\$ 1.098.486,00 (um milhão noventa e oito mil quatrocentos e oitenta e seis reais).

Tabela 10: Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira por Programa e Ação/2021. UG 050101

Unidade Gestora / Programa / Ação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas		
					Despesas Pagas de Restos a Pagar	Despesas do Exercício Pagas	Total
050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE	41.508.250,00	42.943.250,00	33.423.192,58	26.035.779,27	2.256.469,09	26.035.779,27	28.292.248,36
0074 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	39.775.080,00	36.443.341,00	28.872.930,38	25.970.568,13	639.280,39	25.970.568,13	26.609.848,52
1010 - IMPLANTAR SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO	1.642.980,00	150.000,00	14.975,00	13.700,00	-	13.700,00	13.700,00
2019 - EQUIPAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	2.513.000,00	2.935.361,00	1.547.740,42	4.750,00	460.537,40	4.750,00	465.287,40
2020 - REMUNERAÇÃO, PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DOS SERVIDORES DA DPE-AP	28.770.000,00	24.558.700,00	24.065.257,13	24.065.257,13	-	24.065.257,13	24.065.257,13
2021 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA	6.249.100,00	8.624.980,00	3.244.957,83	1.886.861,00	178.742,99	1.886.861,00	2.065.603,99
2022 - OPORTUNIZAR ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES E RESIDÊNCIA PARA BACHARÉIS	600.000,00	174.300,00	-	-	-	-	-
0075 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	1.733.170,00	6.499.909,00	4.550.262,20	65.211,14	460,00	65.211,14	65.671,14
1011 - IMPLANTAR NÚCLEOS DE ATENDIMENTOS	998.000,00	4.532.900,00	4.479.901,92	-	-	-	-



DEFENSORIA PÚBLICA

2023 - DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	735.170,00	1.967.009,00	70.360,28	65.211,14	460,00	65.211,14	65.671,14
Total	41.508.250,00	42.943.250,00	33.423.192,58	26.035.779,27	639.740,39	26.035.779,27	26.675.519,66

Fonte: SiafeAP.

Tabela 11: Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira por Programa e Ação/2021. UG 050301.

Unidade Gestora / Programa / Ação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Empenhadas a Liquidar	Despesas Pagas		
						Despesas Pagas de Restos a Pagar	Despesas do Exercício Pagas	Total
050301 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - FEDPAP	482.500,00	1.098.486,00	-	-	-	-	-	-
0076 - GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - FUNDEPAP	482.500,00	1.098.486,00	-	-	-	-	-	-
2024 - GESTÃO E REAPARELHAMENTO DA DPE-AP - FUNDEPAP	482.500,00	1.098.486,00	-	-	-	-	-	-
Total	482.500,00	1.098.486,00	-	-	-	-	-	-

Fonte: SiafeAP.

c) Avaliação dos resultados dos indicadores associados ao programa

Tabela 12 - Avaliação dos Resultados dos Indicadores Associados ao Programa.

Programa / Ação	Ação	Produto/Unidade de Medida	META FÍSICA (2021)			META FINANCEIRA (2021)			
			Prevista	Realizada		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Realizada (Liquidadas)	
			Quant.	Quant.	%	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	%
050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE									
0074 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	1010 – Implantar Sistemas de Informação e Gestão	Unidade Implantada	21	13 ¹	61,90	1.642.980,00	150.000,00	13.700,00	9,13
	2019 – Equipar as unidades da Defensoria Pública do Estado	Unidades Equipadas	21	2	9,52	2.513.000,00	2.935.361,00	4.750,00	0,16
	2020 – Remuneração Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP.	Servidores Remunerados	240 ²	198	82,50	28.770.000,00	24.558.700,00	24.065.257,13	97,99

¹ Foi considerada a média do relatório dos quatro trimestres/2021.

² Foi levada em consideração a esta meta física o cálculo da média anual de servidores.

Obs: No exercício de 2021, foi realizada alteração das metas físicas do PPA junto ao sistema SIAFE, ressaltando que a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 2.536, de 08 de janeiro de 2021, DOE nº 7.329 de 08 de janeiro de 2021, foi publicada com as devidas correções que foram apontadas no RG/2020, pág. 34.



DEFENSORIA PÚBLICA

	2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública	Unidade e Mantida	21	21	100	6.249.100,00	8.624.980,00	1.886.861,00	21,87
	2022 - Oportunizar estágios para estudantes e residência para bacheleiros	Estagiário Contratado	100	0	0,00	600.000,00	174.300,00	0,00	0,00
0075 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	1011 - Implantar Núcleos de Atendimento	Núcleo Implantado	3	0	0,00	998.000,00	4.532.900,00	0,00	0,00
	2023 - Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis	Pessoas	207.040	207.516	100,22	735.170,00	1.967.009,00	65.211,14	3,31
050301 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - FEDPAP									
0076 - GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - FUNDEPAP	2024 - Gestão e Reaparelhamento da DPE-AP - FUNDEPAP	Unidade	21	0	0,00	482.500,00	1.098.486,00	0,00	

Fonte: COPLAN/DPE.

d) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados dos programas;

Não houve reflexos de contingenciamentos sobre os resultados dos programas.

e) Reflexos dos restos a pagar na execução dos programas.

A unidade jurisdicionada passou ter autonomia financeira a partir de 31/12/2019, conforme a Lei Complementar nº 121 de 31 de dezembro de 2019 e na transposição de unidades recebeu o saldo inicial de inscrição de restos a Pagar Processados da Unidade Gestora: 320101 para Unidade Gestora: 050101, do qual inicialmente no exercício de 2021 foi repassado um passivo referente o imposto de folha de 2019 no valor R\$ 3.210.357,30 (três milhões duzentos e dez mil trezentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos), no programa Defesa do Cidadão, do qual o GEA fez o repasse em 20/10/2021 para esta DPE através de transferência financeira do valor integral do passivo inscrito. Entretanto foi executado o pagamento somente do valor de R\$ 1.616.728,70 (um milhão seiscentos e dezesseis mil setecentos e vinte oito reais e setenta centavos), referente aos Impostos de Renda Retidos na Fonte- IRRF, pois esta Defensoria fez a transferência de devolução do valor de R\$ 1.593.628,60 (um milhão quinhentos e noventa e três mil seiscentos e vinte oito reais e sessenta centavos), em virtude do GEA ter comunicado o Termo de Acordo, Parcelamento e Confissão de débitos previdenciários através do Ofício nº 140101.0076.2582.1119/2021 GABINETE - SEFAZ e realizou o cancelamento dos restos a pagar



DEFENSORIA PÚBLICA

processado desta unidade orçamentária oriundos da Unidade Gestora: 320101.

Tabela 13: Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados, por programa.

Código UO	Descrição	0015 - DEFESA DO CIDADÃO	INCRISTOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ATÉ 31/12/2020 (a)	PAGOS (b)	CANCELADOS (c)	SALDOS A PAGAR (d) = (a-b-c)
05101	DPE	Despesas Correntes	3.210.357,30	1.616.728,70	1.593.628,60	0,00
		Pessoal e Encargos Sociais	3.210.357,30	1.616.728,70	1.593.628,60	0,00
Total de Restos a pagar Processados			3.210.357,30	1.616.728,70	1.593.628,60	0,00

Fonte: DCONT/DPE.

Em relação aos Restos a Pagar não Processado remanescente da inscrição do exercício de 2020, no programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública foi inscrito o valor R\$ 716.647,92 (setecentos e dezesseis mil seis centos e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos), foram pagos o percentual de 89,15 e cancelados o percentual de 10,79 deste programa. No programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos Hipossuficientes e Vulneráveis, foi inscrito o valor R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), do qual foi integralmente pago.

Tabela 14: Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar não Processados, por programa.

Restos a Pagar não Processados						
Código UO	Descrição	0074 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	INCRISTOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ATÉ 31/12/2020 (a)	PAGOS (b)	CANCELADOS (c)	SALDOS A PAGAR (d) = (a-b-c)
05101	DPE	Despesas Correntes	240.812,22	178.742,99	62.069,23	0,00
		Outras Despesas Correntes	240.812,22	178.742,99	62.069,23	0,00
		Despesas de Capital	475.835,70	460.537,40	15.298,30	0,00
		Investimentos	475.835,70	460.537,40	15.298,30	0,00
		Total do programa 0074	716.647,92	639.280,39	77.367,53	0,00
% base no total do inscrito em RPNP				89,15	10,79	0,00
Código UO	Descrição	0075 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	INCRISTOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ATÉ 31/12/2020 (a)	PAGOS (b)	CANCELADOS (c)	SALDOS A PAGAR (d) = (a-b-c)
05101	DPE	Despesas Correntes	460,00	460,00	0,00	0,00
		Outras Despesas Correntes	460,00	460,00	0,00	0,00
		Total do programa 0075	460,00	460,00	0,00	0,00
% base no total do inscrito em RPNP				0,06	0,00	0,00
Total de Restos a pagar não Processados			717.107,92	639.740,39	77.367,53	0,00

Fonte: DCONT/DPE.

Das despesas legalmente empenhadas do exercício de 2021 foram inscrito Restos a Pagar não Processado, o valor de R\$ 7.387.413,31 (sete milhões trezentos e oitenta e sete mil quatrocentos e treze reais e trinta e um centavo), referente o programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública foi inscrito o valor R\$ 2.902.362,25 (dois milhões novecentos e dois mil trezentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos) tendo como reflexo com base na despesa empenhada o percentual de 10,05 e no programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos Hipossuficientes e Vulneráveis, foi inscrito o valor R\$ 4.485.051,06 (quatro milhões quatrocentos e



DEFENSORIA PÚBLICA

oitenta cinco mil cinquenta e um real e seis centavos), tendo o reflexo com base na despesa empenhada no programa o percentual de 98,57, referente a contratos continuados em execução, destinado a atender despesas com contratação de empresa de engenharia para a construção das sedes dos núcleos da defensoria pública do estado do Amapá.

Tabela 15: Demonstrativo de Inscrição Restos a Pagar não Processado por Programa.

Restos a Pagar Não Processados						
Código UO	Descrição UO	Programa	Descrição do Programa	Desp. Empenhada	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021	% base desp. Empenhada
05101	DPE	0074	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	28.872.930,38	2.902.362,25	10,05
		0075	ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	4.550.262,20	4.485.051,06	98,57
TOTAL GERAL				33.423.192,58	7.387.413,31	22,10

Fonte: DCONT/DPE.

4.2. Ações da Lei Orçamentária Anual do Exercício que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão:

a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação;

Quadro 14: Função, subfunção e programa de vinculação da ação 2021.

Unidade Orçamentária / Programa / Ação / Função	Sub-função
05101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ	
0074 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	
1010 - IMPLANTAR SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO	
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
2019 - EQUIPAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
2020 - REMUNERAÇÃO, PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DOS SERVIDORES DA DPE-AP	
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	122 - Administração Geral
2021 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA	
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	122 - Administração Geral
2022 - OPORTUNIZAR ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES E RESIDÊNCIA PARA BACHARÉIS	
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	122 - Administração Geral



DEFENSORIA PÚBLICA

0075 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	
1011 - IMPLANTAR NÚCLEOS DE ATENDIMENTOS	
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
2023 - DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
05301 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	
0076 - GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - FUNDEPAP	
2024 - GESTÃO E REAPARELHAMENTO DA DPE-AP - FUNDEPAP	
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

Fonte: SiafeAP/2021.

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros

Abaixo, segue análise das metas e desempenhos físicos e financeiros referentes ao exercício de 2021.

Tabela 16: Ações da LOA no exercício de 2021. Unidade: 050101

Unidade Gestora / Programa / Ação	Até o Mês 12		Meta Física		Executado (Despesas Liquidadas)				Total do Ano
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Meta Física Prevista	Meta Física Alcançada	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
050101	41.508.250,00	42.943.250,00			5.024.443,25	6.673.648,57	6.326.619,76	8.011.067,69	26.035.779,27
1010	1.642.980,00	150.000,00	21	13	-	9.875,00	-	3.825,00	13.700,00
2019	2.513.000,00	2.935.361,00	21	2	-	-	2.600,00	2.150,00	4.750,00
2020	28.770.000,00	24.558.700,00	240	82,50	4.959.132,25	6.145.687,44	5.897.222,81	7.063.214,63	24.065.257,13
2021	6.249.100,00	8.624.980,00	21	100	65.243,22	515.786,13	415.248,00	890.583,65	1.886.861,00
2022	600.000,00	174.300,00	100	0	-	-	-	-	-
1011	998.000,00	4.532.900,00	3	0	-	-	-	-	-
2023	735.170,00	1.967.009,00	207.040	207.516	67,78	2.300,00	11.548,95	51.294,41	65.211,14

Fonte: SiafeAP/2021.

Ações da LOA no exercício de 2021. Unidade: 050301

Unidade Jurisdicionada	Até o Mês 12		Meta Física		Executado (Despesas Liquidadas)				Total Ano
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Meta Física Prevista	Meta Física Alcançada	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
050301	482.500,00	1.098.486,00			-	-	-	-	-

**DEFENSORIA PÚBLICA**

2024	482.500,00	1.098.486,00	21,00	0	-	-	-	-	-
-------------	------------	--------------	-------	---	---	---	---	---	---

Fonte: SiafeAP.

c) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações

Não houve contingenciamento no exercício de 2021.

d) Reflexos dos restos a pagar na execução das ações

A unidade jurisdicionada passou ter autonomia financeira a partir de 31/12/2019, conforme a Lei Complementar nº 121 de 31 de dezembro de 2019 e na transposição de unidades recebeu o saldo inicial de inscrição de restos a Pagar Processados da Unidade Gestora: 320101 para Unidade Gestora: 050101, do qual inicialmente no exercício de 2021 foi repassado um passivo referente o imposto de folha de 2019 no valor R\$ 3.210.357,30 (três milhões duzentos e dez mil trezentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos), na Ação 2295 – Manutenção na Administração na DEFENAP, do qual o GEA fez o repasse em 20/10/2021 para esta DPE através de transferência financeira do valor integral do passivo inscrito. Entretanto foi executado o pagamento somente do valor de R\$1.616.728,70 (um milhão seiscentos e dezesseis mil setecentos e vinte oito reais e setenta centavos), referente aos Impostos de Renda Retidos na Fonte- IRRF, pois esta Defensoria fez a transferência de devolução do valor de R\$ 1.593.628,60 (um milhão quinhentos e noventa e três mil seiscentos e vinte oito reais e sessenta centavos), em virtude do GEA ter comunicado o Termo de Acordo, Parcelamento e Confissão de débitos previdenciários através do Ofício nº 140101.0076.2582.1119/2021 GABINETE - SEFAZ e realizou o cancelamento dos restos a pagar processado desta unidade orçamentária oriundos da Unidade Gestora: 320101.

Tabela 17 - Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados por Ação

Unidade Gestora / Programa / Ação	Restos a Pagar Processados			
	Inscritos até 31/12/2020	Pagos	Cancelados	A Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d) = (a-b-c)
050101 - DPE	3.210.357,30	1.616.728,70	1.593.628,60	0,00
0015 - DEFESA DO CIDADÃO	3.210.357,30	1.616.728,70	1.593.628,60	0,00
2295 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA DEFENAP	3.210.357,30	1.616.728,70	1.593.628,60	0,00

Fonte: DCONT/DPE.

Em relação aos Restos a Pagar não Processado remanescente da inscrição do exercício de 2020, o valor de R\$ 717.107,92 (setecentos e dezessete mil cento e sete reais e noventa e dois centavos), com reflexo de execução nas seguintes ações conforme o quadro de Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar não Processados por Ação.

Tabela 18: Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar não Processados por Ação.

Unidade Gestora / Programa / Ação	Restos a Pagar Não Processados			
	Inscritos até 31/12/2020	Pagos	Cancelados	% base no inscrito por ação



DEFENSORIA PÚBLICA

050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE	717.107,92	639.740,39	77.367,53	89,21
0074 - Gestão e Manutenção da Defensoria Pública	716.647,92	639.280,39	77.367,53	89,20
2019 - Equipar as Unidades da Defensoria Pública do Estado	475.835,70	460.537,40	15.298,30	96,78
2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública	240.812,22	178.742,99	62.069,23	74,23
0075 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos Hipossuficientes e Vulneráveis	460,00	460,00	0,00	100,00
2023 - Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis	460,00	460,00	0,00	100,00

Fonte: DCONT/DPE

Das despesas legalmente empenhadas do exercício de 2021 foram inscrito em Restos a Pagar não Processado, o valor de R\$ 7.387.413,31 (sete milhões trezentos e oitenta sete mil quatrocentos e treze reais e trinta um centavo), com reflexo de execução das ações com base na despesa empenhada e com garantia de disponibilidade positiva de disponibilidade financeira em caixa, conforme o quadro seguinte:

Tabela 19: Demonstrativo da Inscrição dos Restos a Pagar não Processado por ações.

Restos a Pagar Não Processados						
Código UO	Descrição UO	Programa	Ação	Desp. Empenhada	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021	% base desp. Empenhada
05101	DPE	0074	1010 - GOVERNAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	14.975,00	1.275,00	8,51
			2019 - EQUIPAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	1.547.740,42	1.542.990,42	99,69
			2020 - REMUNERAÇÃO, PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DOS SERVIDORES DA DPE-AP	24.065.257,13	0,00	0,00
			2021 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA	3.244.957,83	1.358.096,83	41,85
			2022 - OPORTUNIZAR ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES E RESIDÊNCIA PARA BACHARÉIS	0,00	0,00	0,00
			0075	1011 - IMPLANTAR NÚCLEOS DE ATENDIMENTOS (SEDES)	4.479.901,92	4.479.901,92
		2023 - DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	70.360,28	5.149,14	7,32	
		TOTAL GERAL				33.423.192,58

Fonte: DCONT/DPE.

e) O Quadro de Detalhamento de Despesa Inicial e Final

Os quadros de detalhamento de despesa inicial e final estão anexos (de I a V) neste relatório.

f) Relação de Restos a Pagar

No ano de 2021 a Defensoria Pública realizou somente inscrição de restos a pagar não processado na Unidade Gestora: 050101, referente à despesa legalmente empenhada e não liquidada no valor de 7.387.413,31 (sete milhões trezentos e sete mil quatrocentos e treze reais e trinta e um centavos), com disponibilidade financeira garantida em caixa, relação de restos a pagar por credor



DEFENSORIA PÚBLICA

conforme tabela contida no anexo VI, página 137 e 138.

g) Balancete Analítico de encerramento do exercício

As informações de encerramento do exercício de 2021 estão em anexos do mês 12 e mês 13 das Unidades Gestoras: 050101 – Defensorias Públicas do Estado do Amapá e 050301- Fundo da Defensoria Pública do Estado do Amapá. O Balancete acumulado do mês 12 tem informações em sua integralidade de toda execução das despesas do exercício e a procedimentos de execução de restos a pagar pagos, enquanto o balancete do mês 13 de encerramento registra a inscrição de restos a pagar do exercício.

4.3. Análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira:

a) Identificação da Unidade Orçamentária considerada no relatório de gestão;

Quadro 15: Identificação dos códigos das Unidades.

Defensoria Pública do Estado – DPE (050101)
Fundo Especial da Defensoria Pública – FEDPAP (050301)

b) Programação orçamentária das despesas correntes, de capital e da reserva de contingência;

Com base na Lei Orçamentária Anual – LOA nº 2.536, de 08 de janeiro de 2021, publicada no DOE nº 7.329 de 08 de janeiro de 2021 e o 1º Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD 2021 publicada no D.O.E. Nº 7.331, de 12 de janeiro de 2021, disponibilizado para a Defensoria Pública do Estado o valor da dotação inicial orçamentária de R\$ 41.508.250,00 (quarenta e um milhões quinhentos e oito mil e duzentos e cinquenta reais) e a dotação atualizada foi de R\$ 42.943.250,00 (quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e três mil e duzentos e cinquenta reais) na unidade Orçamentária 050101 e na Unidade Orçamentária 050301 a dotação inicial foi de R\$ 482.500,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais) e sua dotação atualizada perfaz um montante de R\$ 1.098.486,00 (um milhão noventa e oito mil quatrocentos e oitenta e seis reais). Assim sendo, segue o demonstrativo da programação orçamentária das despesas correntes e de capital das unidades jurisdicionadas, nos quadros, respectivamente.

Tabela 20: Demonstrativo resumido da programação orçamentária das despesas corrente, de capital e da reserva de contingência/2021. UJ 050101

Unidade Gestora / Categoria da Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas		
					Despesas Pagas de Restos a Pagar	Despesas do Exercício Pagas	Total
050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE	41.508.250,00	42.943.250,00	33.423.192,58	26.035.779,27	2.256.469,09	26.035.779,27	28.292.248,36
3 - Despesas Correntes	36.464.270,00	31.338.552,00	27.395.550,24	26.031.029,27	1.795.931,69	26.031.029,27	27.826.960,96
4 - Despesas de Capital	5.043.980,00	11.604.698,00	6.027.642,34	4.750,00	460.537,40	4.750,00	465.287,40

Fonte: SiafeAP/2021.

Tabela 21: Demonstrativo resumido da programação orçamentária das despesas corrente, de capital e da reserva de contingência/2021. UJ 050301.

Unidade Gestora / Categoria da	Dotação	Dotação	Despesas	Despesas	Despesas Pagas
--------------------------------	---------	---------	----------	----------	----------------



DEFENSORIA PÚBLICA

Despesa	Inicial	Atualizada	Empenhadas	Liquidadas	Despesas Pagas de Restos a Pagar	Despesas do Exercício Pagas	Total
050301 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - FEDPAP	482.500,00	1.098.486,00	-	-	-	-	-
3 - Despesas Correntes	144.750,00	144.750,00	-	-	-	-	-
4 - Despesas de Capital	337.750,00	953.736,00	-	-	-	-	-

Fonte: SiafeAP /2021.

c) Demonstração dos limites impostos por cronograma de desembolso, definido pelos órgãos competentes, explicitando o impacto das limitações na execução das ações de responsabilidade da unidade jurisdicionada.

Não há limites impostos para as unidades jurisdicionadas, por cronogramas de desembolso definidos pelos órgãos competentes.

d) Movimentação de créditos interna e externa

No exercício de 2021 as unidades jurisdicionadas realizaram as seguintes movimentações de crédito interna e externa conforme detalhado nos quadros abaixo.

Tabela 22: Movimentações de Crédito Interna e Externa/2021.

Unidade Orçamentária / Programa de Trabalho / Ação / Categoria da Despesa	Dotação Inicial	Acréscimo de QDD	Decréscimo de QDD	Dotação Atualizada
05101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ	41.508.250,00	2.288.760,05	-	42.943.250,00
1051010312200742020 - REMUNERAÇÃO, PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DOS SERVIDORES DA DPE-AP	28.770.000,00	854.611,05	854.611,05	24.558.700,00
2020 - REMUNERAÇÃO, PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DOS SERVIDORES DA DPE-AP	28.770.000,00	854.611,05	854.611,05	24.558.700,00
3 - Despesas Correntes	28.770.000,00	854.611,05	854.611,05	24.558.700,00
1051010312200742021 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA	6.249.100,00	1.409.149,00	1.409.149,00	8.624.980,00
2021 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA	6.249.100,00	1.409.149,00	1.409.149,00	8.624.980,00
3 - Despesas Correntes	6.249.100,00	1.409.149,00	1.409.149,00	6.024.980,00
4 - Despesas de Capital	-	-	-	2.600.000,00
1051010312200742022 - OPORTUNIZAR ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES E RESIDÊNCIA PARA BACHARÉIS	600.000,00	-	-	174.300,00
2022 - OPORTUNIZAR ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES E RESIDÊNCIA PARA BACHARÉIS	600.000,00	-	-	174.300,00
3 - Despesas Correntes	600.000,00	-	-	174.300,00
1051010342200741010 - IMPLANTAR SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO	1.642.980,00	-	-	150.000,00
1010 - IMPLANTAR SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO	1.642.980,00	-	-	150.000,00
3 - Despesas Correntes	110.000,00	-	-	50.000,00
4 - Despesas de Capital	1.532.980,00	-	-	100.000,00
1051010342200742019 - EQUIPAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	2.513.000,00	-	-	2.935.361,00
2019 - EQUIPAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	2.513.000,00	-	-	2.935.361,00
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-



DEFENSORIA PÚBLICA

	2.513.000,00	-	-	2.935.361,00
1051010342200751011 - IMPLANTAR NÚCLEOS DE ATENDIMENTOS	998.000,00	-	-	4.532.900,00
1011 - IMPLANTAR NÚCLEOS DE ATENDIMENTOS	998.000,00	-	-	4.532.900,00
4 - Despesas de Capital	998.000,00	-	-	4.532.900,00
1051010342200752023 - DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	735.170,00	25.000,00	25.000,00	1.967.009,00
2023 - DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	735.170,00	25.000,00	25.000,00	1.967.009,00
3 - Despesas Correntes	735.170,00	25.000,00	25.000,00	530.572,00
4 - Despesas de Capital	-	-	-	1.436.437,00
Total	41.508.250,00	2.288.760,05	-	42.943.250,00
			2.288.760,05	

Fonte: SiafeAP

Tabela 23: Movimentações de Crédito Interna e Externa/2021.

Unidade Orçamentária / Programa de Trabalho / Ação / Categoria da Despesa	Dotação Inicial	Acréscimo de QDD	Decréscimo de QDD	Dotação Atualizada
05301 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	482.500,00	337.750,00	- 337.750,00	1.098.486,00
1053010342200762024 - GESTÃO E REAPARELHAMENTO DA DPE-AP - FUNDEPAP	482.500,00	337.750,00	- 337.750,00	1.098.486,00
2024 - GESTÃO E REAPARELHAMENTO DA DPE-AP - FUNDEPAP	482.500,00	337.750,00	- 337.750,00	1.098.486,00
3 - Despesas Correntes	144.750,00	-	-	144.750,00
4 - Despesas de Capital	337.750,00	337.750,00	- 337.750,00	953.736,00
Total	482.500,00	337.750,00	- 337.750,00	1.098.486,00

Fonte: SiafeAP

e) Execução das despesas por modalidade de licitação e por elemento de despesas

A unidade jurisdicionada no ano de 2021 teve como despesas empenhadas o valor de R\$ 33.423.192,58 (trinta e três milhões, quatrocentos e vinte e três mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos), distribuídos por modalidade de licitação e elemento de despesa conforme apresentado no subitem 10.4 deste relatório.

f) Demonstração e análise de indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário e financeiro, caso tenham sido instituídos pela unidade.

As unidades jurisdicionadas possuem como unidades de medidas que são instituídas pelo PPA, que estão disponíveis para consulta no Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Gestão/SiafeAP. Ressalta-se que a execução dos programas e ações mensais e trimestrais informam o desempenho orçamentário e financeiro da unidade. Cabe ressaltar que a DPE/AP está em fase de definição dos indicadores de desempenho institucional a partir do Planejamento Estratégico.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FIANCEIRA.

5.1.Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Um passivo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que uma



DEFENSORIA PÚBLICA

saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará possa ser determinado em bases confiáveis em nota fiscal, contratos, recibo e fatura. Entretanto nas Unidades Gestoras: 050101 – Defensorias Públicas do Estado do Amapá e 050301- Fundo da Defensoria Pública do Estado do Amapá, não ocorreram em 2021 reconhecimentos de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5.2. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e Despesas de Exercícios Anteriores.

Oriundos de saldo de exercícios anteriores a unidade jurisdicionada teve o saldo inicial de restos a pagar processado o valor de R\$ 3.210.357,30 (três milhões, duzentos e dez mil, trezentos cinquenta sete reais e trinta centavos), referente à transposição de Unidade Gestora: 320101 para Unidade Gestora: 050101, do qual o GEA fez o repasse em 20/10/2021 para esta DPE através de transferência financeira do valor integral do passivo inscrito. Entretanto foi executado o pagamento somente do valor de R\$ 1.616.728,70 (um milhão seiscentos e dezesseis mil setecentos e vinte oito reais e setenta centavos), referente aos Impostos de Renda Retidos na Fonte- IRRF, pois esta Defensoria fez a transferência de devolução do valor de R\$ 1.593.628,60 (um milhão quinhentos e noventa e três mil seiscentos e vinte oito reais e sessenta centavos), em virtude do GEA ter comunicado o Termo de Acordo, Parcelamento e Confissão de débitos previdenciários através do Ofício nº 140101.0076.2582.1119/2021 GABINETE - SEFAZ e realizou o cancelamento dos restos a pagar processado desta unidade orçamentária oriundos da Unidade Gestora: 320101.

Em relação aos Restos a Pagar não Processado remanescente da inscrição do exercício de 2020, o valor de R\$ 717.107,92 (setecentos e dezessete mil cento e sete reais e noventa e dois centavos), foram pagos o valor de R\$ 639.740,39 (seiscentos e trinta e nove mil setecentos e quarenta reais e trinta nove centavos) e foram cancelados o valor de R\$ 77.367,53 (setenta e sete mil trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos), referente cancelamento dos quais foram encerrados os contratos e não foram utilizados os saldos dos empenhos, conforme solicitado no MEMO nº036/2021 DCONT/DPE e autorizado o cancelamento de saldo pela Unidade de Contratos e Convênio em 22/11/2021.

Tabela 24: Saldo de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores em 31/12/2021.

Descrição de RP	Código UO	Ano de Inscrição	Valor Inscrito de Exercícios Anteriores (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldos a Pagar em 31/12/2021 (d) = (a-b-c)
PROCESSADO	05101	2019	3.210.357,30	1.616.728,70	1.593.628,60	0,00
NÃO PROCESSADO		2020	717.107,92	639.740,39	77.367,53	0,00
TOTAL			3.927.465,22	2.256.469,09	1.670.996,13	0,00

Fonte: DCONT/DPE.

Ressalta-se que no ano de 2021 a Defensoria Pública realizou reconhecimento de dívida de despesas de exercícios anteriores no valor de R\$17.568,24 (dezessete mil quinhentos e sessenta e oito reais e vinte quatro centavos), referentes despesas de pessoal com adicional de acumulação por serviço extraordinário (art. 94), repasses de contribuição previdenciária patrimonial, ref. os meses de abril e maio de 2020, repassado a menor e outras despesas correntes relacionado à diferença da nota fiscal nº 512525, série e, mês de dezembro/2020 relativo ao abastecimento e administração de despesas de combustíveis em postos credenciados.



DEFENSORIA PÚBLICA

Tabela 25: Despesas de Exercícios Anteriores

Unidade Gestora / Natureza Despesa / Credor / Natureza Despesa / Credor / Natureza Despesa / Credor / Natureza Despesa / Credor	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE	17.568,24	17.568,24
Pessoal e Encargos Sociais	17.389,54	17.389,54
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	8.956,48	8.956,48
PF0000023 - FOLHA DE PAGAMENTO	8.956,48	8.956,48
319192 - Despesas de Exercícios Anteriores	8.433,06	8.433,06
03281445000185 - AMAPA PREVIDENCIA-AMPREV	8.433,06	8.433,06
Outras Despesas Correntes	178,70	178,70
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	178,70	178,70
12039966000111 - LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIO EIRELI - EPP	178,70	178,70

Fonte: DCONT/DPE.

5.3 Transferência de recursos mediante convênios, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres:

a) Classificação quanto à origem e destinação dos recursos.

Tabela 26: Informações sobre os recursos de convênio.

Número /Nome do Convênio	Objeto	Valor do Repasse	Valor da Contrapartida	Valor do Convênio	Natureza de Despesa	Vigência do Convênio
917425	Aquisição de 01 (um) semireboque adaptado	R\$1.435.000,00	R\$ 1.437,00	R\$1.436.437,00	449052	06/12/2024
Banco do Brasil S.A	Concessão de empréstimos e/ou financiamentos com pagamento mediante consignação em folha de pagamento	-	-	Sem ônus	-	60 meses

1 Fonte: DCC/DPE

A Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2021, celebrou dois (02) convênios, um de consignados, com o Banco do Brasil S.A, e outro com o Ministério da Defesa como concedente e a Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE como conveniente.

Tabela 27: Recursos recebidos e início da execução em 2021

Ministério da Justiça	Convênio 903849	Valor R\$ 2.000.000,00	Aquisição de Material Permanente	Vigência 27/11/2020 à 10/03/2023
Ministério da Justiça	Convênio 902176	Valor R\$ 200.000	Aquisição de Material Permanente	Vigência 27/11/2020 à 27/11/2022

Fonte: Sistema + Brasil



DEFENSORIA PÚBLICA

b) Adoção de sistemas de informação para a gestão de transferências voluntárias.

A DPE/AP utilizou dois sistemas de informação, sendo: SiafeAP e Plataforma + Brasil. O Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Amapá – SiafeAP, para que os contratos sejam anexados no sistema e assim formalizar as Notas de Empenhos e a Plataforma + Brasil: Sistema utilizado pela concedente para a celebração, execução e prestação de contas dos convênios.

SISTEMA DE EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS	PLATAFORMA +BRASIL
Todos os convênios firmados pela Defensoria Pública do Amapá e Ministério da Justiça, tem a sua execução total na Plataforma +Brasil, sistema esse do Governo Federal.	

c) Identificação dos convênios que tiveram prestação de contas rejeitada ou não prestadas;

Em 2021 a Defensoria Pública não realizou prestação de contas dos Convênios Federais, pois ainda estavam em fase de execução.

d) Informações, com indicação de valores, de despesas não executadas em decorrência de problemas gerenciais, destacando ausências ou falhas no planejamento, projeto, fiscalização.

Os convênios iniciados em 2020 e 2021 ainda se encontram em execução.

No exercício de 2021 foi realizada contratação de serviços de controle e combate a pragas (desinsetização, desratização, descupinização e remoção de morcegos) - Processo nº 2.00000.138/2021, a fim de atender as necessidades da DPE/AP.

A formalização teve como objetivo contratar uma empresa para combater pragas, no prédio sede da Defensoria Pública localizada na Rua Eliezer Levy n^a 1157, centro – CEP: 68900-083, Macapá/AP, por se tratar de imóvel prédio antigo. Com a paralisação das atividades devido a pandemia, o prédio necessitava de uma desinseticização para remoção de pragas, contudo, foi reavaliada a necessidade da contratação para este fim, pois se percebeu que o prédio necessitava de uma ampla reforma, visto que além das pragas, seria necessária uma reforma geral para que o ambiente fosse devidamente adequado ao uso. O lapso que ocorreu com planejamento foi devido a um fator superveniente ocasionado pela pandemia, como o processo não foi executado, não houve danos ao erário.

5.4. Utilização de contas bancárias e a concessão de suprimento de fundos.

A unidade jurisdicionada não utilizou suprimento de fundos e contas bancárias no exercício de 2021, consoantes ao solicitado no subitem 5.4. Caso venha a ser utilizada, será informado nos relatórios consecutivos.

5.5 Relação de contratos de operações de crédito realizadas no período, com suas respectivas leis autorizativas.

A unidade jurisdicionada não firmou contratos de operações de créditos no ano de 2021.

5.6 Informações sobre a gestão de precatórios.

As unidades jurisdicionadas não gerenciaram precatórios no exercício de 2021.



DEFENSORIA PÚBLICA

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1. Estrutura de pessoal da unidade:

a) **Demonstração da estrutura de pessoal da unidade, incluindo cargos efetivos, comissionados, indicando a regulamentação normativa que disponha a respeito, a carga-horária, o quantitativo previsto em lei, esclarecendo o grau de ocupação, vacância e eventuais afastamentos.**

A Estrutura de pessoal está demonstrada no quadro abaixo, que apresenta o quantitativo da força de trabalho, regulamentação normativa, o quantitativo de pessoal previsto em lei e o grau de ocupação. No ano de 2021, a força de trabalho integrou 250 servidores.

Quadro16- Estrutura de Pessoal/2021 – Cenário da Defensoria Pública.

Quantitativo de Força de Trabalho	Regulamentação Normativa	Quantitativo Previsto em Lei	Carga Horária	Grau de Ocupação
Defensores Públicos	LC Nº 121/2019	40	40 h/s	Defensor Público
Defensores Públicos	LC Nº 0117/2019	10	40 h/s	Defensor Público
Efetivos Estaduais	0066/1993 LC Nº 121/2019	13	40 h/s	Área Admin.
Federais	8112/1990 LC Nº 121/2019	30	40 h/s	Área Admin.
Cargos em Comissão S/ Vínculo	LC Nº 121/2019	137	40 h/s	Área Admin.
Estaduais/Cargo Comissionado	0066/1993	06	40 h/s	Área Admin.
Federais/Cargos Comissionados	8112/1990	09	40 h/s	Área Admin.
Municipais/Cargos Comissionados	LC Nº 122/2018	01	40 h/s	Área Admin.
Cargos em Comissão S/ Vínculo de Outro Órgão a Disp/Defensoria	-	-	40 h/s	-
Servidores de Outro Órgão/Poder	LC Nº 2484/2020	04	40 h/s	Área Admin.

Fonte: Sistema Integrado de Pessoal –SIP/DGP/2021

Quanto aos efetivos estaduais, destaca-se um quantitativo de 13 servidores com cargo comissionado no âmbito da DPE/AP. Quanto aos efetivos federais, destaca-se um quantitativo de 30 servidores com cargo comissionado no âmbito da DPE/AP.

As informações relativas aos estagiários estão contempladas no item a seguir.

Quadro 17 - Vacância e Afastamentos/2021 – Cenário da Defensoria Pública

Afastamentos	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Férias	14	09	12	02	11	16	5	12	8	13	14	51
Licença Prêmio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Licença Médica			1				1			1		
Licença Maternidade									1			
Total Por Mês	14	9	13	02	11	16	6	12	9	14	14	51



DEFENSORIA PÚBLICA

Fonte: Sistema Integrado de Pessoal -SIP

b) Valores globais da despesa de pessoal da unidade e sua evolução nos últimos três anos, classificados de acordo com a natureza dos vínculos jurídicos previstos na estrutura.

Tabela 28: Evolução da Despesa de Pessoal nos últimos três anos

DESPEZA PESSOAL			
MÊS	2019	2020	2021
JANEIRO	R\$ 1.252.512,87	R\$ 1.515.305,61	R\$ 1.384.759,60
FEVEREIRO	R\$ 1.238.758,34	R\$ 1.537.249,47	R\$ 1.496.082,31
MARÇO	R\$ 1.218.830,65	R\$ 1.541.112,90	R\$ 1.519.666,29
ABRIL	R\$ 1.780.746,62	R\$ 1.545.500,62	R\$ 1.628.207,47
MAIO	R\$ 1.406.421,68	R\$ 1.619.507,75	R\$ 1.676.853,43
JUNHO	R\$ 1.599.003,55	R\$ 2.268.372,76	R\$ 2.254.996,12
JULHO	R\$ 1.320.305,67	R\$ 1.625.740,69	R\$ 1.687.283,93
AGOSTO	R\$ 1.373.414,59	R\$ 1.484.800,60	R\$ 1.758.130,77
SETEMBRO	R\$ 1.478.063,96	R\$ 1.514.489,01	R\$ 1.785.451,39
OUTUBRO	R\$ 1.580.047,18	R\$ 1.681.689,05	R\$ 1.786.409,03
NOVEMBRO	R\$ 1.719.676,69	R\$ 2.291.367,77	R\$ 1.854.219,57
DEZEMBRO	R\$ 2.406.822,83	R\$ 1.669.599,87	R\$ 1.929.541,19
DECIMO	R\$ 945.503,57	R\$ 1.059.572,46	R\$ 1.275.463,62
TOTAL	R\$ 18.374.604,63	R\$ 20.294.736,10	R\$ 20.761.524,75

Fonte: Sistema Integrado de Pessoal -SIP

Os valores da referida tabela, são relacionados de acordo com os vínculos (defensores e comissionados). Em 2021 a DPE/AP executou orçamento próprio para gerir a folha de pagamento, não sendo mais de responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração, obteve um custo com o pagamento dos recursos humanos no montante de R\$ 20.761.524,75 (vinte milhões setecentos e sessenta e um mil quinhentos e vinte quatro reais e setenta e cinco centavos) correspondente a uma evolução de 11,29%, comparado ao exercício de 2020. O aumento se refere ao pagamento de auxílios e adicionais regulamentados via resoluções Conselho Superior da Defensoria Pública - CS/DPE.

c) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;

Em 2021 não houve composição de quadro de servidores inativos e pensionistas.

d) Providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedados pelo art, 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas emendas Constitucionais nº 19/98 e 34/2001);

No exercício de 2021 não houve caso de servidor Estadual ou Federal que tenha acumulado cargos ou funções públicas, vedadas pelo artigo que cita a referida lei.

e) Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 135 da Lei nº 066/1993.

Em 2021 não houve caso de servidor com acumulações de cargos ou funções públicas.

f) Informações sobre a gestão de pessoas praticadas na unidade, indicando as iniciativas ou atividades relacionadas a seleção, capacitação, remuneração, motivação e avaliação pessoal.

O processo de gestão de pessoas ocorreu em consonância com a Lei Complementar nº.



DEFENSORIA PÚBLICA

121/2019 que contempla nomeação de membros e servidores para ocupar cargos efetivos ou em Comissão. A remuneração, destaca-se que também ocorre em consonância com a referida lei.

Questões relativas à capacitação, motivação e avaliação de pessoal, são projeções futuras, considerando que em 2021 a DPE/AP, iniciou o seu processo de reestruturação pelo viés estratégico.

g) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Os indicadores gerenciais relativos aos recursos humanos são aqueles contemplados no PPA, relativos aos programas e ações desenvolvidos pela DPE/AP e que estão contemplados no Siafe/AP, disponíveis para consulta. Quanto a ação 2020 – que versa sobre remuneração, pagamento de benefícios e encargos sociais dos servidores, destaca-se as informações relativas ao produtos que são os servidores remunerados/mes/ano, tendo como produto/unidade de medida - servidor remunerado, pessoa.

Não existem indicadores gerenciais relativos a capacitação e gerenciamento de pessoal, senão, os da folha de pagamento. Contudo, estima-se que sejam realizados estudos e projetos com a finalidade de criar elementos voltados ao desenvolvimento de pessoal, incluindo os indicadores de desempenho, projetados para início no próximo exercício.

h) Informações mensais das retenções previdenciárias e fiscais sobre a folha de pagamento.

As informações mensais sobre as retenções previdenciárias e fiscais estão organizadas na tabela abaixo.

INFORMAÇÕES MENSAIS DAS RETENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO - ANO 2021				
MÊS	AMPREV	INSS	IRPF	TOTAL
JANEIRO	221.353,72	99.301,62	277.897,26	598.552,60
FEVEREIRO	228.075,41	102.621,47	368.912,43	699.609,31
MARÇO	227.751,50	103.678,34	319.366,94	650.796,78
ABRIL	215.724,06	106.658,95	294.238,59	616.621,60
MAIO	235.412,01	111.490,13	303.568,10	650.470,24
JUNHO	229.067,50	111.364,07	308.502,28	648.933,85
JULHO	240.655,36	115.133,91	196.988,10	552.777,37
AGOSTO	249.120,90	113.326,26	206.123,27	568.570,43
SETEMBRO	255.156,90	113.832,70	210.480,37	579.469,97
OUTUBRO	253.919,42	111.906,28	214.787,02	580.612,72
NOVEMBRO	256.560,62	111.714,59	213.163,99	581.439,20
DEZEMBRO	259.243,01	113.025,17	224.226,93	596.495,11
13º SALÁRIO	249.177,54	100.321,61	187.884,78	537.383,93

6.2. Contratos administrativos, terceirização da mão-de-obra e sobre o quadro de estagiários, incluindo a evolução do quantitativo nos últimos três anos, fundamentação legal/normativa que discipline o vínculo e discriminação da despesa, classificada de acordo com o vínculo jurídico, bem como a informação sobre o cumprimento dos requisitos constitucionais para preenchimento das funções de confiança e cargos em comissão (art. 37 da Constituição Federal de 1988).

Em relação à terceirização de mão de obra, em 2019 foi celebrado o 4º Termo aditivo do contrato nº001/2016 com a empresa V. CAMPOS COSTA ME, com 8 colaboradores. No ano de 2020 houve o 5º Termo aditivo do contrato nº001/2016 com vigência de 03/01/2020 a 04/12/2020



DEFENSORIA PÚBLICA

com a empresa V. CAMPOS COSTA ME para serviços de limpeza e conservação na sede da Defensoria Pública do Estado do Amapá, núcleo regional de Santana e Núcleo de Atendimento a criança e adolescente com 08 colaboradores.

No fim de 2021 em 07/12/2021 celebrou-se um contrato nº035/2020 de limpeza e conservação com a empresa IDEALIZE, vigência de 07/12/2020 até o fim de 2021 em 06/12/2021, com 11 colaboradores que atuavam em Macapá-AP.

Em relação ao quadro de estagiários, em 2021, temos as seguintes informações:

Convênio nº 001/2018 – Celebrado com a Sociedade Educacional da Amazônia Ltda. – Faculdade Estácio de Macapá cujo objeto é proporcionar oportunidade de complementação educacional aos estagiários, regularmente matriculados a partir do 7º semestre do curso de Bacharel em Psicologia, da Instituição de Ensino, por meio da realização de estágio curricular de complementação educacional (ECCE) e ao desenvolvimento da prática profissional na formação acadêmica do mesmo junto à unidade concedente, do curso de Bacharel em Psicologia da Faculdade Estácio de Macapá.

Convênio nº 002/2018 – Celebrado com a Faculdade Estácio do Amapá cujo objeto é proporcionar oportunidade de complementação educacional aos estagiários, regularmente matriculados a partir do 7º semestre do curso de Bacharel em Direito, da Instituição de Ensino, por meio da realização de estágio curricular de complementação educacional (ECCE) e ao desenvolvimento da prática profissional na formação acadêmica do mesmo junto à unidade concedente, do curso de Bacharel em Direito, mencionados e oficiados pela OAB/AP nos termos da Lei nº 8.906/94, para fins de registro de estágio.

Os referidos convênios têm como base a Lei do Estágio nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

No exercício de 2021 os convênios acima descritos venceram no decurso do ano, e não foram renovados até o momento.

Ainda, referente ao ano em questão, ocorreu a assinatura do **Contrato nº 023/2021**, decorrente da Dispensa nº 007/2020, entre a Defensoria Pública do Estado do Amapá/DPE-AP e a Empresa Centro de Integração Empresa-Escola/CIEE, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 3.182/2016, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações; tendo como objeto de contratação a operacionalização, o gerenciamento e a administração do Programa de Estágio da Defensoria Pública do Estado do Amapá. Até o momento, o referido contrato ainda não gerou despesas.

Assim, a Instituição visou contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estagiários, primando pela formação de profissionais competentes, a partir de práticas e da vivência humana, para que possam, portanto, desenvolver papel relevante no processo de promoção da cidadania.

- **Quantitativo de estagiários nos últimos três anos:**



DEFENSORIA PÚBLICA

Espécie	Regulamentação Normativa	Quantitativo		Grau de Ocupação
Estagiários	Lei do Estágio nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.	2019	10	Estagiários
		2020	14	
		2021	18	

6.3. Necessidade de realização de concurso público nos diversos níveis de trabalho da administração.

Em 2021 a Defensoria Pública do Estado do Amapá não realizou concurso Público, contudo, existe a previsão do certame para servidores membros (Defensores Públicos) e para o quadro Administrativo efetivo, em conformidade com o PPA, visto que a instituição não possui quadro próprio de funcionários na área meio.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.

7.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.

A Unidade de Transporte esteve vinculada ao Departamento Administrativo Financeiro, sendo os responsáveis pelo gerenciamento da frota de veículos na Instituição, auxiliando nas atividades administrativas e jurídicas, tais como: deslocamento de defensores públicos para audiências, júris, ações, assim como, circulação de materiais, de servidores, documentos entre outros. A Unidade de Transporte também atua no gerenciamento da frota de veículos composta por 05 (cinco) veículos terrestres automotores próprios, 02 alocados mensalmente e 03 alocados na diária.

Quadro 18: Relação dos Veículos Oficiais

Item	Veículo	Placa	Ano	Chassi
01	Ford Fiesta	NEX-4605	2007	9BFZF16P188126984
02	Ford Fiesta	NEO-2146	2010	9BFZF55A1B8081444
03	Triton L-200	NEM-7728	2012	93XJNKB8TDCC53767
04	Logan/Sedan	NEP-5461	2012	93YLSR76HDJ438574
05	Fiat Mille	NEK-7470	2005/2006	9BD15822764793399

Quadro 19: Relação de Frota de Veículos Alocados

Item	Veículo	Placa	Ano	Chassi
------	---------	-------	-----	--------



DEFENSORIA PÚBLICA

01	Gol 1.6	QZA0C08	2019/2020	9BWAB45U5LT023980
02	Gol 1.6	QZA0D18	2019/2020	9AWAB45LUSLT023972
03	Amarok	QVD-0949	2019/2019	WV1DB4ZH7KA032033
04	GOL 1.6	QZA-0C78	2019/2020	9BWAB45U0LT029962
05	Microonibus	QLO-7072	2016/2017	8AC906633HE119732

A Unidade de Transporte utilizou mecanismo de deslocamento com os dados de saída, quilometragem, consumo, manutenção e percurso registrados em formulários, para cada carro da Instituição.

Ressaltamos ainda, que a Unidade Jurisdicionada contratou com terceiros e firmou o contrato nº 17/2021 de Prestação de Serviço de Locação de veículos terrestres leves e pesados, sem motoristas, com vigência de 60 meses a contar de 09/09/2021, com custo em 2021 no valor de R\$ 73.518,47 setenta e três mil, quinhentos e dezoito reais e quarenta e sete centavos), e o contrato nº 003/2021 Prestação de Serviço de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas de combustíveis em postos credenciados, mediante o uso de cartão eletrônico ou magnético e etiqueta com tecnologia RFID, com vigência de 31/05/2021 a 30/05/2022, com custo em 2021 no valor de R\$ 34.499,79 (trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos).

Demonstrativo do Consumo de Combustível e Quilometragem Rodada por Veículo.

Tabela 29: Consumo - Diesel/2021.

Item	Veiculo	Placa	Diesel S10	Km rodado	Com. Km/L	Reserva no tanque
01	Triton L-200	NEM-7728	650	4.371	6,72	-
02	Amarok	QVD-0949	1.700	16.712	9,83	-
03	Microonibus	QLO-7072	100	563	5,63	-
Total			2.450	21.646	8,83	Consumo médio

Demonstrativo do Consumo de Combustível e Quilometragem Rodada por Veículo.

Tabela 30: Consumo Gasolina/2021.

Item	Veiculo	Placa	Gasolina	Km rodado	Com. Km/L	Reserva no Tanque
01	FIESTA	NEX-4605	-	-	-	-
02	FIESTA	NEO-2146	-	-	-	-
03	LOGAN/SEDAN	NEP-5461	-	97	-	-
04	UNO MILLE	NEK-7470	-	42	-	-
05	GOL 1.6	QZA-0C08	1.312	12.293	9,36	-



DEFENSORIA PÚBLICA

06	GOL 1.6	QZA-0D18	1.710	15.874	9,28	-
07	GOL 1.6	QZA-0C78	50	413	8,26	-
Total			3.072	28.719	9,34	Consumo médio

7.2 Gestão do patrimônio imobiliário que esteja sob a responsabilidade da unidade e dos imóveis locados de terceiros.

Sob a Responsabilidade da DPE-AP, temos 06 Imóveis pertencente ao GEA, que estão cedidos para a Defensoria Pública, sem termo de Cessão de Uso.

01 Município de Macapá- Sede da DPE-AP

01 Município de Amapá – Sede da DPE-AP

01 Município de Calçoene – Sede da DPE-AP

01 Município de Mazagão – Cedido ao RURAP

01 Município de Oiapoque – Sede da DPE-AP

01 Imóvel no Município de Santana – Sede – cedido pelo TJP/AP, para a DPE-AP.

Termo de Cessão de Uso nº 007/2013-TJAP/Termo de Permuta nº 001/2017-TJAP.

O Imóvel localizado no Município de Mazagão esta cedido ao Rurap. Termo de Cessão de Uso 0011/2018-DEFEAP

01 Terreno com Título Definitivo de Domínio nº 039, concedido pela Prefeitura da Pedra Branca , destinado a construção da Defensoria Pública do Município.

7.3 Relação de prédios alugados para uso da UJ, identificando pelo menos a finalidade dalocação, valor mensal e anual, índice de reajuste, vigência do contrato, locador.

Tabela 31: Relação de prédios alugados

Item	Contrato	Locador	Vigência		Objetivo/Finalidade	Valor		
			Início	Fim		Qtd	Mensal	Total (R\$)
1	Contrato nº 004/2021		24.09.2021	23.09.2025	Prédio urbano com 04 pavimentos, com 1.427,40m2, localizado na Av. Raimundo Alvares da Costa, 676- centro	01	40.000,00	480.000,00
					Finalidade: Instalação do anexo da Defensoria Pública do Estado do Amapá-DPE-AP			

7.4 Relação de controle de aquisição dos bens patrimoniais.

A relação de controle de bens patrimoniais encontra-se no site da DPE/AP , portal da transparência, podendo ser acessado através do link abaixo.

<http://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/aquisicoes/cGF0cm1tb25pby1lLWFxdWlzaWNvZlXNhC XVpc2ljb2VzMTc4.pdf>



DEFENSORIA PÚBLICA

7.5 Relação de bens de natureza permanente, identificando os móveis, imóveis, industriais e semoventes, incorporados e baixados do patrimônio.

A Defensoria Pública do Estado do Amapá não possui bens de natureza industrial ou semoventes. A relação dos bens de natureza permanente, constam no site da DPE/AP, e podem ser acessadas no link abaixo.

Bens móveis – sintético

http://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/bens_moveis/cGF0cmltb25pby1lLWFxdWlzaWNvZXNiZW5zLW1vdmVpczE3Ng==.pdf

Bens móveis – inventário analítico

http://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/bens_moveis/cGF0cmltb25pby1lLWFxdWlzaWNvZXNiZW5zLW1vdmVpczE3Ng==.pdf

Bens imóveis

http://defensoria.ap.def.br/storage/transparencias/bens_imoveis/cGF0cmltb25pby1lLWFxdWlzaWNvZXNiZW5zLW1vdmVpczE3Ng==.pdf

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.

8.1. Gestão de tecnologia da informação (TI), contemplando os seguintes aspectos:

No âmbito da coordenação da tecnologia da informação da DPE-AP, está afetando aos Departamentos de Informática e Telecomunicações e Departamento de Sistemas, a TI da Defensoria Pública do Estado do Amapá- DPEAP está estruturada com apenas um setor destinado ao gerenciamento da rede local. Possui uma sala de informática ao qual possui equipamentos de interligação de internet que faz toda a distribuição de internet com os demais setores, está conectada através da rede Metroap diretamente ao Processamento de Dados do Amapá – PRODAP.

Tenho como a principal finalidade formular, executar, acompanhar e monitorar a política de tecnologia da informação da administração estadual. Programar, dar manutenção técnica aos softwares, hardwares, estabelecer diretrizes, disciplinar a descentralização tecnológica, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades de processamento de dados, priorizando o assistido e propiciar apoio a DPE-AP com políticas, ferramentas e melhores práticas relacionadas à Tecnologia da Informação.

a) Planejamento da área;

Atualmente a TI da Defensoria Pública do Estado do Amapá- DPE-AP está estruturada com apenas um setor destinado ao gerenciamento da rede local. Possui uma sala de informática conectada diretamente ao qual possui equipamentos de conectividade que estão com o PRODAP através da Rede METROAP. Todo gerenciamento da rede é feito pelo PRODAP, que faz toda a distribuição de internet com os demais setores. Estamos com um projeto de reestruturação de toda a rede da instituição como troca de todo cabeamento por um cabeamento novo, obedecendo normas e padrões do cabeamento estruturado, infraestrutura lógica, aquisição de servidores de gerenciamento de redes para monitoramento de toda a rede da DPE-AP.

Durante o ano de 2020, foi realizado um estudo técnico dentro do parque tecnológico da DPE-AP, e através desse estudo foi detectado que não existe uma infraestrutura física e lógica adequada dentro dos padrões nacionais e internacionais, bem como cabeamento de redes ultrapassados, não obedecendo normas e padrões do cabeamento estruturado, ausência de uma política de controle de segurança, servidores de redes. Através desse estudo houve a necessidade de planejar um novo projeto para implantação de uma nova infraestrutura física e lógica, política de



DEFENSORIA PÚBLICA

segurança da informação, implantação de um sistema de informação. Todos os projetos estão em andamentos e alguns já foram finalizados, como a implantação do sistema SOLAR, que foi adquirido através de um termo de cooperação entre a defensoria de Tocantins e DPE-AP. Este sistema está em fase de implantação e irá atender todos os processos jurídicos desta defensoria, garantindo mais agilidade aos processos e segurança da informação. A Unidade de Sistemas e Inovação Tecnológica está responsável em analisar, implantar programas, realizar manutenção, bem como promover a capacitação destes sistemas para os demais funcionários da Instituição e ampliações na rede. O Núcleo de Suporte está subordinado diretamente à Unidade de Sistemas e Inovação Tecnológica, estando responsável por assegurar os parâmetros de segurança de informação dentro das diretrizes internas da Defensoria Pública do Estado do Amapá, garantir a integridade dos dados dos usuários da rede, gerenciando e propondo políticas de segurança, manter em funcionamento a rede, disponibilizando e otimizando os recursos computacionais para os funcionários.

b) Perfil dos Recursos humanos envolvidos:

PAULO TARCISO BENTES:

Graduação em Sistemas para Internet pela Faculdade de Tecnologia do Amapá - META (2007) e Especializações em: Docência do Ensino Superior, Análise Projetos e Gerência de Sistemas, Análise em Tecnologia da Informação e Curso Superior de Complemento de Estudos em Tecnologia de Software. Atualmente é Professor da Faculdade de Tecnologia do Amapá, Ex-Professor da Faculdade FAMA - Macapá (PRONATEC) e Ex-assessor Técnico Nível I da Coordenadoria de Articulação Institucional do Governo do Estado do Amapá. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Linguagens de Programação. Atualmente desenvolvendo projetos em Laravel "Framework PHP utilizado para o desenvolvimento web, que utiliza a arquitetura MVC " e Python.

FRANCINALDO SANTOS DA SILVA:

Possui graduação em Tecnologia de Redes de Computadores, pela Faculdade de Tecnologia do Amapá, Em Redes de META, com Especializações em Educação Profissional pela Faculdade IESAP, Especialização em Gerência e Segurança de Redes de Computadores pela Faculdade Estácio SEAMA, Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior pela Faculdade ATUAL, Especialização em Didáticas Aplicadas ao Ensino Superior, Análise de Sistemas e Banco de Dados .

JOSIVAN REIS TRINDADE:

Graduado em Engenharia da Computação. Experiência em eletrônica analógica e digital, atendimento ao usuário, suporte e manutenção a informática e cabeamentos de rede e manutenção e instalação de software e hardware em computadores e microcomputadores e impressoras.

ELICARLOS DE OLIVEIRA ARAÚJO:

Formação em Tecnólogo em Informática. SEMA. Com experiência em manutenção e suporte ao usuário e redes de computadores.

JOÃO FELIPE SERRA FERNANDES:

Possui graduação em tecnologia em sistemas para internet. Atualmente é desenvolvedor e administrador de sistemas web na Defensoria Pública do Estado do Amapá. Com experiência em redes de computadores e atendimento ao usuário helpdesk com o cargo de Assessor Técnico Nível



DEFENSORIA PÚBLICA

II - Departamento de Suporte e Manutenção. Formação: Tecnólogo em Informática. SEMA , conclusão 2005.

EMMANUEL DIAS PEREIRA

Docente-Pesquisador Graduado em Desenvolvimento de sistema, pós-graduado em banco de dados, segurança da informação e docência do ensino superior/ complementação pedagógica, Mestrando em Engenharia de Software. Universidade Paulista, e Fabran. Tem experiência na área de Microeletrônica e redes de computadores, com ênfase em Projeto de programação. Atualmente é Gerente de Desenvolvimento de Software na Defensoria Pública do Estado do Amapá.

GERSON DE SOUSA COSTA

Graduação em sistemas para internet, com experiência na área de redes de computadores, atualmente desenvolvedor para web e chefe de Departamento de Infraestrutura de Redes na defensoria pública do estado do Amapá.

KAROLYNE ALBANO PANTOJA

Graduação em sistemas de informação, com experiência na área de suporte e manutenção em tecnologia da informação, atualmente como desenvolvedor front-end na defensoria pública do estado do Amapá.

c) Segurança da Informação:

Busca aperfeiçoar os principais objetivos em manter os parâmetros de segurança de informação dentro das diretrizes definidas por políticas do Governo do PRODAP, e sempre procurando garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações e ainda normatizar o uso de recursos, aprimorando a qualidade, a eficiência, estipulando regras que objetivam um comportamento ético e profissional no modo de utilização desses recursos, buscando prevenir e detectar possíveis vulnerabilidades na área de TI da DPEAP.

- Implantação de Ferramentas de Gerenciamento de Rede;
- Implantação do Firewall;
- Políticas de senhas e Acesso;
- Bloqueios de Sites indesejáveis;
- Bloqueios de perfis de Usuários;
- Criação do domínio da rede interna da Dpeap (dpe.def);
- Políticas de acesso aos emails Institucional;

d) Desenvolvimento e Produção de Sistemas;

Quadro 20 : Sistemas desenvolvidos no âmbito da DPE/AP

Item	Descrição	Status
1	Sistema de gerenciamento dos plantões dos defensores (esse sistema é responsável por gerir o calendário de plantões dos defensores bem como formalizar os pedidos de trocas e substituições dos plantões)	Implantado. 100% concluído
2	Desenvolvimento de sistemas de Informação para atender a gestão da DPEAP, Análise e Desenvolvimento do Site, Mchat, Sistema de Plantão do Defensor, Sistema Solar, Sistema de Gestão, Portal do Servidor, Portal da Transparência, Ouvidoria virtual	Implantado. 100%



DEFENSORIA PÚBLICA

		concluído
3	Desenvolvimento de sistemas de informação para atender a gestão da Defensoria Pública. Em fase de desenvolvimento: Sistemas de protocolos e tramitação de documentos, Sistema de Atendimento ao Usuário, Service Desk Help Desk	Implantado. 100% concluído
4	Desenvolvimento de sistemas de informação para atender a gestão da Defensoria Pública, Sistema de Gestão de Folha de Pagamento RH	Implantado. 100% concluído
5	Implantação do Sistemas de Tramitação de documentos e Protocolos, Sistema SEI	Em fase de Implementação na Defensoria de Tocantins
6	Área do Servidor (esse portal é responsável por agregar os acessos aos sistemas da defensoria, bem como manter um painel de informes internos);	Implantado. 100% concluído
7	Manutenção, reestruturação e criação de módulos do Site da DPE-AP: Portal da Transparência ; Ouvidoria; Administração ; Módulo da administração do site e seus respectivos subsistemas.	Implantado. 100% concluído
8	Atendimento de sistema de informação da DPE-AP, suporte ao usuário:Mchat (orientação aos usuários, cadastro de assessores e defensores, transferência de atendimento, localização de usuário, cadastro e mudança de departamento, relatório do Mchat); E-mail Institucional (criação do e-mail, alteração de senha, mudanças de dados do usuário; Cabeamentos de redes; Configuração de Redes; Instalação e configuração de impressoras; Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos; Atendimento de Usuário em Home office.	Implantado. 100% concluído
09	Implantação de sistemas de informação DPEAP, Solar, Portal do Servidor, Sistema de Gestão Fiorilli, Mchat, Portal da Transparência, Sistema de Plantão do Defensor, Remodelagem do site;	Implantado. 100% concluído
10	Desenvolvimento de novos sistemas de informação para apoio das atividades dos membros e servidores; Monitoramento de capacidade/planejamento; Armazenamento; Utilização da rede; Disponibilidade; Instalações (incluindo gerenciamento de infraestrutura de data center); Ativos físicos e virtuais; Operações de rede sem fio e com fio.	Em fase de Implementação
11	Sistema de eleições do conselho superior (esse sistema é responsável pelas eleições de membros do conselho superior, bem como demais eleições as quais for solicitado o uso do sistema);	Implantado 100% concluído
12	Sistema de Controle de Contratos (esse sistema é responsável por fazer o registro e controle da vigência dos contratos e termos aditivos do órgão, mantendo um registro detalhado do objeto e da execução de cada contrato) ;	Implantado. 100% concluído
13	Sistema de Protocolo (esse sistema é responsável pela tramitação de documentos e processos administrativos);	Implantado. 100% concluído
14	Sistema Administrativo (esse sistema é responsável pela tramitação de documentos referentes aos processos de licitações e contratos da defensoria).	Implantado. 100% concluído
15	Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Sistema do Solar; Criação de modelos de dados; Criação e manutenção do banco de dados; Garantia da disponibilidade; Garantia da segurança dos dados; Definição de métodos e restrição de acesso aos dados; Definição de estratégias de backup dos dados.	Implantado. 100% concluído
16	Sistemas de Informação Dpeap: Solar – Solução de Atendimento de Referência; SIGPlan – Sistema de Gestão de Plantões dos Defensores Públicos; SCC – Sistema de Controle de Contratos; Portal do Servidor; Chamados TI – Sistema de gestão de chamados e incidentes;	Implantado. 100% concluído

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI:

Quadro 21 : Gestão de bens e serviços.

Item	Descrição	Status
------	-----------	--------



DEFENSORIA PÚBLICA

01	Projeto para contratação de empresa especializada para realização de serviços de instalação e manutenção em rede lógica, com substituição e implantação do cabeamento de Redes, nos prédios da Capital e Interior, já em execução na sede de Macapá e Oiapoque	Em andamento
02	Aquisição de microcomputadores para renovação do	Concluído parcialmente
	parque tecnológico da DPE-AP (Capital e Núcleo do Interior)	Em licitação com a Cpl
03	Aquisição de notebooks para atender os defensores Públicos DPE-AP	Concluído parcialmente. Em licitação com a CPL
04	Aquisição de switches e transceivers para renovação e ampliação do parque tecnológico de ativos de rede DPE-AP	Concluído parcialmente. Em licitação
05	Aquisição de um servidor de gerenciamento de banco de dados	Concluído parcialmente. Em licitação com a CPL
06	Projeto para aquisição de nobreaks de 5 KVA para renovação do parque computacional, garantir a segurança física do servidor	Concluído parcialmente. Em licitação
07	Tela Full HD de 24 Polegadas ou superior" Ajuste de altura, inclinação, rotação e giro Entradas HDMI	Concluído parcialmente. Em licitação
08	Webcam C505 e Business Hd 720p 6 mp 30fps	Concluído parcialmente. Em licitação
09	Projetor Full HD 1080P LED projetor 3D Beamer HDMI para 4K Smart Android 6.0	Concluído parcialmente. Em licitação
10	Scanner de Mesa 30 ppm./60 ppm digitaliza 30 páginas por minuto, scanner duplex com rápida alimentação automática de folhas,	Concluído parcialmente. Em licitação
11	Câmera SLR Lente 18 -55mm f4 -5.6 Is Stm + Bolsa;	Concluído parcialmente. Em licitação
12	Aquisição de Appliance-Firewall	Concluído parcialmente. Em licitação
13	Serviços em nuvem; Criação e gerenciamento de Máquinas virtuais; Criação; Gerenciamento e migração de banco de dados;	Concluído parcialmente. Em licitação com a CPL
14	Contratação de uma especializada em fornecimento de link de internet para interligação da rede corporativa da sede da defensoria pública do estado do amapá e seus	Concluído
15	Projeto para aquisição de nobreaks de 10 KVA para renovação do parque computacional, garantir a segurança física do servidor	Concluído parcialmente. Em licitação com a CPL
16	Licença de software	Concluído parcialmente. Em licitação com a CPL

9 -GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.



DEFENSORIA PÚBLICA

Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõem o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando o detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos: não dispõe de projetos que envolvam políticas para estimular o uso racional dos recursos supracitados.

9.1 A doção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

A Defensoria Pública do Estado do Amapá, em seus processos licitatórios, tem Cláusulas de Requisitos de Contratação que as Empresas participantes devem adotar, baseado nos princípios licitatórios previsto no Artigo 3º da Lei 8.666/93, que regem um dos princípios licitação, como a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

A Defensoria Pública em seus processos licitatórios abordar geralmente no item 3.0 Requisitos de Contratação, dentre diversos requisitos de contratação, prevê requisitos Sociais, Ambientais e Culturais.

A Defensoria Pública do Estado do Amapá, instituída como instituição autônoma, independente, tendo em seus princípios a independência administrativa, funcional e financeira, atualmente não dispõe de ordenamento próprio para tratar assuntos de licitação, contudo participar ativamente dentro os ordenamentos de boas práticas, como podemos citar Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, com ênfase o art.5º, e o Decreto nº 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010, que institui a política de resíduos sólidos.

É seu dever manter em seus atos recomendações inclusive nos seus processos licitatórios como o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

9.2 Medidas adotadas pelas unidades que compõem o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água:

a) Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos.

A unidade jurisdicionada não desenvolveu projetos que envolvessem políticas para estimular o uso racional com foco na redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água. Entretanto, estabelece práticas através de ações voltadas à conscientização das pessoas ao uso racional dos recursos, combatendo o desperdício, por exemplo, os setores que possuem iluminação natural foram orientados a acionarem as luzes só quando necessário; evitar deixar luzes e equipamentos elétricos ligados no fim do expediente ou quando o ambiente não estiver em uso; fechar bem as torneiras quando utilizá-las, entre outras boas práticas, com a finalidade de reduzir o consumo e refletir em economia financeira. Além disso, destaca-se o reaproveitamento de folhas usadas, como rascunho e bloquinhos de anotações, e impressão frente e verso. Vale ressaltar que em 2021 a DPE criou sistema de virtualização dos processos administrativos, contribuindo para a redução de consumo de papel A4, assim como da economia de tonner. Não há consumo de papel reciclado devido ao alto custo do produto.



DEFENSORIA PÚBLICA

b) Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.

A unidade jurisdicionada no ano de 2021 teve como consumo anual o valor de R\$ 76.701,40 (setenta e seis mil, setecentos e um reais e quarenta centavos) referente à CEA, distribuídos cerca de 98,54% na capital Macapá e 1,46% restante nas unidades de Oiapoque (abril a dezembro), Calçoene (dezembro) e Santana (janeiro a dezembro) onde a DPE-AP presta atendimento. Na unidade de Amapá não houve consumo de energia, pois anteriormente foi solicitado desligamento das unidades que não estavam consumindo, haja vista que os imóveis estavam inabitados aguardando manutenção. Vale ressaltar que em Macapá a DPE formalizou contrato de aluguel de imóvel de 5 (cinco) andares tendo consumo de outubro a dezembro de 2021. Vale ressaltar que nos meses de fevereiro e março do imóvel referente a Sede da DPE-AP os valores das faturas a pagar foram iguais a zero, em decorrência de encontro de contas realizado entre a SEAD com a CEA, o mesmo ocorreu no mês de abril, resultando no abatimento parcial da fatura.

Com relação ao consumo de água o valor anual foi de R\$ 32.496,59 (trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta e nove centavos) sendo 84,83% referente ao prédio sede da DPE na capital Macapá, pois foi solicitado desligamento do fornecimento nas unidades de Santana, Amapá, Calçoene e Oiapoque, em decorrência da inabitabilidade. A partir do mês de novembro foi solicitada redução da cobrança do prédio sede de Macapá, devido à manutenção do mesmo. Assim como o refaturamento das cobranças correspondentes ao período de outubro a dezembro de 2021 referentes ao imóvel alugado em Macapá para a DPE executar suas atividades (15,17 %), pois os valores não eram condizentes com o consumo.

Os detalhamentos dos custos mensais com energia e água estão nos quadros abaixo.

Tabela 32: Evolução história do consumo de energia da DPE-AP/2021

MÊS	DPE/AP		(CEA)	
	2020		2021	
	KWH	VALOR R\$	KWH	VALOR R\$
JANEIRO	15.125	RS 10.028,68	13.420	RS 6.371,55
FEVEREIRO	12.990	RS 6.726,09	9.460	RS 80,07
MARÇO	10.345	RS 5.687,30	12.340	RS 84,29
ABRIL	5.292	RS 4.740,18	12.030	RS 1.794,16
MAIO	5.357	RS 4.346,10	13.830	RS 6.970,43
JUNHO	5.732	RS 4.845,77	13.830	RS 7.234,17
JULHO	5.030	RS 3.887,55	15.270	RS 8.234,82
AGOSTO	6.730	RS 4.732,74	15.270	RS 7.980,18
SETEMBRO	8.740	RS 4.548,96	11.310	RS 7.249,06
OUTUBRO	13.420	RS 6.200,66	13.517	RS 10.589,56
NOVEMBRO	11.620	RS 5.277,72	11.401	RS 9.450,85
DEZEMBRO	14.140	RS 6.862,32	13.401	RS 10.662,26
TOTAL	114.521	RS 67.884,07	155.079	RS 76.701,40

Tabela 33: Evolução história do consumo de água da DPE-AP/2021

MÊS	DPE/AP (CAESA)	
	2021	
	m ³	VALOR R\$



DEFENSORIA PÚBLICA

MÊS	VALOR	VALOR
JANEIRO	0	R\$ 0,00
FEVEREIRO	225	R\$ 2.932,56
MARÇO	225	R\$ 2.932,56
ABRIL	225	R\$ 2.932,56
MAIO	225	R\$ 2.932,56
JUNHO	225	R\$ 2.932,56
JULHO	225	R\$ 2.932,56
AGOSTO	225	R\$ 2.932,56
SETEMBRO	225	R\$ 2.932,56
OUTUBRO	350	R\$ 4.576,07
NOVEMBRO	350	R\$ 2.230,02
DEZEMBRO	350	R\$ 2.230,02
TOTAL	2.850	R\$ 32.496,59

c) Informações a respeito do pagamento das faturas de energia elétrica e de água e esgoto.

Mensalmente foram recebidas faturas relativas ao consumo desses recursos e nos casos em que ocorreu irregularidade a fatura foi encaminhada para nova análise até as mesmas fossem sanadas. Anualmente, são projetados valores orçamentários para o custeio de despesas com água e energia elétrica. Em 2021 tais despesas foram empenhadas nas respectivas notas de empenho 202100058 (CAESA), e 2021NE00030 (CEA). Os processos administrativos foram abertos individualmente para cada pagamento.

9.3 Estabelecimento e cumprimento de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

A unidade jurisdicionada ainda não possui em seu estabelecimento um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme preceitua a Lei nº 12.305/2010, e pelo que se depreende dos Decretos e das Instruções pertinentes, a elaboração e gerenciamento do PGRS depende de designação de comissão para realizar a gestão e definição dos parâmetros que serão adotados. Mas para 2022, serão previstas iniciativas para a diminuição do resíduo na DPE, como: consumo de papel reciclado; retirada dos copos descartáveis; menos consumo de papel; lixeiras com descartes correto.

Como plano de sustentabilidade ambiental, estão a adoção de sistemas desenvolvidos pela equipe de TI que auxiliam nos processos administrativos e finalísticos da Defensoria que impactam diretamente na redução do uso de papel, como por exemplo, o sistema de protocolo, o sistema de gerenciamento de plantões, o sistema de RH, o sistema de controle de contratos, o sistema SOLAR e etc. Também como plano de sustentabilidade ambiental está o projeto de construção do ecossistema de infraestrutura de TI em nuvem da Defensoria, no qual impactará diretamente na redução do uso de energia elétrica e na compra de equipamentos como servidores, nobreaks, baterias e outros. Com essa medida a médio e longo prazo, a acumulação de equipamentos inservíveis, bem como o descarte dos mesmos será bem menor se comparado a de uma instituição que possui sua infraestrutura de TI de on premise (local).

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.



DEFENSORIA PÚBLICA

10.1 Providências adotadas para atender às deliberações de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Até o exercício de 2020, a auditoria do órgão de controle interno da DPE/AP, foi realizada pela Controladoria Geral do Estado do Amapá – CGE/AP, nos seguintes termos:

- Requisição nº 001/2021- quantitativo e o período de estágio dos alunos no ano de 2020. Providência: envio do ofício nº 143/2021 – GAB/DPE/AP – informações sobre estágio.
- Requisição nº 002/2021- se houve pagamento de seguro estagiário. Providência: envio do ofício nº 143/2021 – GAB/DPE/AP – informações sobre estágio.
- Requisição nº 003/2021- questionário de avaliação dos controles internos. Providência: envio do ofício nº 347/2021 – GAB/DPE/AP – preenchimento do questionário de avaliação dos controles internos.
- Requisição nº 004/2021-justificativa referente a ordem bancária nº 2020OB00280 de 17/11/2020. Providência: envio do ofício nº 346/2021 – GAB/DPE/AP – Justificativa referente a ordem bancária nº 2020OB00280.
- requisição nº 005/2021- pontuando questões referentes ao RG/2020 , relativa ao Rol de responsáveis e composição dos gastos com locação de mão de obra terceirizada. Providencia: envio do ofício nº 357/2021- GAB/DPE/AP, referente ao Rol de responsáveis e composição dos gastos com locação de mão de obra terceirizada.
- Relatório de achados. Número do Processo 28.72000928/2021 – GAB/CGE. Providência: envio do ofício nº 389/2021 – GAB/DPE/AP – respostas ao relatório de achados, manifestação do gestor, prestação de contas de gestão da DPE referente ao exercício de 2020.

10.2 Tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Quando das notificações emitidas pelo órgão de controle interno CGE/AP, em 2021, os setores responsáveis pelo conteúdo das solicitações foram acionados para darem respostas aos questionamentos, esclarecimentos os pontos elencados. No que coube, as informações textuais foram enviadas via documento pela Defensoria à CGE/AP que acatou as justificativas. Ressalta-se que a partir dos apontamentos realizados pela CGE, os setores envolvidos foram orientados a seguir as orientações de melhoria apontadas pelo órgão de controle externo.

10.3 Cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei Complementar 010/1995 (art. 97), relacionados à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

As declarações de bens são encaminhadas anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá , por e-mail institucional assim que são admitidos pela Defensoria Pública do Estado do Amapá.

10.4 Relação referente a licitações, dispensas e inexigibilidade, bem como declaração da área responsável atestando que as informações estão atualizadas.

Quanto a relação referente a licitações, dispensas e inexigibilidade, realizados em 2021, a Defensoria Pública do Estado do Amapá, disponibiliza no link abaixo para acesso:



DEFENSORIA PÚBLICA

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1O1SqdUpiRBQrR0eCVvaouPpnT9QxnPDU/edit?usp=sharing&oid=106588496780798970291&rtpof=true&sd=true>

A declaração da área responsável, atestando que as informações estão atualizadas, pode ser acessada através do link abaixo:

<https://docs.google.com/document/d/1OBNMEg2mPsuZCiZnAZvfRWVfDwgjvsgsn6EqI8gTuTI/edit?usp=sharing>

10.5 Relações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres, divididas da seguinte forma:

a) Relação daqueles firmados durante o exercício, com declaração da área responsável atestando que as informações estão atualizadas, contendo: o número de instrumento, descrição do objeto, valor inicial, data de assinatura, vigência, empresa contratada/órgão concedente/conveniente e licitação/justificativa que precedeu o instrumento.

As relações a que se refere o subitem acima, podem ser acessadas em:
<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Ap7fSMBYrQmgNrKxPmRRxuNNvts7eYov/edit?usp=sharing&oid=106588496780798970291&rtpof=true&sd=true>

b) Relação daqueles executados durante o exercício, com declaração da área responsável atestando que as informações estão atualizadas, contendo, além dos dados da alínea anterior: o valor atualizado ao término do exercício, o valor pago no exercício, o valor pago acumulado e a vigência atualizada ao término do exercício.

As relações a que se refere o subitem acima, podem ser acessadas em:
https://drive.google.com/file/d/1sUxfU2iwd6Lyhz8i6XAgkNa_o_IGdDMw/view?usp=sharing

10.6 Relação de obras e serviços de engenharia, classificando e identificando aqueles que, ao término do exercício, se encontravam:

A unidade jurisdicionada realizou no exercício de 2021 obras e serviços de engenharia. Lembrando que esta coordenadoria deu início aos seus trabalhos em setembro de 2020, logo os serviços estão em execução.

Está prevista para o exercício de 2021:

a) em fase de planejamento, indicando objeto, tipo de obra ou serviço, endereço, valor e prazo estimados, origem de recursos e etapa em que o planejamento se encontra;

Objeto	Obra	Serv.	Valor	Prazo	Recurso	Etapa
Manutenção corretiva e preventiva nas Defensorias regionais, em suas sedes próprias e sedes que serão alugadas	Calçoene	x	R\$255.431,17	Contrato Finaliza 29/01/2022	Próprio	Em andamento.
	Amapá		R\$217.433,75			
	Santana		R\$ 6.547,51			
	Oiapoque		R\$252.627,87			



DEFENSORIA PÚBLICA

Construção das sedes da Defensoria Publica do Estado do Amapá:	Vitoria do Jari			R\$ 917.136,09	20 dias	próprio	Em andamento.
	Porto Grande			R\$ 898.367,79			
	Pedra Branca			R\$ 905.840,86			
	Ferreira Gomes			R\$900.852,79			
	Tartarugalzinho			R\$910.178,13			
Processo de Manutenção corretiva e Preventiva no Município de Macapá e futuras instalações	Macapá e Futuras Instalações.			R\$ 2.732.211,30	2 Meses	próprio	Em andamento.
Contratação de empresa especializada em execução de Projeto Arquitetônico para a Reforma da sede da DPE no Município de Macapá;	Macapá			R\$ 98.000,30	0 Dias	próprio	Fase de Pesquisa Orçamentaria.

b) em execução, indicando objeto, tipo de obra ou serviço, endereço, contrato, empresa executora e breve descrição do andamento dos serviços ao término do exercício;

Objeto	Obra	Serv.	Endereço	Contrato	Empresa	Etapa
Manutenção corretiva e preventiva nas Defensorias regionais, em suas sedes próprias e sedes que serão alugadas	Calçoene	x	Rua Lucio Tavares, nº 217, bairro Centro	Nº 003/2021	R.P SANTOS CIA E LTDA	Está em fase de finalização dos serviços de manutenções.
	Amapá		Travessa I João Franklin Távora, nº 244, bairro Centro.			
	Santana					
	Oiapoque		Av. Rio Branco, nº 200, bairro Centro			
Construção das sedes da Defensoria Publica do Estado do Amapá:	Vitoria do Jari	x	Av. Sete de Setembro s/n			Somente início os serviços do
	Porto Grande		Av. Calçoene, s/n			
	Pedra Branca		Av. Francisco Braz s/n			



DEFENSORIA PÚBLICA

	Ferreira Gomes			Av. 15 de Maio s/n	Nº 060/2021	TCI PROJETOS E CONSTRUÇÃO S.	Município de Ferreira Gomes, está em fase inicial. Aterramento.
	Tartarugalzinho			Av. Mãe Verônica nº956			
Processo de Manutenção corretiva e Preventiva no Município de Macapá e futuras instalações	Macapá e Futuras Instalações.		x		Nº 011/2021	EME Engenharia e Estrutura Metálica LTDA	Serviços de manutenção iniciados na sede da DPE, com remoção de fiação elétrica e esquadrias.

c) paralisadas (consideradas aquelas sem medições por períodos superiores a 90 dias, ou que tenham ordem de paralisação), indicando todas informações do item “c”, além da data de paralisação, da síntese das causas e das medidas adotadas para a retomada;

- Não houve paralisação nas obras, nem por medição ou por ordem de paralisação.

d) concluídas e dentro da garantia prevista no art. 618 do Código Civil, indicando todas informações do item “c”, além da data de recebimento definitivo e da última avaliação de controle de desempenho realizado;

- Nenhum serviço concluído, apenas em execução.

10.7 Sítio eletrônico oficial em que estejam as relações de licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres, referido nos itens 10.4 e 10.5 em obediência à Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

A Defensoria Pública do Estado do Amapá, em todos seus atos, realiza a publicações periodicamente nos sítios eletrônicos, utilizando de seu portal no endereço : http://defensoria.ap.def.br/diario_eletronico , <https://diofe.portal.ap.gov.br/> e alguns casos, quando se trata de licitações com recursos federais realizamos publicações no <https://incom.in.gov.br/>

10.8 Link em sitio eletrônico oficial no qual estejam cumpridos, de forma atualizada, os deveres impostos pelo art. 8º, § 1º e incisos da Lei nº 12.527/2011, incluindo a demonstração do organograma da entidade e as pessoas responsáveis por cada estrutura.

O sitio eletrônico:

Link <https://ap.def.br/transparencias/1#ChegadaCorregedoria>

10.9 Constituição das comissões permanentes e especiais de licitação e suas alterações ao longo do exercício, indicando os respectivos atos constitutivos.

A Defensoria Pública do Estado do Amapá, realizou atos constitutivos de comissões permanentes de licitação e especiais, referente ao exercício 2021, com as seguintes numerações:

Portaria n°887

<https://drive.google.com/file/d/1DDughUjJnUgsFOT4XMXdGNpO9SMp3maq/view?usp=sharing>

Portaria n°203

<https://drive.google.com/file/d/1YwkjId3-w29SNs1E9VWjp4xY2P0JXMZn/view>

Portaria

n°437

<https://drive.google.com/file/d/1hX63JHw9R5TkMB35SfSA6Ltx1r8Onqn/view?usp=sharing>



DEFENSORIA PÚBLICA

Portaria n°551

https://drive.google.com/file/d/1yhG8e2G_a9aVL-YuYQ8eNbq7cbeR6gnj/view

Portaria

n°657

<https://drive.google.com/file/d/1h5D2craup0Gmh3rwVhy3UJFcg5FbzzHc/view?usp=sharing>

Portaria

n°952

https://drive.google.com/file/d/1rYQEE50B_TRmp2n_9i9F5AsPpyTow0VL/view?usp=sharing

Portaria

n°1051

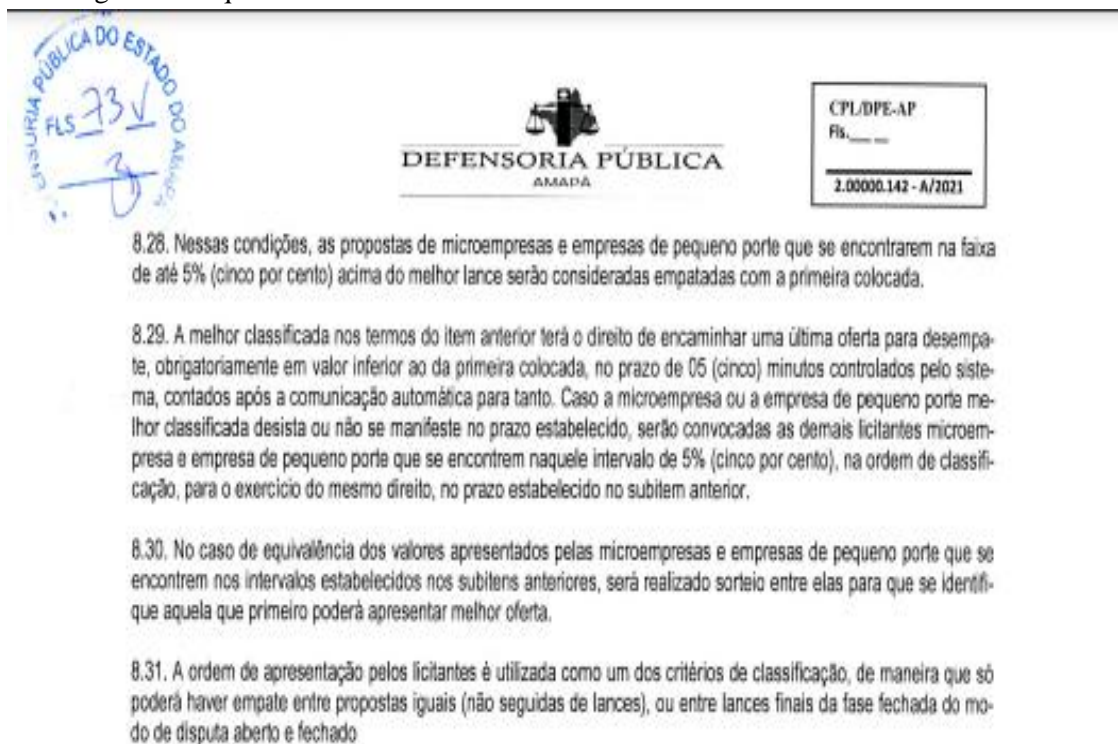
<https://drive.google.com/file/d/16ofPOKe6oUequuTwzrHmEQBTgMQIZZVz/view?usp=sharing>

10.10 Cumprimento do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nas contratações públicas, consoante as disposições da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 (art. 44 seguintes):

a) Assegurou nos instrumentos convocatórios a preferência de contratação para as ME e EPP, como critério de desempate;

A DPE/AP, utilizou em seus instrumentos convocatórios cláusulas que previam direitos para empresa enquadrada com ME e EPP, como se pode constatar na imagem parcial do instrumentos convocatórios, abaixo, em todos os processos de aquisição de realizou.

Figura 4: Enquadramento de ME e EPP em instrumento Convocatório.



Fonte (Processo Físico n° 2.0000.142/2021)

b) Realizou processos licitatórios cujo valor da contratação seja de até R\$ 80.000,00(oitenta mil reais) destinados exclusivamente à participação de ME/EPP;

A Defensoria Pública do Estado do Amapá, processos de contratação, de soluções de Tecnologia e Informação, como podemos citar o Processo n° 2.0000.564/2021, que teve como objeto a contratação de solução de Vídeo Conferência, utilizando modalidade de Cotação




DEFENSORIA PÚBLICA


Eletrônica, via sistema Comprasnet, atual Compras.GOV, foi realizado o procedimento licitatório com adjudicando a Empresa MPT COMERCIO OFFSHORE EIRELI, CPNJ 32.790.418/000.-36.

Figura 5: Comprovação de valor da contratação destinados exclusivamente à participação de ME/EPP.

2.0000.564/2021


DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

COORDENADORIA TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO



observadas as seguintes condições:

a) efetuar estimativa do consumo anual, mediante levantamento dos quantitativos adquiridos para um mesmo bem ou bens de uma mesma linha de fornecimento nos últimos doze meses.

b) calcular o valor previsto para a quantidade encontrada no levantamento, com base em pesquisa de preço de mercado, ou com base no preço médio de compra registrado em controles existentes na Administração.

4.3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA COTAÇÃO ELETRÔNICA

4.3.1. Poderá participar de cotações eletrônicas de preços, os fornecedores já credenciados ao sistema, ou que realizarem seu cadastramento no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf>;

4.3.2. Para participar da cotação eletrônica, o fornecedor deverá observar todas as condições previstas na IN n° 03/2018-MPOG, assim Portaria 306/2001-MPOG;

4.3.3. Os fornecedores não poderão ter fatores impeditivos para licitar e/ou contratar com o Órgão Promotor da Cotação Eletrônica ou com toda a Administração Pública.

4.4. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP

4.4.1. Considerando que a soma total dos itens não ultrapassa o valor de R\$ 17.600,00, limite este previsto no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e Decreto Lei 9412 de 18 de junho de 2018 a participação nesta cotação deverá ser restrita às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, conforme art. 48, I, da

12

Fonte (Processo Físico nº 2.0000.564/2021)

Figura 6: Comprovação de valor da contratação destinados exclusivamente à participação de ME/EPP.



DEFENSORIA PÚBLICA

2.0000-564-2021



COORDENADORIA TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO



Lei Complementar nº 123/2006 c/c art. 6º do Decreto nº 8.538/2015.

4.5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

4.5.1. A dispensa se dará pela necessidade e urgência que a Defensoria Pública do Estado do Amapá tem na aquisição de um software que permita a realização de reuniões a distância, devido a falta de uma ferramenta para auxiliar os encontros entre os membros da Defensoria Pública, que necessita diariamente se reunir com diversos membros para definir diretrizes e metas, além de acompanhamento de processos internos em andamentos e de reuniões com órgãos parceiros, comunidade entre outros;

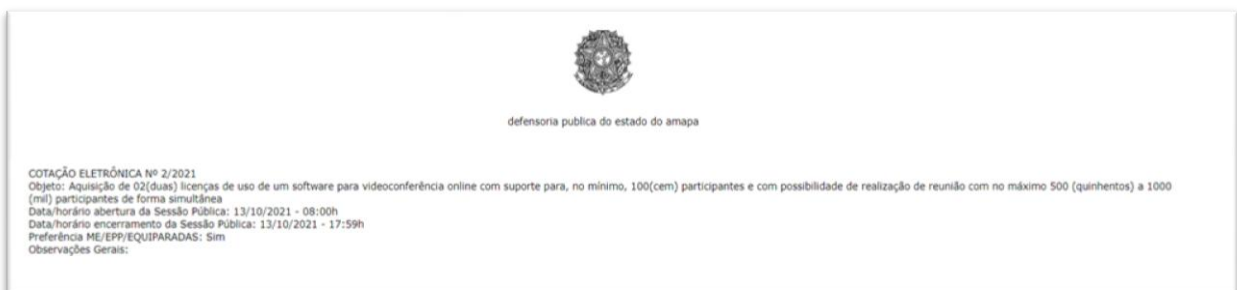
4.5.2. Em 13 de Março de 2020, o Estado do Amapá notifica o Ministério da Saúde, sobre o primeiro caso de Coronavírus (covid-19). No dia 17 de Março de 2020, foi editado um decreto do Governo do Estado em um plano de prevenção caracterizado como "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO DO ESTADO DO AMAPÁ, " DECRETO Nº 1375 DE 17 DE MARÇO DE 2020, DECRETO Nº 1377 DE 17 DE MARÇO DE 2020, que regulamentava várias medidas para prevenção e impossibilitava a aglomerações para evitar a transmissão do agente contagioso. No decorrer do ano, como é cediço, teve impacto também no Brasil e não foi diferente no Amapá. A Defensoria Pública e outros órgãos independentes e autônomos, tiveram que adotar medidas conjuntas com o Governo do Estado para evitar a transmissão, aglomeração de pessoas em espaços públicos.

4.5.3. Uma das medidas adotadas pela Defensoria Pública do Estado do Amapá foi a implementação de um novo modelo de execução de suas atividades, evitando que sua parte essencial fosse paralisada. Nesse sentido, houve a necessidade de implementar e desenvolver algumas ferramentas para auxiliar a parte administrativa e

13

Fonte (Processo Físico nº 2.0000.564/2021)

Figura 7: Comprovação de contratação destinados à participação de ME/EPP.



Fonte: (ComprasGov – Relatório do Sistema link de acesso: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/index.gov.asp>)

c) consignou em instrumento convocatório a exigência de subcontratação de ME/EPP aos participantes de processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços;

A Defensoria Pública do Estado do Amapá, realizou diversos processos de contratação durante o ano de 2021, contudo não houve a possibilidade de exigência de subcontratação de



DEFENSORIA PÚBLICA

ME/EPP, os processos de contratação de serviços de Tecnologia da Informação, o objeto foi divisível, sempre que possível, e alguns procedimentos licitatórios a possibilidade era impossível realizar a divisão, tendo em vista a indivisibilidade do objeto, a finalidade pública, a oneração contratual do processo. As pequenas e microempresas não contam, em equivalência às empresas de grande e médio porte, com estruturas e capacidade técnica para atender a determinadas demandas. Assim, mesmo que o valor estimado da licitação seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil), a Administração deve ampliar a participação para entidades de grande e médio porte, se a exclusiva participação de micro e pequenas empresas contiver risco de prejuízo à satisfatória execução do conjunto ou complexo do objeto.

d) estabeleceu em instrumento convocatório destinado à aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de ME/EPP;

A Defensoria Pública do Estado do Amapá, sempre observa em suas licitações a possibilidade de atribuir percentuais para Micro e Pequenas Empresas e Empresas de Pequeno Porte, contudo deve ser analisada a viabilidade da concessão do benefício, se afetará a finalidade pública da contratação. As contratações realizadas no ano de 2021, não foi possível a atribuição do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de ME/EPP, realizando uma análise de acordo com o art. 9º, II, do Decreto federal nº 6.204/07, considera-se desvantajosa a contratação quando resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência, a incongruência do dispositivo, a decisão do agente público no aspecto institucional, no sentido de afastar a exclusividade, deve ser realizada com antecedência da abertura da licitação, geralmente sendo previsto no Estudo Técnico Preliminar, onde será feita as análises de cenários da contratação e sua viabilidade, enquanto a desvantagem preconizada pelo artigo 9º, inciso II, só seria passível de aferição após iniciada a fase externa da licitação.

e) estabeleceu prioridade de contratação para as ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido;

A Defensoria Pública do Estado do Amapá, no período de 2021, não houve possível realizar a concessão do 10% (dez por cento) do melhor preço válido, devido à falta de competidores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas no local, como prevê o artigo 49, da Lei Complementar 123/2006, inciso II, e alguns casos o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para administração, como prevê o inciso III da respectiva Lei.

11 . INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

Com a autonomia conforme a Lei Complementar nº 121 de 31 de dezembro de



DEFENSORIA PÚBLICA

2019, esta defensoria recebeu na transposição de Unidades Orçamentárias 320101 para 050101 integralmente todo o ativo referente o bem móvel e imóvel da Defensoria Pública. Entretanto durante o exercício de 2021 não foram realizados registros de depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos, pois no decorrer do exercício foi utilizado para monitoramento de entrada o sistema SIGA Patrimônio do GEA, do qual até o findo do exercício financeiro no sistema não estava habilitado para cálculo de depreciação e avaliação de ativos. Esclarece ainda que no SiafeAP, sistema utilizado para de execução orçamentária e financeira em conformidade das informações do sistema SIGA Patrimônio estão com os saldos de exercícios anteriores contabilizados pelo valor integral da incorporação de transposição de unidades e os bens adquiridos durante o exercício de 2021 foram contabilizados no ativo no ato da liquidação da despesa.

Ressaltasse que o Departamento de Contabilidade desta DPE, vem buscando sanar essa falta de registro junto a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, do qual tem finalidades de exercer a administração financeira, contábil e patrimonial, e outras atribuições correlatas, conforme o art. 3º do decreto nº 6483 de 19 de novembro de 2013. Porém todas as tratativas ainda estão em fase de procedimentos de implantação conforme Decreto nº 2121, de 22 de Junho de 2021, anexo VII.

11.2 Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado – SIAFE, que as Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, 12 e 13 (DOU 31/10/18), conforme alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL (DOU 4/10/16).

O Balanço Geral da Defensoria Publica do Amapá e o Balanço do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado e seus anexos, do exercício de 2021, constam em anexo, em consonância com as normas estabelecidas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, 8º Edição, conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/2018 e Portaria STN nº 877/2018.

Abaixo, segue declaração do contador responsável pela unidade.

Contador Responsável pelas Demonstrações Contábeis:

Nome	CPF	CRC
Kédna da Silva Nascimento	855.501.912-53	002007/0 - 7/AP



Certidão de Habilitação

Imprimir



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO AMAPÁ certifica que o(a) profissional identificado encontra-se habilitado para o exercício da profissão:

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : KEDNA DA SILVA NASCIMENTO
REGISTRO..... : AP-002007/O-7
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.501.912-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: AMAPÁ, 10/03/2022 às 11:55:58.

Válido até: 08/06/2022.

Código de Controle: 578012.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site:

11.3 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, 12 e 13 (DOU 31/10/18), incluindo as notas explicativas, e a qualificação do contador responsável pelas Demonstrações Contábeis, com pelo menos: nome completo, CPF, RG, e-mail, endereço profissional e CRC, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado – SIAFE.

As demonstrações contábeis da DPE/AP e FEDPAP foram executadas pelo Departamento de contabilidade no Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado – SIAFE.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Impactos decorrentes da pandemia causada pelo novo Coronavírus na



DEFENSORIA PÚBLICA

realização dos objetivos da Unidade Jurisdicionada previstos ou planejados para o exercício de 2020, bem como sobre as medidas adotadas para a mitigação destes impactos.

Em função da continuidade da pandemia do Coronavírus, grande parte dos serviços de atendimento ao usuário prestados pela Defensoria, aconteceram de forma remota. Os atos normativos relativos ao retorno gradativo das atividades e as desempenhadas em home office foram listados no item 2.3,b, deste relatório. Em relação ao quantitativo

12.2 Informações relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

i atendimentos realizados pela DPE através do Centro de Atendimento Multidisciplinar – CAM.

Por meio da Lei Complementar nº 121/2019, que dispõe sobre a organização da Defensoria Pública do Estado do Amapá/DPE, a Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar é órgão auxiliar e serviço de apoio técnico e tem como competência assessorar os Defensores Públicos na área relacionada à sua atribuição. O Centro de Atendimento Multidisciplinar conta com profissionais da área de serviço social que, dentre as atribuições do serviço social na DPE, elencam-se:

- Atendimento sócio jurídico
- Acolhimento dos assistidos
- Orientação social
- Encaminhamento à rede social de apoio
- Triagem de casos
- Avaliação social
- Visita domiciliar, e etc.

Abaixo, o quadro 22 - descritivo e quantitativo dos atendimentos realizados pelo CAM.

ATIVIDADES	MESES												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
ATENDIMENTO MCHAT	-	18	47	47	30	46	45	103	113	122	130	134	835
INFORMAÇÃO /PANFLETO	504	249	336	251	386	424	391	675	666	339	650	263	5.134
ATENDIMENTO PRESENCIAL	-	05	08	08	06	03	03	07	04	07	11	02	64
ORIENTAÇÃO SOCIAL	08	03	08	07	08	06	08	44	12	04	25	24	157
ENCAMINHAMENTO JURÍDICO	02	12	10	11	16	06	05	06	09	11	09	34	131
ENCAMINHAMENTO SOCIAL	02	13	20	27	16	24	45	50	50	55	55	62	419
VISITA DOMICILIAR	-	-	-	01	01	01	01	-	-	-	-	-	04
TOTAL GERAL	516	300	429	352	463	510	498	885	854	538	880	519	6.744

Conforme se observa, o item referente à informação e distribuição de panfletos, teve número bastante expressivo, com um total de 5.134 pessoas atendidas durante o ano. Dentre todas as



DEFENSORIA PÚBLICA

atividades relacionadas aos atendimentos iniciais, obteve-se um total de 6.744 atividades realizadas em 2021.

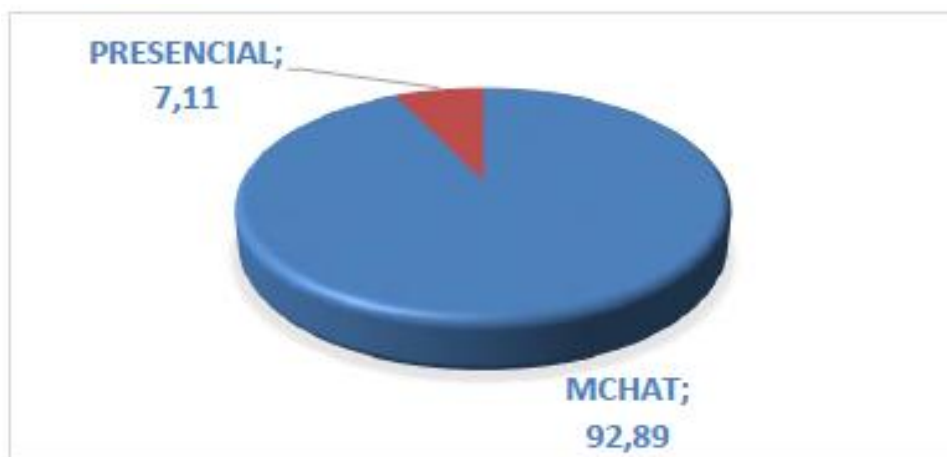
O CAM, em razão da pandemia, adotou procedimentos por meio de portaria e atos normativos, os quais dispuseram medidas de prevenção de contágio do Coronavírus (Covid-19), no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá.

Para fins de atendimentos prestados e para que não houvesse prejuízo ou falta de informação dos serviços neste período de pandemia, as equipes de técnicos e administrativo continuaram em escala de trabalho realizando atividades como acolhimento, informações, inserir cadastro no sistema solar, orientação social, encaminhamento social, encaminhamento jurídico, visita domiciliar, atendimento presencial e aferição de temperatura dos servidores e de todas as pessoas que adentrassem no prédio da sede da DPE-AP, haja vista que o Ato Normativo nº 22, (01.03.2021) suspendeu temporariamente o atendimento presencial e estabeleceu, preferencialmente, o regime de trabalho remoto.

É importante frisar que os atendimentos presenciais realizados de janeiro a novembro/21, eram somente casos excepcionais, como os assistidos considerados hipossuficiente digital, ou seja, aqueles com dificuldade ou não sabiam manusear sistemas de procedimentos digitais, e em muitos casos, sequer possuíam aparelho celular com aplicativo WhatsApp.

O Ato Normativo nº 36, (01.12.2021) estabelece a retomada gradual das atividades presenciais a partir de 06.12.2021, com a adoção de medidas de prevenção e segurança. De acordo com o referido Ato Normativo, o CAM continuou com a medição de temperatura de todos que adentrassem na Defensoria Pública.

Figura 8: Atendimentos presencial x Mchat



Fonte: CAM (2021)

O gráfico acima representa os atendimentos ao público no ano 2021 feito pelo CAM, na forma presencial e na forma virtual pelo Mchat. Na forma presencial houve 64 atendimentos e o Mchat alcançou o número de 835 atendimentos. Portanto, foram atendidas 899 pessoas. Desta maneira, o chat de atendimento foi a forma mais utilizada pela população, ou seja, os dados mostram que 92,89% dos atendimentos foi pela plataforma de atendimento Mchat, enquanto 7,11 ocorreram na sede da DPE/AP, na forma presencial.

Assim, verifica-se tal situação em razão das medidas de isolamento social, a fim de conter a propagação do novo Coronavírus, haja vista que a ferramenta de atendimento virtual teve



DEFENSORIA PÚBLICA

continuidade, uma vez que era preciso evitar o contato entre as pessoas.

Quanto às visitas técnicas realizadas, o quadro abaixo consolida os tipos de serviços realizados.

Quadro 23: visitas técnicas e serviços realizados.

SERVIÇOS	QUANTITATIVO
Atendimento social de idoso com pedido de registro de nascimento tardio. Abrigo São José	01
Acompanhamento técnico à usuária para emissão de certidão de nascimento do filho. Cartório Jucá	01
Acompanhamento técnico à Defensora Pública, a fim de verificar trâmite de processo para emissão de documento para sepultamento. Escritório Social (TJAP)	01
Tratar com assistente social sobre documento de idoso. Abrigo São José	01
Acompanhamento técnico à usuária com distúrbio psicológico. Hospital de Emergência-HE	01
Tratar sobre disponibilização do ônibus para o Mutirão de Atendimento no Km 10 – Comunidade do trem. SUPERFÁCIL	01
Articulação para viabilizar energia no ônibus/Superfácil no Mutirão de Atendimento. CEA	01
Tratar sobre a execução do evento Natal Solidário. Escola Estadual Zolito de Jesus Nunes	01
TOTAL	08

Quanto às participações em reuniões, o quadro abaixo apresenta as pautas e quantitativos respectivos.

Quadro 24: participações em reuniões.

ASSUNTO	QUANTITATIVO
Reunião com Subdefensor sobre internet para hipossuficiente digital.	01
Reunião com Defensor Público-Geral sobre mudança da DPE para outro prédio.	01
Reunião com gestores para tratar da vinda de todos os servidores para a nova sede da DPE.	01
Reunião com servidores do CAM sobre as atividades na nova sede da DPE e a volta do atendimento presencial.	01
Reunião com diretor da SEDEL para disponibilizar o espaço para o Natal Solidário.	01
Reunião com presidente do Sindicato de Produtores Rurais sobre a logística no Mutirão de Atendimento nokm 10 – Comunidade do trem.	01
Reunião com diretora da Escola Zolito de Jesus Nunes para tratar do Natal Solidário.	01
Reuniões com técnicos e administrativo para tratar das atividades nos Mutirões de Atendimento.	06
TOTAL	13

Fonte: arquivos do CAM

Quanto aos estudos realizados, o quadro abaixo consolida os tipos de serviços realizados.



DEFENSORIA PÚBLICA

Quadro 25: estudos realizados

NÚMERO DO PROCEDIMENTO	ORIGEM
Sistema de Protocolo	Promotoria de Justiça/STN
Processo nº 2021.11.04.2267-11	Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais
Processo nº 2021.09.01.1554-11	Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais
Processo nº 2021.09.01.1554-11	Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais
Processo nº 2021.08.26.1517-12	5ª Delegacia de Polícia Civil da Capital
Processo nº 2021.08.13.1378-11	DPU
TOTAL: 06	

Fonte: arquivos do CAM

Foram realizadas 04 visitas nos dias 17.08; 08.09; 23.11; 28.12 para subsidiar estudos sociais. Foram realizados 02 atendimentos na sede da DPE; 03 entrevistas na sede da DPE; 02 entrevistas na residência do(a) usuário(a).

Quanto à participação do CAM em Eventos :

EVENTOS E ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO
Oficina: Treinamento para atendimento ao Público LGBTQIA +
Treinamento sobre Sistema Solar
Lançamento da pedra fundamental da Casa da Mulher Brasileira
Natal Solidário
Café da manhã de Confraternização de Final de Ano
TOTAL: 05

Fonte: arquivos do CAM

Assessoramento em Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS:

ATIVIDADES
Atendimento e direcionamento ao MCHAT de uma deficiente auditiva
Acompanhamento em audiência virtual na VEP de um apenado surdo
Acompanhamento em audiência presencial no IAPEN de um apenado surdo
Vídeo em LIBRAS em alusão ao Dia Nacional do Surdo, publicado no Instagram da DPE
Acompanhamento durante Mutirão de Atendimento no Conjunto Habitacional Macapaba II
Acompanhamento de atendimento no NAECA de uma deficiente auditiva
Organização do Curso “Libras no Judiciário” voltado para Defensores e Defensoras Públicas.
TOTAL: 07

Fonte: arquivos do CAM

Participação em Mutirões:



DEFENSORIA PÚBLICA

MUTIRÕES DE ATENDIMENTO	
MESES/2021	MUNICÍPIO
Outubro	Amapá
Novembro	Pedra Branca
Novembro	Serra do Navio
Novembro	Itaubal do Piririm
Novembro	Macapá-Conjunto Macapaba II
Dezembro	Macapá-Km 10 – Comunidade do Trem
TOTAL: 06	

Fonte: arquivos do CAM

Outras Atividades:

OUTRAS ATIVIDADES SOLICITADAS AO SERVIÇO SOCIAL
Participação em audiência online, auxiliando Defensora Pública do Núcleo de Família.
Acompanhamento de usuário durante atendimento jurídico no Núcleo Cível.
Articulação com Prefeitos dos municípios onde ocorreram os Mutirões de Atendimento.
TOTAL: 03

Fonte: arquivos do CAM

O CAM cumpriu seu trabalho da melhor forma possível. É de conhecimento geral os dias difíceis que todos vêm enfrentando, especificamente em razão da pandemia da Covid-19 que atinge toda a sociedade, principalmente os grupos mais vulneráveis. Nesse contexto, houve maior sensibilidade ao atender pessoas que buscaram atendimento na instituição.

As atividades foram realizadas de modo que os cidadãos tivessem suas demandas respondidas de forma positiva, não obstante, as medidas de combate à propagação do novo Coronavírus. Para tanto, eram prestadas aos(as) assistidos(as) todas as informações de como ter acesso aos órgãos de atuação da DPE/AP, pois mesmo com o atendimento presencial suspenso, as pessoas continuaram buscando atendimento na sede da Defensoria Pública.

Atividades realizadas pela Coordenadoria de Segurança Institucional da DPE/AP.

Iniciamos os trabalhos de segurança institucional na DPE/AP no mês de Fevereiro de 2021. É importante destacar que no período de Fevereiro à Outubro deste ano, não houve atendimento presencial, por conta da pandemia de COVID/19, somente atividade interna.

Dentre as atribuições da Coordenadoria de Segurança Institucional destacaram-se as seguintes:



DEFENSORIA PÚBLICA

1. Proporcionar segurança institucional aos servidores da DPE/AP e aos assistidos;
2. Zelar pela segurança patrimonial;
3. Acompanhar os defensores e servidores nas ações comunitárias;
4. Desenvolver reuniões e treinamentos com a equipe para aperfeiçoar as atividades e atendimentos da segurança institucional.
5. Em decorrência da natureza dos serviços da coordenadoria, as principais atividades realizadas no ano de 2021, no âmbito institucional foram:
 - Segurança institucional;
 - Apoio a equipe de atendimento da DPE/AP na orientação à população;
 - Reunião com a equipe policial;
 - Reunião com o Defensor Geral
 - Acompanhamento durante mutirão de atendimento no Conjunto Habitacional

Macapaba 2.

c) Atividades realizadas pela Coordenadoria de Comunicação Institucional da DPE/AP.

Em 2021, a Coordenadoria de Comunicação, Jornalismo e Publicidade da DPE-AP produziu 144 releases que foram publicados no site oficial da instituição, sendo uma média mensal de 12 textos.

Figura 9: releases textos institucionais.

#	Título	Cadastro em:	Foto	Ações
154	Ação pedida da Defensoria Pública, Iapen recebe Riso X portátil para atendimento de internos com síndromes gripais	05/01/2022		
152	Ação pedida da Defensoria Pública, Iapen recebe Riso X portátil para atendimento de internos com síndromes gripais	05/01/2022		
151	Reassociação: jovens egressos do sistema prisional terão acesso ao Programa Amapá Jovem	17/12/2021		
150	Arandu - 'Nômadeiro Direito': revista científica das Defensorias Públicas da Região Norte do Brasil é lançada nesta quinta-feira, 15	17/12/2021		
150	Novas sedes da DPE-AP serão construídas com métodos tecnológicos de montagem	16/12/2021		
150	Em Jari, Defensoria Pública consegue desclassificação de tentativa de homicídio duplamente qualificado para lesão corporal leve	13/12/2021		
150	Natal de Solidariedade: Defensoria Pública realiza ação para crianças do Beiril	13/12/2021		
150	Defensoria Pública prestigia inauguração do novo CREAS Cidadania	13/12/2021		
154	Defensoria Pública abre 30 vagas de estágio para 7 cursos, confira o edital	10/12/2021		
153	Defensor público assume diretoria do Instituto Brasileiro de Direito de Família	10/12/2021		

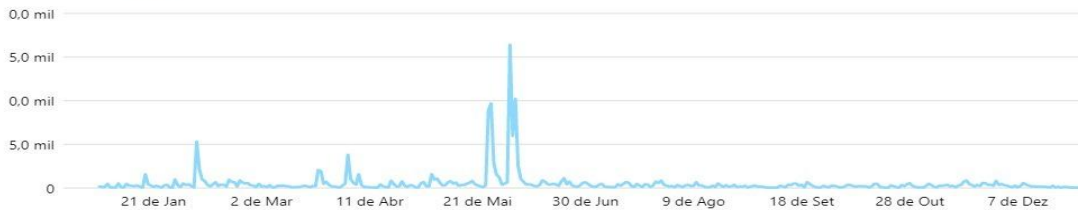
Nas redes sociais (Facebook e Instagram), foram realizados 292 posts, que podem ser classificados como notícias institucionais, campanhas de conscientização e educação em direitos. A estratégia de produção de conteúdo de qualidade possibilitou um fortalecimento da marca Defensoria Pública do Amapá, representando um aumento no alcance das publicações, sendo +57,8% no Facebook e +97,8% no Instagram.

Figura 10: Posts de matérias institucionais.

Resultados

Alcance da Página do Facebook ⓘ

90.771 ↑ 57.8%



Alcance do Instagram ⓘ

24.758 ↑ 97.8%

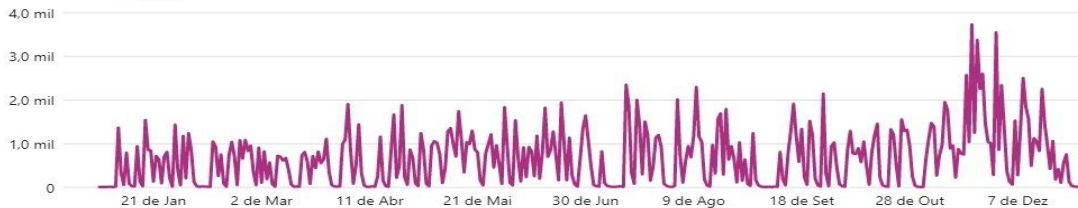


Figura 11: Posts de matérias institucionais.

Conteúdo		Anúncios, Publicações e Stories		Anúncios, Publicações e Stories							Exportar
Conteúdo recente	Tipo	Alcance	Curtidas e reações	Cliques no...	Comentários	Compartil...	Resulta...	Custo por ...			
Há dois meses Marcone é legalme... 25 de Mai de 2021	Publicaçã... Turbinar ...	24.133	1.579	2.551	288	126	--	--			
A Defensoria Pública do Estado do ... 3 de Abr de 2021	Publicaçã... Turbinar ...	5.551	208	533	16	31	--	--			
Aos 40 anos, Alexia Leblak tem vit... 23 de Mar de 2021	Publicaçã... Turbinar ...	5.500	139	140	57	20	--	--			
Na data em que se comemora o Di... 20 de Nov de 2021	Publicaçã...	5.176	183	--	24	18	--	--			
Chegou a hora de estagiar na Defe... 29 de Nov de 2021	Publicaçã...	4.053	590	--	21	288	--	--			

Segue o detalhamento das campanhas realizadas pela Coordenadoria de Comunicação, Jornalismo e Publicidade:

JANEIRO

Covid-19

Janeiro Branco

Dia da Visibilidade Trans

Educação em direitos - Pensão alimentícia

FEVEREIRO

Campanha de 263 anos de Macapá

MARÇO

Dia internacional da luta da Mulher

Contra fake news



DEFENSORIA PÚBLICA

Campanha Interna para o setor de T.I.

ABRIL

Contra violência contra a mulher

Dia dos Povos Indígenas

MAIO

Dia do Trabalhador

Maio Verde

Dia da Defensora e Defensor Público

Dia da Defensoria Pública – com Iluminação do Marco Zero do Equador

Campanha Anual ANADEP – Racismo se combate em todo lugar

Educação em direitos – Aluguel social

Educação em direitos – Saúde direito de todos e dever do Estado

Dia Nacional da Adoção

Campanha da ação “Defensoria mais perto”

Dia Mundial do Meio Ambiente – Desdobramento Cartilha ANADEP

Campanha do Dia Internacional da Luta contra a LGBTFOBIA

Dia das Mães

Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e

Adolescentes

Conscientização contra o Racismo Recreativo

JUNHO

Junho Vermelho – Doação de Sangue

Dia do Marabaixo

Educação em direitos – União Estável

Educação em direitos – Contrato de Namoro (Dia dos Namorados)

Direitos das pessoas autistas – Orgulho Autista

Campanha Interna da Defensoria Pública do Amapá para Doação de Sangue de membros e servidores – Defender está no Sangue

Junho Vermelho – Defender está no sangue

Dia nacional do combate à discriminação racial

Dia mundial da conscientização da violência contra a pessoa idosa

Orgulho LGBTQIA+

JULHO

Dia do Combate ao Femicídio

Educação em direitos - Direitos da Criança segundo o estatuto da criança e do adolescente

Dia internacional dos povos indígenas

15 anos da Lei Maria da Penha

Educação em direitos - Propriedade x Posse de imóvel

Educação em direitos - Lei do Superendividamento



DEFENSORIA PÚBLICA

AGOSTO

Educação em direitos – Remição por vacina

SETEMBRO

Campanha Setembro amarelo

NOVEMBRO

Novembro Azul

Atualização do avatar da DPE-AP Novembro Azul

Novo número de Plantão da DPE-AP

Dia do Conselheiro Tutelar

Dia Nacional da Consciência Negra – Com vídeo de Fala de Defensora Pública

Educação em direitos - Compra online

DEZEMBRO

Dia da Justiça - Divulgação de números de atendidos pela DPE-AP

Educação em direitos - Apadrinhamento de crianças e adolescentes

Educação em direitos - Autorização para viagens de menores de 16 anos sozinhos

Educação em direitos - Saída temporária de presos

A produção de peças gráficas também foi intensa ao longo de 2021. Com cinco contratos ativos, ligados ao processo Nº 2.00000.145/2021 em que consta atas de registro de preço para confecção e fornecimento de material gráfico e serigráfico, a Coordenadoria de Comunicação, Jornalismo e Publicidade realizou, além da criação dos layouts, a fiscalização dos serviços.

Entre os itens pedidos, estão coletes de brim e camisas pólos para membros, prisma de mesa em acrílico, Outdoor, pasta em papel, papel timbrado, adesivo informativo, banners e panfletos.

Também foram executados layouts de peças que não foram confeccionadas dentro dos contratos vigentes, mas que seguiram a identidade visual da DPE-AP, estabelecida pela Coordenadoria de Comunicação, Jornalismo e Publicidade.

Certificados de agradecimento

Placa de obra do prédio da Defensoria Pública

Projeto das fachadas das sedes da Defensoria Pública nos municípios

Projeto gráfico do Plano Geral de Atuação da DPE-AP 2021/2022

Projeto gráfico do Plano Estratégico da DPE-AP 2021-2023

Banner de Atendimento pelo WhatsApp

Backdrop da DPE-AP

Certificado para a Escola Superior da DPE-AP

Criação do layout do cronograma do curso de formação da ESUDPE

Criação do projeto gráfico dos uniformes para funcionários e defensores públicos da

DPE-AP

Panfletos atendimento pelo WhatsApp da DPE-AP - A Defensoria tá ON

Arte para canecas DPE-AP

Banner para ação da DPE-AP “Natal da Solidariedade”

Arte do Cordão para Crachá da Defensoria Pública do Amapá



DEFENSORIA PÚBLICA

Criação do RollerClip para Crachá da DPE-AP

Figura 12: Modelo de certificado.



Figuras 13 e 14: Colete comunicação - ação externa





DEFENSORIA PÚBLICA

Figura 15: Folder de comunicação dos serviços e atendimentos especializados.

A Defensoria Tá N

Atendimento via Whatsapp (96) 98142-1863

- Mande um "Oi" para o WhatsApp acima;

- Digite o número correspondente ao local para onde quer o atendimento; Ex.: 1 (Macapá)

- Em seguida, digite o número que corresponde ao núcleo que deseja atendimento; Ex.: 1 (Família)

Núcleo de Família
Atendimento e conciliação em conflitos familiares;
Mediação em separação e/ou pedido de guarda;
Ações de divórcio, pensão alimentícia e partilha de bens;
Inventário e heranças;
Curatela para pessoas incapazes.

Núcleo Cível
Ajuizamento ou contestação de ações de dano moral ou material;
Reintegração de posse;
Ações para garantir a saúde (medicamentos e transferência para leito de UTI);
Ações para saques de valores de pessoas falecidas por alvará judicial;
Ajuizamento ou contestação de ações de despejo

Núcleo Criminal
Pedido de liberdade, relaxamento de prisão e impetração de habeas corpus;
Defesa escrita, acompanhamento em audiências, interposições e acompanhamento de recursos nos Tribunais;
Defesa em plenários de Júri Popular;
Ingresso de queixas-crimes;
Pedidos de restituição de bens em processos criminais.

Núcleo de Execução Penal
Análise do cumprimento de pena e elaboração de pedidos em favor das pessoas privadas de liberdade;
Acompanhamento da situação processual das pessoas que cumprem pena restritivas de direito ou que estão cumprindo pena em liberdade.

Núcleo da Criança e do Adolescente
Proteção dos direitos de crianças e adolescentes, como direitos à saúde, educação, convivência familiar e comunitária;
Pedidos de guarda, tutela e adoção;
Autorizações de viagem;
Defesa do adolescente em conflito com a lei no procedimento de apuração do ato infracional e durante a execução da medida socioeducativa eventualmente aplicada.

DEFENSORIA PÚBLICA AMAPÁ
@defensoriaamapa
/DefensoriaAmapa
Av. Raimundo Álvares da Costa, 676 Centro, Macapá - AP
www.defensoria.ap.def.br

No final do segundo semestre, com o avanço da vacinação no Amapá, a Coordenadoria de Comunicação, Jornalismo e Publicidade participou efetivamente do planejamento, divulgação, execução e cobertura de seis mutirões de atendimentos. Em Macapá, em 22 de outubro, o evento fez parte da programação de aniversário de 120 anos do município. Na oportunidade, foram realizados 50 atendimentos entre acolhimento, abertura e andamento de processos, encaminhamentos sociais e diligências.

DETALHAMENTO DE CADA MUTIRÃO:

LOCAL	DATA	NÚMERO DE ATENDIMENTOS
AMAPÁ	22/10/2021	50
MACAPABA (MACAPÁ)	06/11/2021	300
PEDRA BRANCA DO AMAPARI	12/11/2021	150
SERRA DO NAVIO	13/11/2021	100
ITAUBAL	27/11/2021	50
KM 10 (MACAPÁ)	04/12/2021	25

Por ter sido em Macapá, incluído outros parceiros como Superfácil e CEA e em um local de bastante relevância, com cerca de 32 mil moradores, o mutirão do Macapaba recebeu uma atenção especial da imprensa, com agenda de mídia para convite e cobertura do evento.

Figura 16: Comunicação das ações da Defensoria.



g1 AMAPÁ

fique por dentro Eleições Rodrigo Mussi Guerra na Ucrânia Destaques do Fantástico Mega-Sena

TRILOGIA THE HUNGER GAMES

Paramount+ ASSISTA AGORA

prime video CHANNELS

Serviços da Defensoria Pública do Amapá são levados para o conjunto Macapaba, em Macapá

Mutirão é realizado neste sábado (6), das 8h às 13h. População da região pode ter acesso a auxílio jurídico de ações de família, cíveis, criminal e ainda de execução penal.

Por g1 AP — Macapá
05/11/2021 13h06 · Atualizado há 4 meses

Figura 17: Comunicação das ações da Defensoria.



globoplay Agora na TV Novelas Séries Filmes BBB Explore

#JAP2

JAP 2 DIOGO GRUNHO defensor público-geral do Estado

6 nov 2021

Edição na Íntegra Assista ao JAP2 na íntegra 06/11/2021 19 min

Trechos 4 vídeos

1 Mutirão de cirurgias reduz demanda por procedimentos 3 min

Você está assistindo Moradores do Macapaba têm ações jurídicas e sociais 3 min

3 Ballique recebe novo carregamento de água potável e 3 min

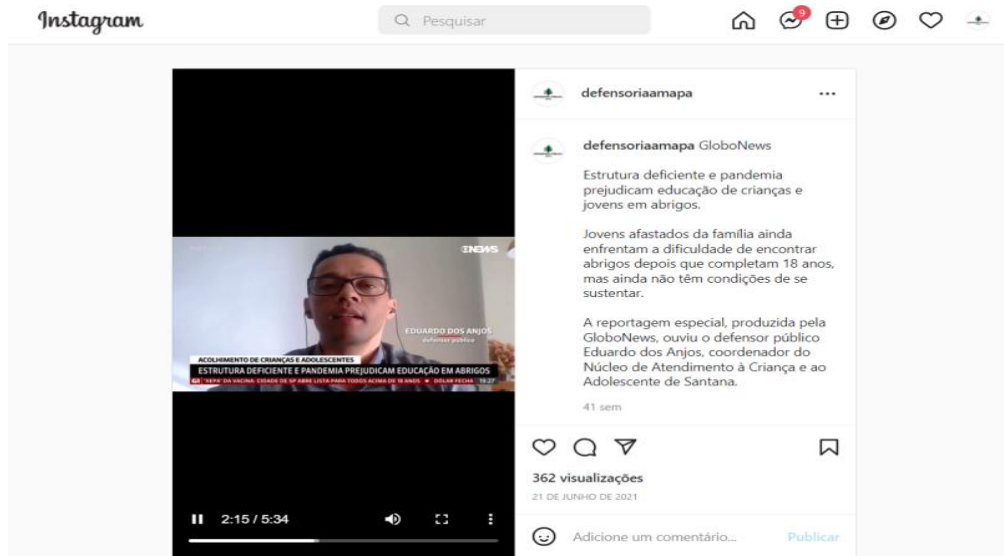
Jornal do Amapá 2ª Edição >

Moradores do Macapaba têm ações jurídicas e sociais comandadas pela Defensoria Pública

3 min Exibição em 6 nov 2021

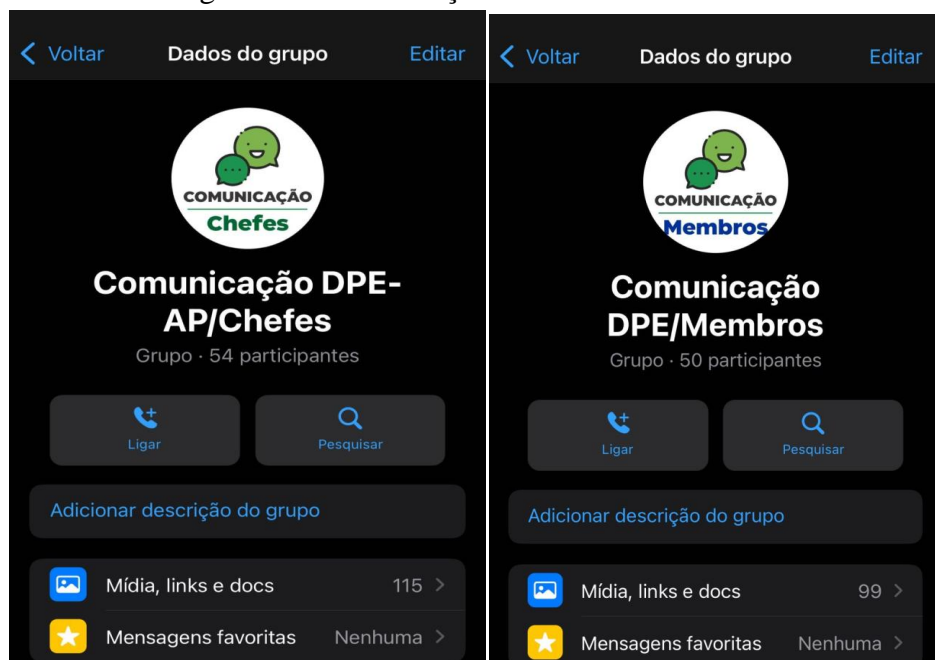
Ao longo de 2021 também houve seis posses de membros, sendo quatro delas transmitidas ao vivo pelo Instagram da instituição. Outros 15 vídeos também foram publicados nos perfis da DPE-AP, entre produções próprias e repercussões de reportagens exibidas pela imprensa local e nacional.

Figura 18: Comunicação das ações da Defensoria.



Como alternativa para estabelecer um canal de comunicação interna, em Março de 2021 foram criados, pela Coordenadoria de Comunicação, Jornalismo e Publicidade, dois grupos de WhatsApp. Um para Membros e outro para Chefes dos setores administrativos, sendo que apenas administradores podem enviar mensagem (membros da Coordenadoria de Comunicação e a chefe do gabinete do DPG). O objetivo é que apenas informações oficiais sejam publicadas, evitando conversas paralelas. Para disseminação do conteúdo enviado, o autor sempre solicita que os membros dos grupos compartilhem com suas equipes.

Figura 19: Comunicação Interna.





DEFENSORIA PÚBLICA

d) Atividades realizadas pela Assessoria Jurídica institucional, ligada ao Gabinete da DPE/AP.

A assessoria Jurídica do Gabinete da Defensoria Pública Geral, composta pelos assessores jurídicos: Andreia Cristiane Pereira de Lima, Hugo Maciel Moreira Guevara e Josy da Silva Leite Giffoni, tem como atribuições, atuar em todas as áreas do Direito, principalmente no ramo do Direito Administrativo, no ano em questão, foram emitidos 202 pareceres jurídicos, realizações de análises de Processos Administrativos, Projetos de Lei e do Relatório da Correição 2020, minutas de Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá, bem como, suas alterações.

Ademais, a Assessoria Jurídica do Gabinete da Defensoria Pública Geral, presta assessoramento ao Defensor Público Geral no controle da Legalidade Administrativa dos atos, realiza estudos jurídicos quando solicitados, auxilia o gabinete da Defensoria Pública Geral e demais órgãos desta Instituição em assuntos de natureza jurídica.

Por fim, essa Assessoria Jurídica, atua diariamente nos sistemas de protocolo, administrativo e solar.

e) Atividades realizadas pela Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá em 2021.

A Escola Superior da Defensoria Pública do Amapá foi dirigida por um Defensor Público nomeado pelo Defensor Público Geral para um mandato de dois anos, permitindo recondução por um ano.

Dentre as incumbência da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá, a luz da Lei Complementar nº 121/2019 - GEA e da Resolução 25/2020 da CSDPEAP:

- Promover a atualização profissional e o aperfeiçoamento técnico dos membros e colaboradores da DPE-AP, assim como editar revistas e boletins periódicos de conteúdo multidisciplinar, manter intercâmbios e convênios com instituições de ensino, órgãos públicos e entidades cuja atuação guarde afinidade com as atribuições da Defensoria Pública, inclusive com órgãos de ensino e formação de outras carreiras de Estado.

De igual forma, promover a atualização dos membros e servidores em matéria legislativa, doutrinária e jurisprudencial de interesse da Instituição, participar da organização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público, promover o Curso de Formação à Carreira de Defensor Público, destinado aos membros ingressantes, auxiliar o Conselho Superior na fixação de parâmetros mínimos de qualidade para atuação dos Defensores Públicos, organizar encontro anual dos Defensores Públicos para a definição de teses institucionais, que constituirão parâmetros para a atuação dos membros e promover cursos de difusão e conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, e editar cartilhas e livros no mesmo sentido.

A Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá no ano de 2021, teve por finalidade no âmbito interno a regularização dos Cursos de Formação, nos moldes definidos pela LC nº 121/2019, em seu art. 49, X, assim como para atender critério técnicos definidos no art. 65, da Resolução nº 32/2020.

Além, da capacitação consideradas urgentes destinadas aos Defensores membros para o exercício de suas funções em total atendimento ao art. 49, VII, da Lei Complementar nº 121/2020.



DEFENSORIA PÚBLICA

Por sua vez, no âmbito externo estreitar e realizar interlocução para celebração de convênios ou termos de parcerias com Instituições de Ensino para promoção da missão, valores e democratização do saber jurídico sob a ótica das atribuições inerentes a Defensoria Pública.

Para o cumprimento das atividades institucionais no referido ano de 2021, a Escola Superior desenvolveu as seguintes atividades:

- Curso de Formação realizado no dia 06.05.2021 a 18.05.2021, destinados aos Defensores Públicos: Adegmar Loiola, Leonardo Guerino, Thiago Thomaz, Gabriel Correia, Fabiana Anezia Cunha, Edisnei Cardoso, Jane Cristina Vieira e Helena Lúcia Romero.

O evento realizado pela plataforma ZOOM, em face da atuação do Defensores Públicos, assim como em razão do momento pandêmico.

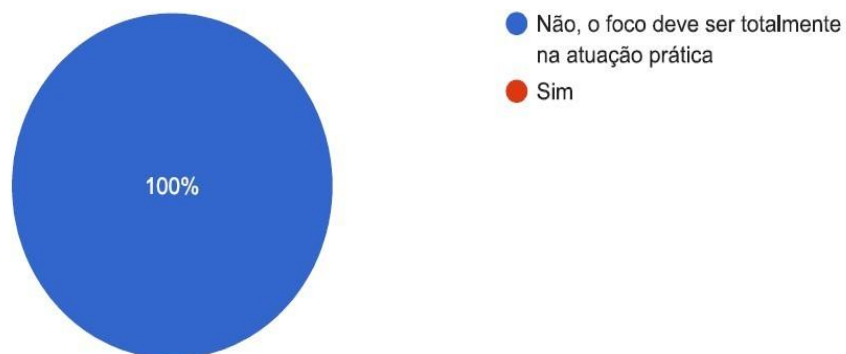
Os docentes envolvidos foram externos, sem remuneração, sendo dado também ênfase a história e cultura do Amapá.

Apresentamos alguns feedbacks dos participantes do supramencionado Curso:

Figura 20 a 23: Feedbacks dos participantes do Curso.

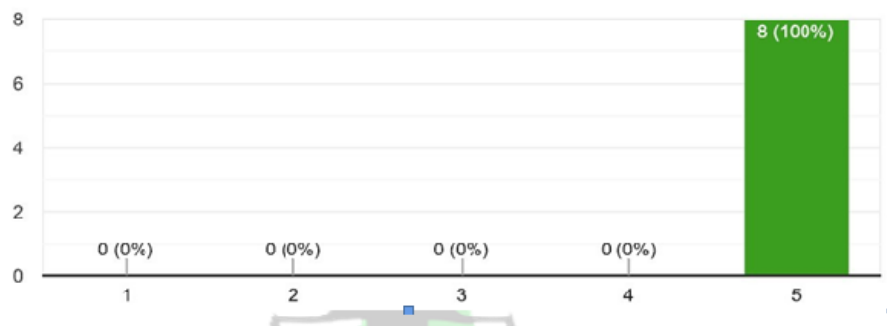
O curso deveria ter aulas teóricas sobre algum(ns) tema(s)?

8 respostas



Você se sentiu satisfeito com o formato do curso, focado na atuação prática no Amapá?

8 respostas

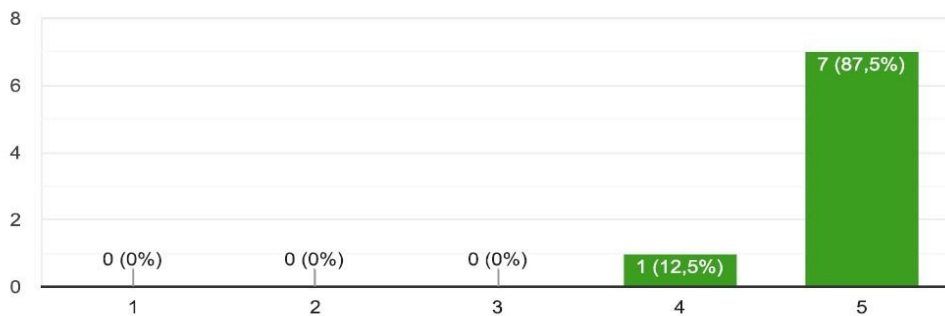




DEFENSORIA PÚBLICA

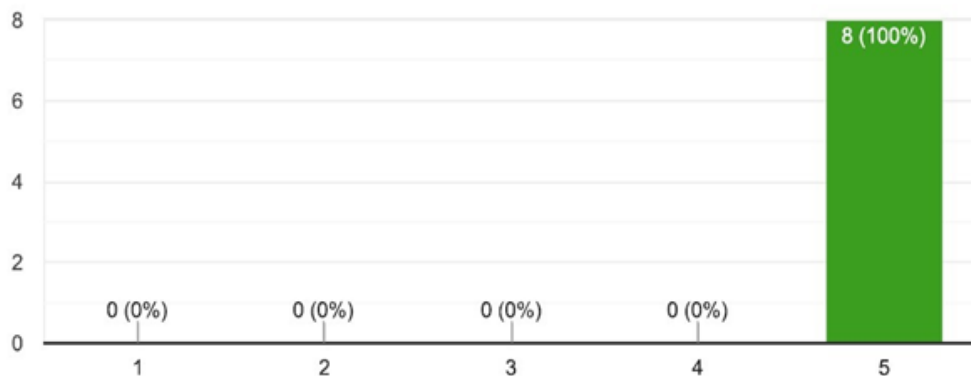
Avalie o curso especificamente no que tange à utilidade para a sua atuação prática.

8 respostas



Avalie o seu nível de satisfação com o curso

8 respostas



Feedback e sugestões gerais

8 respostas

Um período de preceptoría concomitante ou posterior seria muito bom

Muitíssimo satisfeita com o curso. Gratidão a todos!

Sobre a nona pergunta quero dizer que só pude selecionar uma opção (Atendimento à Criança e ao Adolescente), mas quero registrar que a aula do NUDEFAM foi maravilhosa, perfeita!!! Elena e Zélia arrasaram!! Digo mais, aulas sobre Família, ECA e Criminal poderiam ser mais longas (algo como duas aulas cada). Sugiro a inclusão de aulas sobre prática de audiência cível, criminal (com aula específica sobre audiência de custódia) e tribunal do júri, e alguma explanação sobre o panorama histórico da assistência jurídica e Defensoria Pública no Amapá. O curso foi ótimo. Valeu, Igor!

Foi ótimo

Parabéns pelo ótimo curso, focado especialmente na prática da nossa função!!

Curso ótimo. Presencial com as visitas será melhor ainda

- No dia 07.05.2021, foi promovido a seleção e a nomeação da Sra. Elizamade Paula R. R. Dias para o cargo de Responsável por Atividade Nível II - Escola Superior da Defensoria Pública, Código CCDP-2, por via da Portaria nº 368, com a finalidade de um assessoramento executivo estratégico das atividades planejadas e executadas pelo Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá.



DEFENSORIA PÚBLICA

- A ESUDPE solicitou ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá, no dia 27.05.2021, a implantação do programa de estagiários.
- A ESUDPE realizou, no dia 31.05.2021, publicização da chamada de pareceristas para a Revista Científica das Defensorias Públicas da Região Norte – REVISTA ARANDU.
- No dia 31.05.2021, também, foi realizado evento relacionado ao Projeto Defensoria + Perto, que tem por objetivo principal a aproximação e o conhecimento dos estudantes de Direito do Estado do Amapá a respeito dos trabalhos realizados pelos membros da DPE-AP, através de discussão e apresentação da função e experiência prática do Defensores de acordo com as áreas de atuação, permitindo ao acadêmico a visualização das atividades desempenhadas pela instituição.
- No dia 31.05.2021, também, foi realizado evento relacionado ao Projeto Defensoria + Perto, que tem por objetivo principal a aproximação e o conhecimento dos estudantes de Direito do Estado do Amapá a respeito dos trabalhos realizados pelos membros da DPE-AP, através de discussão e apresentação da função e experiência prática do Defensores de acordo com as áreas de atuação, permitindo ao acadêmico a visualização das atividades desempenhadas pela instituição.

Abaixo, imagens do projeto supra destacado:

Inscrições a partir de 26/05
Link na Bio

Defensoria + Perto

Confira a Programação

Apoio: CEAPI, FABRAN, fama

Realização: ESUDPE, DEFENSORIA PÚBLICA AMAPÁ



07/06

“O Direito de Defesa - Desmistificando a atuação criminal da Defensoria Pública”

Modalidade: Online - Plataforma ZOOM

Horário: 19h | Vagas Limitadas



Jefferson Teodosio - Defensor Público do Estado do Amapá, titular da 4ª Defensoria Pública Criminal de Macapá

Raphaella Gomes - Defensora Pública do Estado do Amapá, titular da 2ª Defensoria Pública Criminal de Macapá



Mediador: **Lincoln Noronha** - Assessor Jurídico da Defensoria Pública do Estado do Amapá e professor de Direito da Fabran e professor de Relações Internacionais da Unifap

08/06

“Defensoria Pública como instrumento pela garantia de direitos sociais no Amapá”

Modalidade: Online - Plataforma ZOOM

Horário: 19h | Vagas Limitadas



Júlia Lordêlo - Defensora Pública do Estado do Amapá, titular da 1ª Defensoria Pública Cível de Macapá

Luma Pacheco - Defensora Pública do Estado do Amapá, titular da 3ª Defensoria Pública Cível de Macapá



Mediador: **Lincoln Noronha** - Assessor Jurídico da Defensoria Pública do Estado do Amapá e professor de Direito da Fabran e professor de Relações Internacionais da Unifap



DEFENSORIA PÚBLICA

2/4

31/05

“Defensoria Pública como instrumento da proteção integral às crianças e aos adolescentes.”

Modalidade: Online - Plataforma ZOOM
Horário: 19h | Vagas Limitadas



Eduardo Pereira dos Anjos - Defensor Público do Estado do Amapá, coordenador do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente e Criminal de Santana.



Elena de Almeida Rocha - Defensora Pública do Estado do Amapá, coordenadora do Núcleo de Família de Macapá



Mediadora: **Isabelle Mesquita de Araújo** - Defensora Pública do Estado do Amapá com passagens pelo Núcleo de Família e Núcleo da Mulher, titular da 7ª Defensoria Pública Criminal de Macapá

- No dia 10.06.2021, se realizou Reunião com CONDEGE, com o fito de viabilizar a Convocação de membros da Comissão Especializada em Escolas Superiores e Centro de Estudos das Defensorias Públicas CONDEGE.

- O evento foi realizado remotamente pela plataforma ZOOM.
- A Direção da ESUDPE, no dia 01.07.2021, realizou Reunião com o Presidente do Colégio Nacional de Corregedores e Movimentos Sociais.
- O evento foi realizado remotamente pela plataforma ZOOM.
- ESUDPE promoveu a divulgação da Chamada de artigo para a Revista da Defensoria Pública de São Paulo, sendo realizada a publicização entre os dias 15.07.2021 a 15.09.2021.

- Já no dia 16.08.2021 a 20.08.2021, foi realizado o segundo Curso de Formação de Defensores Públicos destinados aos defensores: Pedro Vinicius Ferreira e Juliana Mendez.

- O referido curso de formação ocorreu presencialmente na sede da Defensoria Pública com preceptoria mais aulas teórico-práticas.

A ESUDPE promoveu nos dias 24.08.2021 a 26.08.2021, o “Workshop: Tribunal do Júri”, sendo ofertado para Defensoras e Defensores Públicos do Brasil.

O referido evento ocorreu pelo formato remoto. Ocorreu em média a participação de 30 (trinta) Defensores(as) por dia.

Segue imagem de divulgação do evento realizado:



DEFENSORIA PÚBLICA

Workshop Tribunal do Júri

24 à 26 AGO 19h

Modalidade: Remoto - Aplicativo jit.si meet

Jitsi Meet

Alice Santos
Defensora Pública de Pernambuco - Atuação no Tribunal do Júri, pós graduanda em criminologia crítica pelo CEI/Introcim, uma das idealizadoras do projeto Bruxas do Plenário.

Flávia Apolônio Gome
Defensora Pública do Estado da Bahia, com atuação no Tribunal do Júri há 7 anos, Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela UFBA. E Bruxa do Plenário.

Thiago Santos Lima
Defensor Público do RN. Ex-Defensor Público na 1ª Vara do Tribunal do Júri de Macapá.

ESUDPE DEFENSORIA PÚBLICA AMAPÁ

- A ESUDPE estreitou relacionamento com a DPE-RJ e a CEJUR da instituição referida e conseguiu obter vagas para acesso ao Curso de Capacitação em Perícias Criminais, sendo o evento realizado no dia 08.09.2021.
- A ESUDPE por meio do seu Diretor, se fez presente na Reunião realizada com a CONDEGE, realizado o encontro no dia 17.09.2021, por via remota.
- A Direção da ESUDPE visando a manutenção das atividades solicitou ao Defensor Público Geral móveis e materiais de expediente, no dia 07.10.2021, sendo o referido pedido atendido.
- Outro evento, relevante, realizado dentro do Projeto: Defensoria + Perto, foi a organização da ESUDPE em parceria com a Faculdade Estácio do Amapá da 1ª Semana das Carreiras Jurídicas, que foi realizado no dia 11.10.2021 a 14.10.2021.
- O evento contou com a participação do Diretor da ESUDPE, assim como dos Defensores(as) Públicos(as): Ricardo Carvalho, Nicole Vasconcelos, Mariana Santos Leal, Marcela Ramos Fandim, Isabelle Mesquita, Ana Luiza Sarquis Botrel e da Defensora Pública do Ceará Amélia Rocha.
- Ocorreu a mediação do evento pelo Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Estácio Amapá, Sr. Milton Pereira Neto e do Professor Heider de Paula Rodrigues,
- O supramencionado evento foi estruturado com duas aulas magnas e três oficinas, sendo que contou todos os dias com uma média de 80(oitenta) estudantes.
- Os temas desenvolvidos foram escolhidos de acordo com o interesse dos discentes da Estácio Amapá e da Coordenação do Curso.
- Abaixo algumas evidências da publicização do evento:



DEFENSORIA PÚBLICA

1ª Semana das Carreiras Jurídicas:

Conhecendo o papel do Defensor Público

1/6

11, 13 e 14 de Outubro



DPE. Igor Silvério Freire



DPE. Ricardo Carvalho



DPE. Nicole Vasconcelos



DPE. Mariana Santos Leal



DPE. Amélia Rocha



DPE. Marcela Ramos Fardim



DPE. Isabelle Mesquita



DPE. Ana Luíza Sarquis Botrel

Aula Magna: Conhecendo a Defensoria Pública do Estado do Amapá: Memórias e novos rumos

2/6

Defensor Público do Estado do Amapá e Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá



Com Igor Silvério Freire

11 de Outubro | 19h

90 Vagas no auditório da Estácio Amapá

Link Microsoft Teams: encurtador.com.br/diDHK

Evento Presencial & Online
Local: Rod. Juscelino Kubitschek, S/N, Bairro: Pedrinhas, Macapá-AP



Aula Magna: Os entraves do acesso à Justiça e a relevância das atividades da Defensoria Pública para inclusão da população carente e marginalizada

6/6

Defensor Público do Estado do Amapá, Coordenador da DPE Porto Grande, Presidente da ADEPAP, Especialista em Direito processual penal.



Com Ricardo Carvalho de Oliveira

14 de Outubro | 19h

90 Vagas no auditório da Estácio Amapá

Link Microsoft Teams: encurtador.com.br/desD4

Evento Presencial & Online
Local: Rod. Juscelino Kubitschek, S/N, Bairro: Pedrinhas, Macapá-AP





DEFENSORIA PÚBLICA

No dia 25.10.2021 a 19.11.2021, foi realizado o terceiro curso de formação destinado ao Defensor Público, Dr. Guilherme Francisco Souza Amaral.

No dia 10.11.2021, foi realizado o planejamento do curso de libras da DPE/AP, da Direção da ESUDPE com a Sra. Izanete Almeida, sendo que o curso foi concretizado nas datas dos dias 07.02.2022 a 18.02.2022.

O citado curso surgiu de uma demanda do Núcleo de Execução;

O curso em questão viabilizou a interlocução da Defensoria Pública com a comunidade surda do Amapá. Conforme nota-se abaixo:



A ESUDPE acompanhou o processo de inscrição para novos estagiários, sendo a responsável conjuntamente com os Núcleos para análise do acervo documental dos candidatos.

A etapa de inscrição e do certame perdurou do dia 29.11.2021 a 09.12.2021.

Entre os dias 02.12.2021 a 17.12.2021, se iniciou o curso de formação do Defensor Público Raphael de Almeida Lobo Oliveira.

O presente curso ocorreu no formato híbrido, uma parte presente e outra remota, sendo este o último evento de formação promovido no ano de 2021.

Destacamos imagens de alguns cursos de formações realizados no curso de 2021, senão vejamos:





DEFENSORIA PÚBLICA

Por fim, a Direção ESUDPE participou no dia 03.12.2021 da última reunião com os membros da Comissão Especializada em Escolas Superiores e Centro de Estudo do ano de 2021.

Estratégia de atuação da Escola Superior da Defensoria Pública do Amapá

Para o ano de 2021, considerando a estrutura reduzida da ESUDPE de membros optou-se por focar na interlocução com entidades de Ensino Superior, por meio do Programa: Defensoria Pública + Perto, assim como a promoção necessária de formação dos novos Defensores, visto o prazo do certame.

Destacamos, ainda, que buscou-se atender as demandas apresentadas pelos membros e Defensor Público Geral como urgentes, tais quais como: promoção de cursos como voltados para o Tribunal do Júri e Perícia Judicial.

Além, da promoção e incentivo da divulgação de editais de iniciação científica, bem como do acompanhamento do processo de estagiário que se faz necessário para continuidade dos trabalhos dos Defensores Públicos. Tudo tendo em vista, as diretrizes traçadas pela Lei Complementar nº 121/2019 e a Resolução 25/2020.

Dificuldades

As atividades da Escola Superior da Defensoria Pública ficaram deverasmente prejudicadas pelo quadro reduzido de pessoal, que inicialmente contava apenas com o Diretor da ESUDPE, sendo que somente no segundo bimestre do ano de 2021 pode contar com a contratação da Sra. ELIZAMA DE PAULA R. R. DIAS, para auxílio nas atividades de gerenciamento das atividades, emissão de certificado, interlocução com outros setores da DPE, acompanhamento e controle de matérias e de ações da Direção da ESUDPE.

Em razão da concentração de projetos no Diretor da ESUDPE, por ausência de pessoal. O Diretor deixou de exercer seu papel essencial de agente político e educativo junto a comunidade e entidades, visto que se tornou um operacionalizado de eventos acarretando prejuízos na formulação de planos de ações e projetos elaborados destinados para atividades internas ou externa da DPE-AP.

Outro problema relevante foi o esforço despendido para formação de um único Defensor Público, sendo o ideal que os cursos de formações fossem organizados por grupos de aprovados.

Ausência de acesso a orçamento e recursos próprios do fundo destinado a ESUDPE para execução de projetos, quer seja para aquisição de materiais, contratação de professores ou para outras atividades inerentes as atribuições da Escola Superior em questão.

Falta de programa de incentivo a Defensores Públicos e colaboradores para participação na operacionalização e adesão dos projetos planejados pela ESUDPE.

Carência de fluxos administrativos bem definidos entre setores para tramitação das ações idealizadas pela Escola Superior, com prazos fixados para entrega de atividades por departamentos.

Deficiência de colheita de dados para estimular a pesquisa científica no âmbito da Defensoria Pública, por meio da ESUDPE.

Ausência de um Coordenador Técnico de Projetos, Pesquisador Bolsista e um estagiário para ampliar e dar eficiência nas ações da ESUDPE.

GESTÃO DE ATIVIDADES E PROJETOS



DEFENSORIA PÚBLICA

Apesar das dificuldades elencadas no item anterior durante o ano de 2021, se conseguiu realizar e executar atividades essenciais para Defensoria Pública, principalmente com relação a formação de novos Defensores Públicos e na aproximação desta respeitável instituição com a comunidade acadêmica.

Destacamos, o engajamento de Defensores Públicos em ações educativas, a exemplo da 1ª Semana das Carreiras Jurídicas realizado em parceria com a Faculdade Estácio Amapá.

Outro fator, relevante, é a aproximação e a interlocução com outras Defensorias Públicas por meio da CONGEDE.

E o retorno positivo das ações executadas pela Escola pelos membros da DPE-AP.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Para o ano de 2021, a maioria das ações idealizadas foram executadas. Algumas ações planejadas como o Congresso de Teses não foram possíveis a realização por falta de recursos e de pessoal para apoiar a Direção da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá. No entanto, dentro das atribuições listadas na Lei Complementar nº 121/2021, verificamos alguns indicadores que são:

Quadro 26: Indicadores de Desempenho – ESUDPE/AP

ESUDPE	ATUAÇÃO DA	EXECUTADO	QUANTIDADE
	Promoção de capacitação funcional dos membros e servidores	Sim	06 Cursos
	Publicização de editais fomentando a iniciação científica	Sim	02 Editais
	Interlocuções, Intercâmbio, convênios e parcerias com Instituições de Ensino, Órgãos Públicos e Entidades	Sim	05 Faculdades parcerias de eventos; 01 Associação dos Defensores Público do Amapá parceria de evento; 01 CONGEDE
	Participação da Organização de Concurso Público	Não	Não se aplica no corrente ano.
	Organizar o encontro anual das Defensoras e dos Defensores Públicos para a definição de teses institucionais	Não	0
	Promover a atualização profissional: Membros, Estagiários e Servidores.	Sim	07 Cursos
	Contribuir para o desempenho das atividades dos órgãos de execução	Sim	01 Relacionado a estágio
	Auxiliar, acaso solicitada, o Conselho Superior na fixação de parâmetros mínimos de qualidade para atuação dos Defensores Públicos	Não	Não se aplica no corrente ano. Ausência de provocação do Conselho.
	incentivar a participação dos Defensores(as) Públicos(as) nos conselhos municipais,	Não	0



DEFENSORIA PÚBLICA

estaduais e comunitários		
Atuar, em conjunto com os órgãos de execução, na promoção de atividades de educação em direitos, informação, motivação e conscientização da população carente, a respeito de seus direitos fundamentais, por meio de cursos, palestras, elaboração de material didático e outros meios de comunicação	Não	0
custear, integral ou parcialmente, as despesas de membros e servidores relativas à participação em eventos promovidos por outros órgãos de natureza científica e acadêmica que propiciem a atualização e aperfeiçoamento profissionais	Não	Não se aplica no corrente ano. Ausência de regulamentação do fundo.
Custear integralmente as despesas de membros e servidores relativas à participação nas atividades que promover	Não	Não se aplica no corrente ano. Ausência de regulamentação do fundo.
Realizar pesquisas e estudos bibliográficos solicitados pelos órgãos de execução, relacionados ao desempenho de suas atividades;	Não	Não se aplica no corrente ano. A ESUDPE não foi provocada por nenhum órgão de execução.
Atualização dos membros da Defensoria Pública do Estado em matéria legislativa, doutrinária e jurisprudencial de interesse dos serviços;	Sim	06 Cursos.

Apesar das dificuldades encontradas no exercício de 2021, como a falta de pessoal e recursos destinados especificamente para a ESUDPE, consideramos que os principais objetivos e metas traçados dentro da estrutura existente foram alcançados de maneira satisfatória.

O ano de 2021, foi um ciclo de estruturação e consolidação da Escola Superior da Defensoria Pública do Amapá, frente as recentes mudanças da DPE-AP, quer seja pela mudança de prédio ou pela estabilização dos Defensores Públicos que só se efetivará no ano de 2022.

Por ser uma Defensoria Pública recente, ainda, estão sendo consolidados algumas regulamentações e fluxo que por vezes prejudica o bom andamento e sinergia entre os departamentos.

Por outro lado, há carência de Defensores Públicos em face da grande rotatividade sobrecarregando os membros existentes pela cumulação de atividades e funções, o que inclui a gerência da Escola Superior da Defensoria Pública.

Todavia, percebe-se um amadurecimento institucional para alinhar todas as atividades a missão e os valores institucionais.

A contratação realizada da colaboradora ELIZAMA DE PAULA R. R. DIAS para auxiliar na assistência administrativa da Escola auxiliou no acompanhamento e no planejamento das atividades, assim como na emissão dos certificados necessário e na interlocução com as entidades parceiras.



DEFENSORIA PÚBLICA

Por outro lado, sabemos que o desempenho pode melhorar, mas para isso dependemos de mão de obra qualificada especializada com aumento dos recursos humanos e regulamentação do fundo para sua utilização para destinação das atribuições destinadas a Escola Superior da Defensoria Pública.

Por fim, a sinergia entre as ações institucionais com a escola é fundamental para propiciar um espaço de democratização da educação em direitos, informação, motivação e conscientização dos usuários dos serviços da Defensoria, em especial quanto aos seus direitos fundamentais, bem como para o aperfeiçoamento e preparo de todos os membros, servidores e estagiários.

f) Informações relativas aos quantitativos atendimento jurídico para o cidadão.

As tabelas abaixo elencadas apresentam os dados quantitativos referentes aos atendimentos realizados pelos Defensores Públicos, através dos núcleos especializados e regionais.

Tabela 36 : Quantitativos atendimento jurídico.

TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS POR COMARCA													
	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	ACUMULADO
1. Sede da Defensoria em Macapá	6.393	8.118	10.195	6.456	14.157	16.091	10.839	12.338	14.051	16.080	12.534	8.674	135.926
2. Centro de Atendimento Multidisciplinar	18	18	27	47	30	46	6	41	0	0	0	0	233
3. Núcleo Especializado Cível - Santana	788	920	1.226	0	562	1.731	2.067	1.674	537	1.152	1.375	1.117	13.149
4. Núcleo Criminal e de Atend. Criança e Adolescente - Santana	572	836	990	715	858	1.257	683	1.086	939	925	909	451	10.221
5. Núcleo Regional do Amapá	455	427	1	427	549	391	0	445	348	358	337	163	3.901
6. Núcleo Regional de Calçoene	250	259	345	243	293	343	507	335	386	0	258	113	3.332
7. Núcleo Regional de Ferreira Gomes	104	150	182	149	402	105	176	279	200	164	239	0	2.150
8. Núcleo Regional de Laranjal do Jarí	678	409	1.364	782	1.911	802	1.001	890	1.018	809	983	687	11.334
9. Núcleo Regional de Mazagão	385	537	723	143	843	629	634	645	453	452	354	304	6.102
10. Núcleo Regional de Oiapoque	359	374	185	0	385	531	389	248	552	496	400	281	4.200
11. Núcleo Regional de Pedra Branca	54	150	221	271	802	823	657	821	580	537	753	434	6.103
12. Núcleo Regional de Porto Grande	20	67	660	550	621	528	638	665	549	180	169	553	5.200
13. Núcleo Regional de Tartarugalzinho	165	357	473	354	0	0	135	154	103	153	100	123	2.117
14. Núcleo Regional de Vitória do Jarí	63	399	0	0	252	441	406	975	0	311	298	403	3.548
TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS	10.304	13.021	16.592	10.137	21.665	23.718	18.138	20.596	19.716	21.617	18.709	13.303	207.516



DEFENSORIA PÚBLICA

Atendimento por Trimestre	1º trimestre	39.917	2º trimestre	55.520	3º trimestre	58.450	4º Trimestre	53.629
---------------------------	--------------	--------	--------------	--------	--------------	--------	--------------	--------

ATENDIMENTO GERAL DPE/AP - 2021			
DEFENSORIA (ATENDIMENTOS JURÍDICOS)			
NUDECIV	20.143	DPE / MACAPÁ	136.159
NUDEFAM	64.977	NÚCLEO REGIONAL DE AMAPÁ	3.901
NUDECRIM	22.727	NÚCLEO REGIONAL DE CALÇOENE	3.332
NAECA	5.727	NÚCLEO REGIONAL DE FERREIRA GOMES	2.150
NÚCLEO EXECUÇÃO PENAL	18.835	NÚCLEO REGIONAL DE LARANJAL DO JARÍ	11.334
NÚCLEO EXPANSÃO ATEND. JURÍDICO	1.435	NÚCLEO REGIONAL DE MAZAGÃO	6.102
NÚCLEO ESP. DE DEFE. E PROM. DOS DIR. DA MULHER	1.902	NÚCLEO REGIONAL DE OIAPOQUE	4.200
NÚCLEO ESP. DE DIREITOS HUMANOS E DIFUSOS	180	NÚCLEO REGIONAL DE PEDRA BRANCA	6.103
CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR	233	NÚCLEO REGIONAL DE PORTO GRANDE	5.200
		NÚCLEO ESPECIALIZADO CÍVEL - SANTANA	13.149
		NÚCLEO CRIMINAL E DE ATEND. CRIANÇA E ADOLESCENTE - SANTANA	10.221
		NÚCLEO REGIONAL DE TARTARUGALZINHO	2.117
		NÚCLEO REGIONAL DE VITÓRIA DO JARÍ	3.548
TOTAL	136.159	TOTAL	207.516
Fonte: NÚCLEOS ESPECIALIZADOS/ NÚCLEOS REGIONAIS/CENTRO MULTISCIPLINAR/DPE			

13 DADOS RELATIVOS A GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ.

a) Informações sobre o uso e destinação dos recursos do Fundo Especial da Defensoria Pública; sobre a prestação de contas dos recursos do fundo encaminhadas ao Conselho Superior da Defensoria Pública; relatórios e demonstrativos contábeis dos recursos do fundo.

Conforme disposto no art.171, dos incisos V e VI da Lei Complementar nº 121 de 31 de dezembro de 2019 a prestação de conta foi encaminhada para o conselho Superior através do memorando nº 014/2022 - DCONT/DPE-AP, (abaixo) referente o processo nº 2022.02.08.3463-10 no sistema de protocolo, com movimentações bancárias de janeiro a dezembro da Conta Corrente e Fundo de Investimento da conta: 8141-8 FUNDO E D PUBLICA e o Balancete da Unidade Gestora da FEDPAP do mês de dezembro acumulado com os saldos anuais referentes o Exercício de 2021. Vale ressaltar que a prestação de conta dos recursos fundo conta no anexo do item 11.2 deste Relatório de Gestão.

14 BIBLIOGRAFIAS UTILIZADAS

Relatórios anual de atividades:

- Gabinete
- Corregedoria -Geral
- Secretaria Geral
- Coordenadoria de Planejamento Setorial
- Coordenadoria de Tecnologia da Informação
- Coord. De Comunicação Jornalismo e Publicidade
- Coor. De Divisão de Engenharia e Fiscalização
- Coordenadoria de Projetos e Captação de Recursos
- Comissão Permanente de Licitação
- Departamento Administrativo
- Departamento de Finanças
- Departamento de Gestão de Pessoas
- Departamento de Contabilidade
- Estágio e Residência Forense
- Centro de Atendimento Multidisciplinar
- Unidade de Contratos e Convênios/CPL
- Unidade de Contratos e Convênios
- Unidade de Transporte
- Núcleos Especializados
- Núcleos Regionais
- Instrução Normativa nº 001/2017 TCE/AP.
- Decisão Normativa nº 001/2018 – TCE/AP
- Decisão Normativa nº 018/2021-TCE/AP e 019/2021-TCE/AP,
- Decisão Normativa nº 017/2021 – TCE/AP
- Constituição da República Federativa do Brasil.



DEFENSORIA PÚBLICA

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No exercício de 2021, a Defensoria Pública do Estado do Amapá buscou desenvolver suas atividades em conformidade com o planejamento institucional, apesar do cenário de pandemia que, no Amapá, teve início em março de 2020, desde então, o trabalho administrativo foi executado tanto de forma remota (home Office) com atendimentos jurídicos através do Mchatt, quanto presencial, para as atividades de cunho administrativo e gerencial, ressaltando as publicações dos Atos Normativos, que gradativamente institucionalizaram o retorno do trabalho presencial.

Com a publicação da Lei Complementar nº 121, de 31 de Dezembro 2019, assim como o processo de reestruturação institucional, iniciado em 2020, incluindo à elaboração da documentação da gestão estratégica da Defensoria, a partir das análises e estudos dos normativos existentes, que subsidiaram o início da elaboração da Cadeia de valor Integrada, do Mapa do Planejamento Estratégico Institucional, da proposta de Indicadores de Desempenho, dos Objetivos Estratégicos, Missão, Visão e Valores Institucionais, plano de atuação da Defensoria, previsto em lei, dentre outros instrumentos de gestão que, de alguma forma, direcionaram a atuação institucional em 2020, com desdobramentos para 2021.

Então, para finalizar os trabalhos relativos a produção da documentação estratégica da DPE/AP, houve a contratação de empresa especializada em Consultoria de Gestão Estratégica Organizacional com aplicação da Metodologia Balanced Scorecard-BSC, com destaque para Modelagem do Planejamento Estratégico Institucional; desdobramento da Cadeia de Valor com foco na Automação Tecnológica; Diagnóstico Situacional para melhoria dos Fluxos dos Procedimentos Internos; revisão da Estrutura Organizacional e Competências, considerando a Lei Complementar nº 121 de 31 de Dezembro de 2019 e definição das Ações Estratégicas, estabelecendo mecanismos acompanhamento e de Avaliação de Resultados, de Gestão e modernização organização, visando maior eficiência e eficácia tanto no fortalecimento institucional quanto na melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Os trabalhos da consultoria foram realizados no final do exercício de 2021, contudo, a produção, só será apresentada à gestão institucional para validação e implantação no exercício de 2022, em decorrência dos recessos de final de ano. Além disso, após validação da gestão, estima-se um momento de apresentação dos resultados dos trabalhos realizados a equipe de servidores da defensoria, assim como, a disseminação institucional.

Quanto aos resultados alcançados em 2021, destaca-se que dados estatísticos e quantitativos, referentes aos os programas e ações estão contemplados no corpo deste relatório. A Defensoria Pública não mediu esforços no sentido de atuar para consolidar um modelo de gestão estratégica orientada para a efetividade das ações com resultados que reflitam a atuação da organização, bem como, compartilhamento das responsabilidades entre corpo diretivo e os órgãos da estrutura funcional.

Gradativamente a Defensoria Pública do Estado do Amapá se consolida como importante órgão na prestação de serviços da assistência jurídica, judicial, integral e gratuita, conforme preconiza a Constituição Federal e demais leis normativas que refletem a sua importância institucional e atuação social.

16 ANEXOS:



DEFENSORIA PÚBLICA

ANEXO I - O Quadro de Detalhamento de Despesa Inicial e Final (Ref. item 4.2,e)

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA – JANEIRO/2021 – UG 050101

Unidade Gestora / Programa de Trabalho / Identificador de Uso / Fonte	Natureza	Município	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Atualizada
050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE			41.508.250,00	-	41.508.250,00
1051010312200742020 - REMUNERAÇÃO, PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DOS SERVIDORES DA DPE-AP			28.770.000,00	-	28.770.000,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			28.770.000,00	-	28.770.000,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Amapá	22.112.000,00	-	22.112.000,00
	319013 - Obrigações Patronais	Amapá	1.528.000,00	-	1.528.000,00
	319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Amapá	550.000,00	-	550.000,00
	319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	Amapá	50.000,00	-	50.000,00
	319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	Amapá	350.000,00	-	350.000,00
	319113 - Obrigações Patronais	Amapá	1.868.000,00	-	1.868.000,00
	339008 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	Amapá	660.000,00	-	660.000,00
	339046 - Auxílio-Alimentação	Amapá	528.000,00	-	528.000,00
	339048 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	Amapá	1.074.000,00	-	1.074.000,00
	339093 - Indenizações e Restituições	Amapá	50.000,00	-	50.000,00
1051010312200742021 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA			6.249.100,00	-	6.249.100,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			6.249.100,00	-	6.249.100,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	339014 - Diárias - Civil	Amapá	100.000,00	-	100.000,00
	339030 - Material de Consumo	Amapá	215.200,00	-	215.200,00
	339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	Amapá	205.000,00	-	205.000,00
	339035 - Serviços de Consultoria	Amapá	20.000,00	-	20.000,00
	339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Amapá	60.000,00	-	60.000,00
	339037 - Locação de Mão de Obra	Amapá	800.000,00	376.000,00	1.176.000,00
	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	3.201.303,00	376.000,00	2.825.303,00
	339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	Amapá	45.000,00	-	45.000,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RI, RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	339030 - Material de Consumo	Amapá	547.400,00	-	547.400,00
	339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Amapá	20.000,00	-	20.000,00
	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	631.947,00	-	631.947,00
	339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	Amapá	380.000,00	-	380.000,00
	339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	Amapá	15.000,00	-	15.000,00
127 - Taxa, Aplicações Financeiras,	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	8.250,00	-	8.250,00



DEFENSORIA PÚBLICA

Multas e Outros - Outros Poderes					
1051010312200742022 - OPORTUNIZAR ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES E RESIDÊNCIA PARA BACHARÉIS			600.000,00	-	600.000,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			600.000,00	-	600.000,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RIRVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	600.000,00	-	600.000,00
1051010342200741010 - IMPLANTAR SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO			1.642.980,00	-	1.642.980,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			1.642.980,00	-	1.642.980,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RIRVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	339035 - Serviços de Consultoria	Amapá	10.000,00	-	10.000,00
	339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	Amapá	100.000,00	-	100.000,00
	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	1.532.980,00	-	1.532.980,00
1051010342200742019 - EQUIPAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO			2.513.000,00	-	2.513.000,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			2.493.000,00	-	2.493.000,00
103 - Transferências de Convênios e Aplicações Financeiras de Rendimentos de Recursos de Convênios - TC/AFRV	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	2.000.000,00	-	2.000.000,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RIRVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	493.000,00	-	493.000,00
3 - Outras Contrapartidas			20.000,00	-	20.000,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	20.000,00	-	20.000,00
1051010342200751011 - IMPLANTAR NÚCLEOS DE ATENDIMENTOS			998.000,00	-	998.000,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			998.000,00	-	998.000,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RIRVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	449051 - Obras e Instalações	Amapá	998.000,00	-	998.000,00
1051010342200752023 - DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS			735.170,00	-	735.170,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			730.170,00	-	730.170,00
103 - Transferências de Convênios e Aplicações Financeiras de Rendimentos de Recursos de Convênios - TC/AFRV	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	500.000,00	-	500.000,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RIRVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	339014 - Diárias - Civil	Amapá	100.000,00	-	100.000,00
	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	110.170,00	-	110.170,00
	339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	Amapá	20.000,00	-	20.000,00



DEFENSORIA PÚBLICA

3 - Outras Contrapartidas			5.000,00	-	5.000,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	5.000,00	-	5.000,00

ANEXO II - O Quadro de Detalhamento de Despesa Inicial e Final (Item 4.2,e)

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA – JANEIRO/2021 – UG 050301

Unidade Gestora / Programa de Trabalho / Identificador de Uso / Fonte	Natureza	Município	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Atualizada
050301 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - FEDPAP			482.500,00	-	482.500,00
1053010342200762024 - GESTÃO E REAPARELHAMENTO DA DPE-AP - FUNDEPAP			482.500,00	-	482.500,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			482.500,00	-	482.500,00
225 - Recursos dos Fundos dos Outros Poderes	339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	Amapá	40.000,00	-	40.000,00
	339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Amapá	25.000,00	-	25.000,00
	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	78.750,00	-	78.750,00
	339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	Amapá	1.000,00	-	1.000,00
	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	-	337.750,00	337.750,00
	449092 - Despesas de Exercícios Anteriores	Amapá	337.750,00	337.750,00	-

**DEFENSORIA PÚBLICA****ANEXO III - O Quadro de Detalhamento de Despesa Inicial e Final (Item 4.2,e)****QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA – DEZEMBRO/2021 – UG 050101**

Unidade Gestora / Programa de Trabalho / Identificador de Uso / Fonte	Natureza	Município	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Atualizada
050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE			41.508.250,00	1.435.000,00	42.943.250,00
1051010312200742020 - REMUNERAÇÃO, PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DOS SERVIDORES DA DPE-AP			28.770.000,00	4.211.300,00	24.558.700,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			28.770.000,00	4.211.300,00	24.558.700,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Amapá	22.112.000,00	3.800.000,00	18.312.000,00
	319012 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	Amapá	-	101.600,00	101.600,00
	319013 - Obrigações Patronais	Amapá	1.528.000,00	438.600,00	1.089.400,00
	319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Amapá	550.000,00	13.300,00	536.700,00
	319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	Amapá	50.000,00	-	50.000,00
	319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	Amapá	350.000,00	170.000,00	520.000,00
	319113 - Obrigações Patronais	Amapá	1.868.000,00	297.433,06	1.570.566,94
	319192 - Despesas de Exercícios Anteriores	Amapá	-	8.433,06	8.433,06
	339008 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	Amapá	660.000,00	318.000,00	978.000,00
	339019 - Auxílio-Fardamento	Amapá	-	7.000,00	7.000,00
	339046 - Auxílio-Alimentação	Amapá	528.000,00	346.177,99	874.177,99
	339048 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	Amapá	1.074.000,00	585.177,99	488.822,01
	339093 - Indenizações e Restituições	Amapá	50.000,00	28.000,00	22.000,00
1051010312200742021 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA			6.249.100,00	2.375.880,00	8.624.980,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			6.249.100,00	2.375.880,00	8.624.980,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	339014 - Diárias - Civil	Amapá	100.000,00	-	100.000,00
	339030 - Material de Consumo	Amapá	215.200,00	178.000,00	37.200,00
	339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	Amapá	-	-	-



DEFENSORIA PÚBLICA

			205.000,00	120.949,00	84.051,00
	339035 - Serviços de Consultoria	Amapá	20.000,00	-	18.000,00
	339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Amapá	60.000,00	60.000,00	-
	339037 - Locação de Mão de Obra	Amapá	800.000,00	76.000,00	876.000,00
	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	3.201.303,00	110.549,00	3.311.852,00
	339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	Amapá	45.000,00	-	200,00
	449051 - Obras e Instalações	Amapá	-	1.175.300,00	1.175.300,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RL,RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	339030 - Material de Consumo	Amapá	547.400,00	-	242.400,00
	339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Amapá	20.000,00	15.000,00	5.000,00
	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	631.947,00	49.080,00	681.027,00
	339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	Amapá	380.000,00	273.000,00	653.000,00
	339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	Amapá	15.000,00	-	8.000,00
	449051 - Obras e Instalações	Amapá	-	1.424.700,00	1.424.700,00
127 - Taxa, Aplicações Financeiras, Multas e Outros - Outros Poderes	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	8.250,00	-	8.250,00
1051010312200742022 - OPORTUNIZAR ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES E RESIDÊNCIA PARA BACHARÉIS			600.000,00	-	174.300,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			600.000,00	-	174.300,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RL,RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	600.000,00	-	174.300,00
1051010342200741010 - IMPLANTAR SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO			1.642.980,00	-	150.000,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			1.642.980,00	-	150.000,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RL,RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	339035 - Serviços de Consultoria	Amapá	10.000,00	-	10.000,00
	339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	Amapá	100.000,00	60.000,00	40.000,00
	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	1.532.980,00	-	100.000,00



DEFENSORIA PÚBLICA

1051010342200742019 - EQUIPAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO			2.513.000,00	422.361,00	2.935.361,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			2.493.000,00	200.000,00	2.693.000,00
103 - Transferências de Convênios e Aplicações Financeiras de Rendimentos de Recursos de Convênios - TC/AFRV	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	2.000.000,00	200.000,00	2.200.000,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RL,RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	493.000,00	-	493.000,00
3 - Outras Contrapartidas			20.000,00	222.361,00	242.361,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	20.000,00	222.361,00	242.361,00
1051010342200751011 - IMPLANTAR NÚCLEOS DE ATENDIMENTOS			998.000,00	3.534.900,00	4.532.900,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			998.000,00	3.534.900,00	4.532.900,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	449051 - Obras e Instalações	Amapá	-	3.036.000,00	3.036.000,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RL,RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	449051 - Obras e Instalações	Amapá	998.000,00	498.900,00	1.496.900,00
1051010342200752023 - DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS			735.170,00	1.231.839,00	1.967.009,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			730.170,00	1.235.000,00	1.965.170,00
103 - Transferências de Convênios e Aplicações Financeiras de Rendimentos de Recursos de Convênios - TC/AFRV	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	500.000,00	-	300.000,00
	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	-	1.435.000,00	1.435.000,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RL,RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	339014 - Diárias - Civil	Amapá	100.000,00	-	100.000,00
	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	110.170,00	25.000,00	85.170,00
	339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	Amapá	20.000,00	25.000,00	45.000,00



DEFENSORIA PÚBLICA

3 - Outras Contrapartidas			5.000,00	-	1.839,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	5.000,00	-	402,00
	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	-	1.437,00	1.437,00

ANEXO IV - Quadro de Detalhamento de Despesa Inicial e Final (Item 4.2,e)

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA – DEZEMBRO/2021 – UG 050301

Unidade Gestora / Programa de Trabalho / Identificador de Uso / Fonte	Natureza	Município	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Atualizada
050301 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - FEDPAP			482.500,00	615.986,00	1.098.486,00
1053010342200762024 - GESTÃO E REAPARELHAMENTO DA DPE-AP - FUNDEPAP			482.500,00	615.986,00	1.098.486,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida			482.500,00	615.986,00	1.098.486,00
225 - Recursos dos Fundos dos Outros Poderes	339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	Amapá	40.000,00	-	40.000,00
	339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Amapá	25.000,00	-	25.000,00
	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	78.750,00	-	78.750,00
	339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	Amapá	1.000,00	-	1.000,00
	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	-	729.602,00	729.602,00
	449092 - Despesas de Exercícios Anteriores	Amapá	337.750,00	-	-
240 - Recursos Diretamente Arrecadados - RDA	449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	-	224.134,00	224.134,00



DEFENSORIA PÚBLICA

ANEXO V - Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira por Modalidade de Licitação e por Elemento de Despesa/2021(4.3, e)

Quadro demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira por Modalidade de Licitação e por Elemento de Despesa/2021(UG: 050101)

Modalidade de Licitação	Elemento	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas		
				Despesas Pagas de Restos a Pagar	Despesas do Exercício Pagas	Total
04 - Concorrência	51 - Obras e Instalações	4.479.901,92	-	-	-	-
	Total	4.479.901,92	-	-	-	-
05 - Dispensa de Licitação	35 - Serviços de Consultoria	17.234,00	-	-	-	-
	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	247.385,80	171.058,25	6.862,32	171.058,25	177.920,57
	40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	18.054,00	12.175,00	460,00	12.175,00	12.635,00
	Total	282.673,80	183.233,25	7.322,32	183.233,25	190.555,57
06 - Inexigível	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	105.597,68	50.393,04	-	50.393,04	50.393,04
	Total	105.597,68	50.393,04	-	50.393,04	50.393,04
07 - Pregão	30 - Material de Consumo	87.237,14	49.816,72	124.816,79	49.816,72	174.633,51
	33 - Passagens e Despesas com Locomoção	81.518,95	39.172,00	-	39.172,00	39.172,00
	37 - Locação de Mão de Obra	432.083,19	432.083,19	36.380,66	432.083,19	468.463,85
	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.859.281,13	1.093.639,86	10.683,22	1.093.639,86	1.104.323,08
	40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	392.979,00	34.036,86	-	34.036,86	34.036,86
	52 - Equipamentos e Material Permanente	1.542.990,42	-	460.537,40	-	460.537,40
	92 - Despesas de Exercícios Anteriores	178,70	178,70	-	178,70	178,70
	Total	4.396.268,53	1.648.927,33	632.418,07	1.648.927,33	2.281.345,40
09 - Outros / Não Aplicável	04 - Contratação por Tempo Determinado	-	-	19,34	-	19,34
	08 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	970.888,21	970.888,21	-	970.888,21	970.888,21
	11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	18.064.320,01	18.064.320,01	1.616.709,36	18.064.320,01	19.681.029,37



DEFENSORIA PÚBLICA

	12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	76.320,00	76.320,00	-	76.320,00	76.320,00
	13 - Obrigações Patronais	2.611.398,19	2.611.398,19	-	2.611.398,19	2.611.398,19
	16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	508.281,67	508.281,67	-	508.281,67	508.281,67
	19 - Auxílio-Fardamento	6.400,00	6.400,00	-	6.400,00	6.400,00
	46 - Auxílio-Alimentação	867.075,70	867.075,70	-	867.075,70	867.075,70
	47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	489,75	489,75	-	489,75	489,75
	48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	486.250,44	486.250,44	-	486.250,44	486.250,44
	92 - Despesas de Exercícios Anteriores	17.389,54	17.389,54	-	17.389,54	17.389,54
	93 - Indenizações e Restituições	11.514,78	11.514,78	-	11.514,78	11.514,78
	94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	445.418,59	445.418,59	-	445.418,59	445.418,59
	Total	24.065.746,88	24.065.746,88	1.616.728,70	24.065.746,88	25.682.475,58
10 - Diárias	14 - Diárias - Civil	72.863,86	72.863,86	-	72.863,86	72.863,86
	Total	72.863,86	72.863,86	-	72.863,86	72.863,86
12 - Registro de Preço	30 - Material de Consumo	1.227,70	1.227,70	-	1.227,70	1.227,70
	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.062,21	4.812,21	-	4.812,21	4.812,21
	40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	5.100,00	3.825,00	-	3.825,00	3.825,00
	52 - Equipamentos e Material Permanente	4.750,00	4.750,00	-	4.750,00	4.750,00
	Total	20.139,91	14.614,91	-	14.614,91	14.614,91
Total		33.423.192,58	26.035.779,27	2.256.469,09	26.035.779,27	28.292.248,36

Fonte: SiafeAP

ANEXO VI - Relação de Restos a Pagar (Item 4.2,f)

Unidade Gestora / Credor	Nota de Empenho	Restos a Pagar Não Processados
		Inscritos
050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE		7.387.413,31



DEFENSORIA PÚBLICA

01342902000179 - SYSTEM INFORMATICA LTDA	2021NE00209	17.330,00
01373413000184 - ERA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS DE INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	2021NE00341	353.793,00
02343430000131 - R. G. DE ANDRADE EIRELI - ME	2021NE00208	13.519,98
02558157000162 - TELEFONICA BRASIL S.A	2021NE00320	1.176,39
	2021NE00418	40.722,75
04196645000100 - IMPRENSA NACIONAL	2021NE00371	15.000,00
04567265000127 - SCORPION INFORMATICA EIRELI	2021NE00265	17.526,95
05555382000133 - AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	2021NE00183	700,00
05965546000109 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPA - CEA	2021NE00030	34.960,86
05976311000104 - COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO AMAPA - CAESA	2021NE00058	19.404,64
07241399000141 - BYTECAP LTDA	2021NE00056	7.000,00
07487504000127 - MOURA E MOURA INFORMÁTICA E EMP. COMERCIAIS EIRELI	2021NE00200	9.968,56
	2021NE00201	24.921,40
07528036000191 - ARENNA INFORMÁTICA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI	2021NE00132	1.275,00
10795950000103 - LANCELETTE BIOMEDICAL EIRELI	2021NE00347	275,10
10990394000126 - TALENTO DIGITAL LTDA-ME	2021NE00376	22.889,98
11456180000137 - M. DO CARMO VIEIRA MOURA - EPP	2021NE00311	6.065,00
11655954000159 - GRUPO FEDERAL LTDA	2021NE00322	788,58
	2021NE00416	2.250,00
12036829000123 - R.P. SANTOS E CIA LTDA	2021NE00015	285.660,56
12039966000111 - LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIO EIRELI - EPP	2021NE00071	6.558,78
14278276000140 - SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI	2021NE00012	42.346,95
15062186000180 - ALEXANDRE AUZIER DE SOUZA	2021NE00190	7.020,00
15224031000101 - IDDIEN - INOVACAO GLOBAL LTDA	2021NE00232	17.234,00
17667466000148 - TCI PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELLI	2021NE00374	1.496.900,00
	2021NE00375	2.983.001,92
17791755000154 - IDPROMO COMERCIAL EIRELI	2021NE00412	9.550,00
18806093000101 - EDERSON CUNHA DE SOUSA - COMÉRCIO DE INFORMATICA	2021NE00193	8.369,58
	2021NE00194	54.776,83
19152371000117 - PALACIO SERVIÇOS GERAIS EIRELI	2021NE00262	18.684,20
	2021NE00264	52.315,76
21004183000193 - ELETRO SHOP EIRELI	2021NE00195	39.754,65
	2021NE00266	268.291,41
21496889000110 - NORTE MOVEIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA - EPP	2021NE00273	8.127,84
21718099000131 - A. SILVA PACHECO - EIRELI	2021NE00160	20.800,00
21842152000101 - CARDOSO & SILVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP	2021NE00227	15.000,00
21982891000107 - 4U DIGITAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP	2021NE00189	9.520,00
22975403000199 - EME -ENGENHARIA E ESTRUTURA METÁLICA LTDA	2021NE00238	372.667,50
23035197000108 - RIO MADEIRA CERTIFICADORA DIGITAL EIRELI	2021NE00373	908,73
24794814000103 - MSB TECNOLOGIA LTDA	2021NE00080	5.149,14
26962292000137 - MP IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI	2021NE00202	7.073,30
	2021NE00203	14.146,60
29118884000165 - NOSSA FROTA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA	2021NE00140	10.370,02
30019904000120 - DT OFFICE - DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS EIRELI	2021NE00192	3.389,96
31709675000138 - DIGIFLEX GRÁFICA E ETIQUETAS EIRELLI	2021NE00129	350,00



DEFENSORIA PÚBLICA

31734960000109 - G. R. LOBATO - ME	2021NE00377	2.253,54
32790418000136 - MPT COMÉRCIO OFFSHORE EIRELI	2021NE00380	5.879,00
32842887000151 - CONTROLLTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI	2021NE00191	1.349,95
32850995000176 - COMERCIAL TRES ACORDES EIRELI	2021NE00210	9.510,88
33505139000146 - L M DAMASCENO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	2021NE00128	3.900,00
33788611000103 - METTA DISTRIBUIDORA EIRELI	2021NE00198	7.824,69
	2021NE00199	26.082,30
34642561000106 - A. N. GOMES - EIRELI	2021NE00345	12.718,00
35663840000119 - IDCONTROLL IDENTIFICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA	2021NE00413	10.200,00
36064568000113 - FREIRE AGUIAR COMÉRCIO AUDIOVISUAL EIRELI	2021NE00274	3.766,00
36232725000152 - L2A UNIAO LTDA	2021NE00197	889,98
37168895000188 - ORBITEL TELECOMUNICAÇÕES INFORMÁTICA LTDA	2021NE00298	2.006,76
37909766000101 - ALMEIDA & CARDOSO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA	2021NE00259	79.980,00
	2021NE00260	748.789,60
54719745000134 - EDIR SUSSEL & CIA LTDA	2021NE00388	4.200,00
65149197000251 - REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA	2021NE00206	19.360,00
	2021NE00207	60.500,00
84420694000106 - VERZOLA PARTICIPACOES LTDA	2021NE00072	40.666,69

Fonte: DCONT/DPE.



DEFENSORIA PÚBLICA

Anexo VII – Decreto n° 2121, de 22 de Junho de 2021.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

DECRETO N° 2121 DE 22 DE JUNHO DE 2021

Determina a implantação dos procedimentos destinados à redução ao valor recuperável, à reavaliação e à depreciação dos bens móveis da administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso VIII, da Constituição do Estado do Amapá, em conformidade com a Portaria STN n° 548/2015, da Secretaria do Tesouro Nacional, e tendo em vista o teor do Processo n° 0007.0497.0277.0008/2021-GAB/SEAD,

DECRETA:

Art. 1° Cabe à Secretaria de Estado da Administração, em coordenação com a Secretaria de Estado da Fazenda e a Controladoria Geral do Estado, adotar as medidas necessárias à implantação dos procedimentos destinados à redução ao valor recuperável, à reavaliação e à depreciação dos bens móveis da administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Amapá.

Art. 2° A Secretaria de Estado da Administração, na conformidade do artigo anterior, fica autorizada a:

I - baixar os atos administrativos indispensáveis ao andamento dos trabalhos;

II - requisitar servidores públicos, documentos, equipamentos, materiais, insumos e apoio logístico das demais unidades da estrutura básica do Poder Executivo;

III - instituir comissões e grupos de trabalho.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA
Governador



Cód. verificador: 6008529. Cód. CRC: 82082622
Documento assinado eletronicamente por ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA, GOVERNADOR, conforme decreto nº 2121/2021. A autenticidade do documento pode ser verificada no site: <https://ajpbo.ap.gov.br/validador>

